



SISTEMA BNDES



**Relatório
de Atividades
1990**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

MINISTRA
Zélia Maria Cardoso de Mello

PRESIDENTE
Eduardo Marco Modiano

MEMBROS DO CONSELHO
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
Eduardo Tapajós
José Dias de Macedo
José R. B. Meira de Araújo
Maurício Benedito B. Vasconcelos
Raimundo E. Machado Bacelar

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
José Pio Borges de Castro Filho

DIRETORES
Octávio Augusto Fontes Tourinho
Pedro Luiz Bodin de Moraes
Sérgio Zendron
Venilton Tadini

SUPERINTENDENTES
Danilo Fabiano da Costa
Guilherme Gomes Dias
Hélio Blak
Henrique Dittmar Filho
Ivone Hiromi Takahashi Saraiva
José Henrique C. da Cunha Couceiro
Maria de Fátima Serro Pombal
Reginaldo Treiger
Ricardo Figueiró Silveira
Walfredo de Andrade Pinto Schindler

**CHEFE DO GABINETE
DA PRESIDÊNCIA**
Sérgio Besserman Vianna

CONSELHO FISCAL
Membros
José Antonio Carletti
Luiz Fernando Gusmão Wellisch
Suplentes
Ciro Dittberner
Fernando Veiga Barros e Silva

DIRETOR EXECUTIVO
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha

DIRETORES ADJUNTOS
Beny Palatnik
Darlan José Dórea Santos



DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Sérgio Zendron

DIRETORES
Júlio Manoel Andrade Monteiro de Barros
Licínio Velasco Júnior
Ricardo Luis de Lima Vianna



SISTEMA BNDES

Relatório de Atividades 1990

Sumário

Apresentação

- 1 A Economia Brasileira em 1990
- 2 Desempenho Econômico-Financeiro
- 3 A Demanda de Crédito em 1990
- 4 Ação Setorial
- 5 Outras Atividades
- 6 FINAME
- 7 BNDESPAR
- 8 Demonstrações Financeiras
- 9 Balanço das Subsidiárias

Anexos

Apresentação

O primeiro presidente da República eleito pelo voto direto desde 1960 encontrou, ao tomar posse em março de 1990, um país à beira da hiperinflação e sob os efeitos dos constrangimentos ao desenvolvimento prevalecentes na década de 80. Respondendo aos anseios da população, o Governo Collor tomou decisões corajosas visando debelar a ameaça de descontrole inflacionário e lançar as bases para uma retomada sustentável do desenvolvimento econômico e social.

Às medidas de impacto de curto prazo, englobadas nas políticas monetária e fiscal, seguiram-se propostas que, pela sua abrangência, significam um verdadeiro reajuste estrutural da economia: a reforma administrativa e o Programa Nacional de Desestatização — PND, buscando reduzir a alta concentração de recursos públicos em áreas que não são de competência específica do Estado; a nova política de comércio exterior, objetivando uma redução das barreiras quantitativas e tarifárias; e a nova política industrial, visando ao aumento da eficiência na produção e na comercialização de bens e serviços, através da exposição planejada da indústria à competição internacional e da ênfase na capacitação tecnológica das empresas.

É minha convicção de que 1990 representa o verdadeiro marco zero do início de um esforço coerente que mostrará seus resultados positivos ao longo dos próximos anos. Inserido nesta perspectiva, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social soube perfeitamente se adequar às novas prioridades.

Consciente de seu papel na sociedade brasileira, o Banco se dedicou a concretizar, em seu âmbito de atuação, as diretrizes da política governamental referentes principalmente ao aumento da capacidade instalada da economia, à modernização e incremento de competitividade da estrutura produtiva e à geração de novas oportunidades de emprego.

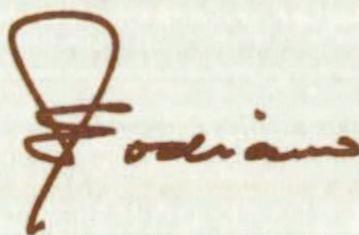
Exemplo significativo dessa postura é o Finamex — Programa de Financiamento à Exportação de Máquinas e Equipamentos, que a FINAME, subsidiária integral do BNDES, passou a operar em 1990. Através do financiamento pré-embarque, este programa fornece

um adiantamento de recursos ao fabricante para fazer face aos custos correntes da produção voltada para o mercado externo, melhorando, dessa forma, suas condições de competir no plano internacional.

Ademais, o BNDES foi designado pelo Governo Federal, em agosto de 1990, gestor do Fundo Nacional de Desestatização, e desde então vem atuando resolutamente como responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização.

Por outro lado, o Sistema BNDES participou da implementação das reformas administrativa e patrimonial determinadas pelo Governo Federal. Além de promover amplo enxugamento de cargos executivos e de proceder a uma reforma administrativa destinada a concentrar no Banco as atividades-meio de suas subsidiárias, FINAME e BNDESPAR, o Banco executou política de alienação gradativa de seus bens não-operacionais.

Ao submeter este Relatório à sociedade brasileira, reitero que nenhum administrador poderia cumprir com sucesso as tarefas aqui expostas se não contasse com o apoio firme de um corpo funcional experiente e bem treinado, como é o do Sistema BNDES. Cabe, portanto, realçar sua elevada qualidade e o esforço que realizou para a consecução dos objetivos traçados.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Eduardo Modiano', with a stylized initial 'E'.

Eduardo Modiano
Presidente

1 A Economia Brasileira em 1990

Introdução

O ano de 1990 se caracterizou pela ocorrência de grandes alterações na política econômica, voltadas para o objetivo de promover mudanças estruturais na base produtiva do país. Com a posse do presidente Fernando Collor de Mello, em 15 de março, a ação governamental se fundamentou na convicção de que era preciso, inicialmente, conquistar a estabilidade econômica, a fim de se atingir as condições necessárias ao desenvolvimento.

Cabe aqui recuar ao passado para identificar as causas das modificações implementadas pelo novo governo no cenário econômico. Na realidade, enquanto a economia brasileira se expandia a uma taxa média de quase 8% ao ano durante a década de 70, nos anos 80 esse valor caiu para somente 2,2%. Na medida em que o crescimento da população brasileira foi da mesma magnitude, o incremento do produto permitiu apenas a manutenção do nível de renda *per capita* durante a última década.

Digno de registro é o declínio recente da taxa de investimento. Segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a formação bruta de capital fixo caiu de 23% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1980, para 16,7%, em 1989. Como a taxa de investimento determina os limites do crescimento econômico futuro, entende-se que, se mantida nesses níveis, não permitirá que o desenvolvimento econômico do país nos anos 90 seja mais intenso do que o foi nos últimos dez anos.

Diversos foram os fatores que contribuíram para a queda do investimento, mas, sem dúvida, os altos índices de inflação registrados no final da década foram um dos grandes responsáveis. De fato, as

incertezas e a volatilidade dos preços relativos, numa conjuntura de alta inflação, inibiram o investimento privado. Por outro lado, a erosão do valor dos impostos e tarifas — associada ao incremento das taxas nominais de juros provocado também pela inflação acelerada — reduziu a poupança do governo e, em consequência, os investimentos públicos.

Em fevereiro de 1990, os problemas que envolviam a economia brasileira pareciam insolúveis. Enfrentava-se um sério risco de hiperinflação, com taxas mensais superiores a 80%. A oferta agregada começou a cair drasticamente e os mercados se desorganizaram devido às dificuldades de serem fixados preços de venda a prazo no contexto de uma inflação galopante. As necessidades estimadas de financiamentos do setor público para 1990 cresceram acentuadamente, atingindo um percentual de 8% do PIB.

A esse contexto pernicioso se aliavam a não-disponibilidade de créditos externos, a resistência dos agentes internos a continuarem emprestando ao governo e, por último, o processo de fuga de moeda.

A Nova Política Econômica

Sob tais condições adversas, o Plano Brasil Novo foi deslançado com o objetivo principal de recuperar a taxa de investimento e, por decorrência, de traçar um caminho para a economia brasileira que permita no futuro um crescimento sustentado da produção.

O plano combinou um programa de estabilização destinado a produzir, no curto prazo, um forte decréscimo nas taxas de inflação a um conjunto de reformas estruturais que deverá consolidar o declínio das taxas de inflação a médio e a longo prazo, além de preparar a economia para um novo ciclo de crescimento. As reformas estruturais visam aumentar a eficiência e a produtividade da economia brasileira através da modernização do Estado, da abertura ao comércio exterior e aos investimentos estrangeiros, da liberalização



do mercado interno e da reestruturação do setor produtivo. O pressuposto é que o aumento da competição trará incrementos na produtividade e, em conseqüência, aumento real dos salários, acoplado à expansão da produção e do emprego.

O primeiro elo dessa estratégia visava precipuamente à questão conjuntural mais urgente: a inflação. O programa de estabilização englobou três componentes: a política de rendas, a fiscal e a monetária.

A **política de rendas** envolveu o controle temporário de preços e a decisão de suprimir os reajustes salariais automáticos, substituindo-os por livres negociações entre padrões e trabalhadores.

A **política fiscal** compreendeu três reformas: a patrimonial, a administrativa e a tarifária. Com essas três medidas, o governo visava transformar o déficit previsto de 8% do PIB, para 1990, em um orçamento equilibrado.

A *reforma patrimonial* está intimamente ligada à modernização do Estado, na medida em que abrange transferências de propriedade, em larga escala, de ativos públicos para o setor privado. Sabe-se que a contribuição permanente da privatização para o ajuste fiscal é de pouca relevância. Na realidade, o objetivo principal do programa de desestatização consiste em mudar a posição estratégica do Estado na economia brasileira e deve ser considerado como parte de um amplo e ambicioso plano de modernização. Os resultados obtidos com a venda das empresas estatais deverão ser inteiramente destinados à redução da dívida pública, aliviando em bases permanentes o serviço da dívida interna para o governo. Com as privatizações, o governo espera promover também expressivos ganhos de eficiência na produção e na alocação de recursos na economia. Liberado da obrigação de realizar novos e expressivos investimentos no setor produtivo, o governo poderá concentrar esforços em suas atividades essenciais, tais como educação, saúde pública, segurança nacional e cumprimento das leis.

A *reforma administrativa* envolveu a redução do número de ministérios, de 23 para 12, e a extinção de cinco autarquias, oito fundações, três empresas públicas e oito companhias de economia mista.

Paralelamente, foi lançado um programa vigoroso de redução do número de funcionários públicos federais, tanto vinculados à administração direta como às empresas públicas. A reforma administrativa deverá durar até o fim do governo Collor.

A *reforma tarifária* provocou uma sensível mudança na política de comércio exterior, ao abolir uma lista de cerca de 1.200 produtos cuja importação estava proibida. Paralelamente, o governo reinstituiu o sistema de tarifas aduaneiras como principal instrumento de controle do comércio exterior, desaparecendo todas as barreiras quantitativas às importações.

A eliminação desses obstáculos teve por finalidade produzir imediata e significativa redução do valor dos produtos importados. Entretanto, a fim de proporcionar tempo para que os setores produtivos se ajustem à concorrência internacional, deixou-se para 1991 o anúncio dos cronogramas para a diminuição das tarifas, depois de ampla consulta e negociação com a indústria. É intenção do governo levar adiante a reforma tarifária, com o objetivo de reduzir, até 1994, a tarifa máxima para 40% e a tarifa média para 20%.

Na medida em que o ano fiscal já estava em curso quando o presidente Collor assumiu o poder, o ajuste fiscal para 1990 se concentrou no aumento da receita e, nesse contexto, na arrecadação de impostos extraordinários. Os ganhos permanentes das receitas obtidos no ano provêm tanto da redução de vasta gama de subsídios como da taxação de atividades que por muito tempo estavam legalmente isentas, tais como a agricultura e as exportações. Uma outra fonte de significativo aumento das receitas foi a campanha visando reduzir a sonegação fiscal. O fim de todas as transações ao portador ampliou quase imediatamente a base de arrecadação na economia, pois o anonimato permitia uma série de transações sem taxação, além de estimular a economia invisível.



O terceiro e último componente do programa de estabilização foi a **política monetária**, através da introdução da nova moeda brasileira, o cruzeiro, em substituição ao cruzado novo. Além disso, o acesso a cerca de 75% da liquidez em cruzados novos também ficou bloqueado por um período de 18 meses.

Ao adotar tal medida, o governo levou em conta a experiência do fracasso dos outros planos de estabilização adotados no Brasil entre 1986 e 1989. Tais planos teriam sido frustrados, entre outras razões, pela existência de uma massa expressiva de riqueza financeira passível de rápida monetização, que teria deixado as autoridades vulneráveis diante de corridas especulativas aos estoques de bens ou aos ativos de risco, comprometendo o desempenho da política econômica. Com base nesse tipo de consideração, o governo optou, então, pelo bloqueio dos ativos financeiros, cujo período de interdição temporária foi definido pelo plano em 18 meses, ao fim do qual os cruzados bloqueados serão gradualmente liberados.

O Impacto da Execução da Nova Política

Nos primeiros dois meses imediatamente posteriores ao plano o governo acabou flexibilizando a execução da política monetária, dando maior liquidez às empresas.

Aliás, esse aumento de liquidez estava previsto no próprio corpo das medidas que constituíram o plano, uma vez que foi permitido às empresas, pelo período de dois meses, efetuar o pagamento de impostos e contribuições em cruzados novos, ou seja, com os recursos bloqueados na moeda que tinha deixado de circular. Como as empresas geravam seu caixa na nova moeda, o cruzeiro, a permissão representou fonte importante de criação de liquidez, avaliada pelo Banco Central

(Bacen) em 55% do fluxo de conversões de cruzados novos para cruzeiros verificado entre 15 de março e 31 de maio. A soma do conjunto de conversões fez com que os meios de pagamento no conceito amplo (M4) — soma de meios de pagamento, dívida do governo em títulos, caderneta de poupança e outros depósitos a prazo —, avaliados em NCz\$ 4,244 trilhões no último dia de funcionamento dos bancos antes do plano e que recuaram até Cr\$ 1,405 trilhões depois deste, aumentassem rapidamente, até atingir Cr\$ 3,834 trilhões em fins de maio.

A partir da segunda quinzena de maio, porém, o governo voltou a adotar uma política monetária mais rígida. Entre as medidas implementadas, destacaram-se:

- o relançamento das Letras do Tesouro Nacional;
- a imposição de uma importante taxaço sobre as aplicações de curtíssimo prazo;
- o fim do mecanismo da *zeragem automática*, pelo qual o Banco Central socorria, praticamente sem custo, no final do dia, as instituições com dificuldades de caixa; e
- a inclusão do *float* dos bancos para efeito do cômputo das reservas recolhidas ao Banco Central.

O controle da liquidez passa a ser, então, bastante rígido e os resultados conseguidos foram significativos. De fato, entre maio e outubro, pelo critério dos saldos de fim de mês, a base monetária conservou seu valor em termos nominais num intervalo de cinco meses, o que não ocorria no país desde 1946.

Ainda no que tange às variáveis fiscais, as medidas adotadas pelo governo permitiram, pela primeira vez em muitos anos, a geração de um resultado operacional positivo de 1,2% do PIB. Isso representou uma melhoria notável em relação ao déficit de 6,9% do PIB de 1989, com destaque para o aumento da receita tributária total — União, estados e municípios —, estimado em 3,5% do PIB. Desse total, apenas 1% do Produto Interno Bruto correspondeu a um ganho sem continuidade referente à receita oriunda da taxaço dos ativos financeiros em 15 de março.

Nível de Atividade Produtiva e Emprego

O nível de atividade manteve correlação com o comportamento da liquidez, cuja retração, causada, num primeiro momento, pelo Plano Brasil Novo, provocou sérias dificuldades conjunturais para muitas empresas, acarretando uma queda de dimensões inéditas da produção industrial no bimestre março-abril (*Tabela 1*). Posteriormente, em função da reinjeção de liquidez verificada até maio, a indústria experimentou uma recuperação que se prolongou até meados do terceiro trimestre, quando começaram a ser sentidos os efeitos do aperto monetário aplicado pelo governo a partir de junho. Uma trajetória similar observou-se com os indicadores de emprego, que registraram queda importante logo depois do plano, recuperação parcial no terceiro trimestre e nova queda no quarto.

TABELA 1

INDÚSTRIA GERAL — ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA COM AJUSTAMENTO SAZONAL		
	Base média 1980 = 100	
MÊS	1989	1990
Janeiro	115,3	121,6
Fevereiro	111,5	121,0
Março	116,1	113,1
Abril	121,4	86,9
Maio	124,9	110,6
Junho	127,7	109,0
Julho	129,7	116,4
Agosto	127,8	117,3
Setembro	124,7	116,0
Outubro	125,3	114,3
Novembro	123,7	111,5
Dezembro	123,8	102,5
MÉDIA	122,7	111,7

Fonte: IBGE.

Considerando o desempenho do ano como um todo, a produção industrial caiu 8,6%, pelo critério das contas nacionais — incluindo construção civil e serviços industriais de utilidade pública. Como a redução da produção agropecuária foi menor — aproximadamente 4,4% — e o

setor de serviços ficou relativamente estagnado — queda de 0,7% —, a variação do PIB no ano apresentou resultado negativo de 4,6%. No caso da indústria, destaca-se, como se pode observar na *Tabela 2*, a queda de mais de 15% da produção de bens de capital, setor mais afetado pelo bloqueio de liquidez, devido ao elevado valor unitário de muitos de seus produtos e ao fato de ser, por sua própria natureza, diretamente atingido pela postergação das decisões de investimento.

TABELA 2

TAXAS DE VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (BRASIL — 1990)

SETOR	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Extração Mineral	2,7
Indústria de Transformação	-9,5
• Bens de Capital	-15,3
• Bens Intermediários	-8,8
• Bens de Consumo	-5,5
— Duráveis	-5,9
— Não-Duráveis	-5,4
Construção	-12,4
Serviços Ind. Utilidade Pública	1,8
TOTAL	-8,6

Fonte: IBGE.

Em decorrência da retração verificada, o indicador geral do nível de emprego calculado pelo Ministério do Trabalho registrou, em 1990, decréscimo de 4%. Informações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) revelam, no entanto, que o nível de emprego na Grande São Paulo sofreu um declínio de 13,06%.

Preços

No que se refere aos preços, o início de 1990 apresentou intenso ritmo inflacionário, tendo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pelo IBGE, alcançado taxa de 84,3% em março. Com as medidas adotadas a partir de 15 de março, a taxa experimentou queda acentuada, fixando-se em 7,8% em maio. No entanto, mesmo com a adoção de políticas monetária e fiscal restritivas, não foi possível evitar uma reaceleração das taxas de inflação: 12% entre julho e setembro, elevando-se gradualmente até atingir 18,3% no mês de dezembro, com variação acumulada de 1.795% no ano. A variação mensal do índice de preços, mês a mês, está ilustrada na *Tabela 3*.

TABELA 3

MÊS	ÍNDICE DE VARIAÇÃO DE PREÇOS
	(Em %)
	TAXAS DE VARIAÇÃO (IPC)
Janeiro	56,11
Fevereiro	72,78
Março	84,32
Abril	44,80
Maiο	7,87
Junho	9,55
Julho	12,92
Agosto	12,03
Setembro	12,76
Outubro	14,20
Novembro	15,58
Dezembro	18,30

Fonte: IBGE.

A reaceleração das taxas de inflação nos últimos meses de 1990, apesar da adoção de políticas monetária e fiscal restritivas, deveu-se, em grande parte, às características peculiares da economia brasileira: o alto grau de oligopolização, a concentração de renda e a prática da indexação. Tais características tornam os índices inflacionários rígidos para baixo, mas sujeitos a mudanças para cima quando de choques da oferta, tais como os efeitos da crise do Golfo Pérsico e a expressiva elevação observada nos preços agrícolas.

Setor Externo

Quanto ao setor externo, o comportamento das variáveis foi marcado por três circunstâncias particularmente importantes:

- a) o início do processo de abertura da economia, através da reforma tarifária, com a revogação dos regimes especiais de importação, a eliminação da proibição de importação incidente sobre cerca de 1.200 produtos — o chamado Anexo C — e o fim do controle administrativo da Carteira de Comércio Exterior (Cacex);
- b) a mudança do enfoque oficial no tratamento da dívida externa, que tornou a redução das transferências reais ao exterior um objetivo de política; e
- c) o aumento dos preços de petróleo, no segundo semestre do ano.

O primeiro fator provocou impacto pouco expressivo sobre o aumento das importações, pois o processo recessivo atenuou a demanda por bens externos. Desse modo, o superávit comercial de fato caiu, mas a liberalização teve um papel modesto para isso, já que as importações de não-petróleo aumentaram apenas 7,5% no ano.

O decréscimo do superávit explica-se pelo efeito combinado do aumento das compras de petróleo, do declínio das exportações e da redução das barreiras quantitativas às importações. O desempenho das exportações esteve associado ao comportamento da taxa de câmbio real, cuja sensível recuperação, no fim do ano, só afetou marginalmente a média anual.

No ano como um todo, o saldo da balança comercial atingiu US\$ 11 bilhões, com queda de 31,6% em relação ao nível de US\$ 16,1 bilhões de 1989. As exportações caíram de US\$ 34,3 bilhões para US\$ 31,3 bilhões, enquanto as importações totais aumentaram de US\$ 18,2 bilhões para US\$ 20,3 bilhões, com as de petróleo bruto saltando de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 4,3 bilhões e as demais aumentando ligeiramente de US\$ 14,8 bilhões para US\$ 16 bilhões.

Dados do Banco Central indicam para 1990 um déficit de US\$ 7,2 bilhões no balanço de pagamentos, em comparação ao de US\$ 3,3 bilhões verificado em 1989. Se por um lado a balança comercial apresentou superávit, a despesa líquida

com serviços situou-se em US\$ 13,8 bilhões e a movimentação de capitais resultou numa saída líquida de US\$ 4,8 bilhões.

Em dezembro de 1990, as reservas internacionais, no conceito de caixa, atingiram US\$ 8,8 bilhões.



A política de reajustamento e estabilização pela qual passou a economia brasileira em 1990 deve ser entendida como o começo de um longo processo. Ainda será necessário enfrentar uma série de dificuldades, que, no curto prazo, se relacionam com as necessidades de consolidar o ajuste fiscal em bases permanentes, de atingir um acordo em torno de uma política de rendas e de concluir favoravelmente a renegociação da dívida externa.

Na perspectiva do longo prazo, o objetivo maior é o de construir condições favoráveis à retomada sustentada do desenvolvimento econômico e social do país. As novas diretrizes de política industrial e de comércio exterior, anunciadas pelo governo em 1990, definem as estratégias, mecanismos e instrumentos para a realização desse objetivo.

A Nova Política Industrial e de Comércio Exterior

Para um melhor entendimento da política industrial e de comércio exterior adotada em 1990 pelo governo Collor, é essencial considerar o cenário internacional. De fato, as últimas décadas registraram profundas transformações na economia internacional, destacando-se um amplo processo de alterações estruturais na indústria liderado, em termos mundiais, pelas economias desenvolvidas, com significativos desdobramentos nos fluxos internacionais de comércio e investimento.

Esse movimento se inicia em um contexto econômico de intensa volatilidade, marcado por oscilações bruscas nas paridades cambiais, no preço do petróleo, nos níveis de atividade das principais economias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE) e nos preços das matérias-primas, que provocaram diferenciados impactos sobre a competitividade dos países. A melhoria do desempenho de empresas e nações se impõe como objetivo maior e permanente. Num ambiente crescentemente concorrencial, observa-se ainda a tendência ao estabelecimento de novas técnicas de gerenciamento e organização da produção, redefinindo o relacionamento entre as empresas e seus fornecedores e clientes, sob formas mais eficientes e vantajosas. Paralelamente, registra-se, de forma marcante, a alteração do padrão tecnológico, com a afirmação da tecnologia digital enquanto fator-chave na determinação da eficiência produtiva de empresas e nações.

Nesse contexto, reafirmam-se o conteúdo estratégico da tecnologia e a importância da capacitação tecnológica enquanto veículo privilegiado para a competitividade. Empresas e governos elevam seus esforços na área de pesquisa e desenvolvimento, de forma articulada, com o objetivo de acompanhar o acelerado ritmo de mudanças.

A ampliação dos investimentos em P&D e ainda o crescente risco de perda de posições no mercado induzem as firmas à prática cooperativa e à intensificação da busca pelo mercado internacional, como forma de diluição desses custos e de alcance de escalas de produção eficientes. A intensificação dos fluxos internacionais de investimento e comércio conduz à globalização da economia, calcada basicamente ainda nos países desenvolvidos.

Por sua vez, os governos empreendem ações ofensivas, adotando um papel tanto de articulador dos agentes produtivos, como de viabilizador da infra-estrutura técnico-científica adequada à existência de competitividade das empresas que atuam em seus territórios nacionais, a começar pela formação de recursos humanos capacitados. A utilização de instrumentos tradicionais — como o seu poder de compra e políticas fiscal, creditícia e comercial — e de outras formas de apoio — como a criação e manutenção de laboratórios, centros



e programas de pesquisa, universidades e novos mecanismos de financiamento — faz parte das estratégias governamentais de desenvolvimento econômico, dentro de uma concepção de competitividade sistêmica.

Diante desse contexto, o Brasil não poderia permanecer alheio às novas tendências e movimentos que se processam na economia mundial, e essa percepção dos problemas levou o governo Collor a editar em 1990 a nova política industrial e de comércio exterior.

Após a construção de uma estrutura industrial bastante ampla e diversificada, o processo de substituição de importações não mais se apresenta enquanto opção capaz de gerar dinamismo econômico para o país. Nesse contexto, o crescimento da economia brasileira irá depender da expansão da demanda interna e da capacidade de participar do crescente comércio internacional.

Estabelece-se, assim, o desafio de uma integração maior da economia brasileira com a internacional, fato que impõe a necessidade da elevação da eficiência produtiva de bens e serviços, de modo a alargar as fronteiras do mercado interno e criar oportunidades no externo. Sob essa ótica, a política industrial e de comércio exterior define como objetivo o “aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, através da modernização e reestruturação da indústria, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira”

As estratégias adotadas visam promover:

- a) *políticas de competição* — medidas que assegurem um maior nível de concorrência na economia brasileira; e
- b) *políticas de competitividade* — ações que permitam a elevação da eficiência das empresas que atuam no país.

Conforme anunciado nas “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior”, a operacionalização dessas orientações se dará através de dois mecanismos:

- O Programa de Competitividade Industrial (PCI), que tem como finalidades básicas o desenvolvimento dos setores de tecnologia de ponta e a reestruturação dos setores industriais e de serviços que possam alcançar preços e qualidades em padrões internacionais.
- O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que tem por finalidade apoiar o esforço de modernização da empresa brasileira através da promoção da qualidade e produtividade, com vistas a aumentar a competitividade de bens e serviços produzidos no país.

A implementação do Programa de Competitividade Industrial e do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade se baseará no uso de políticas de financiamento, exportação, importação e apoio à capacitação tecnológica.

A política industrial resumida anteriormente requer um papel fundamental do BNDES, como organismo ofertante de financiamento de longo prazo. Nesse sentido, ao longo de 1990, o Banco se dedicou à tarefa de conceber, em sintonia com as diretrizes governamentais, políticas operacionais adequadas a serem implementadas no período 1991-1992.



Desempenho Econômico-Financeiro

2

O Sistema BNDES administra recursos no valor de Cr\$ 3,99 trilhões (equivalentes a US\$ 24 bilhões), aplicados em seus diversos programas de investimento pelo Banco ou através de suas subsidiárias, a BNDESPAR e a FINAME, ou ainda mediante repasse a bancos de investimento e de desenvolvimento.

Desse volume, Cr\$ 824,4 bilhões (US\$ 4,9 bilhões) se referem aos fundos administrados pelo Banco, destacando-se o Fundo da Marinha Mercante (FMM), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e o Fundo de Participação Social (FPS).

Os recursos ordinários do Sistema, Cr\$ 3,1 trilhões (US\$ 19 bilhões), são provenientes basicamente do PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de empréstimos externos, além do patrimônio líquido do Banco (*Tabelas 4 e 5*).

Ao final do exercício de 1990, o valor do ativo do BNDES atingiu Cr\$ 3,1 trilhões. A maior parcela do ativo, englobando cerca de 76% do seu total, foi formada pelo saldo de empréstimos e financiamentos, que soma Cr\$ 2,3 trilhões.

Os investimentos representaram 14% do total, contra 17% em 1989, atingindo Cr\$ 450,2 bilhões no exercício, enquanto outros ativos e créditos junto ao Tesouro aumentaram sua participação relativa de 6% para 10% (*Tabela 4*).

A evolução anual do passivo do BNDES, assim como os fundos administrados, de 1985 a 1990, é apresentada na *Tabela 5*.

As fontes institucionais representam atualmente cerca de 62% dos recursos do Banco. Destas, o PIS-Pasep e o FAT são as principais, visto que os recursos do Finsocial não mais são aplicados pelo BNDES, restando apenas o saldo dos contratos administrados.

O PIS-Pasep, maior fonte de recursos do BNDES durante os últimos anos, foi substituído, a partir da Constituição promulgada em outubro de 1988, pelo FAT. Os retornos provenientes das aplicações do PIS-Pasep têm sido reaplicados em projetos que se enquadram nas políticas de

TABELA 4 — BNDES

ASPECTOS RELEVANTES DA ESTRUTURA PATRIMONIAL	Posição em 31 de dezembro			
	1989		1990	
DISCRIMINAÇÃO	NCz\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%
Ativo	276.660	100	3.166.022	100
Empréstimos e Financiamentos	204.302	74	2.385.004	76
Créditos perante o Tesouro Nacional	9.061	3	106.271	3
Investimentos	47.923	17	450.170	14
Outros Ativos	15.374	6	224.577	7
Passivo	276.660	100	3.166.022	100
Fundo de Participação PIS-Pasep	161.030	58	1.567.625	50
FAT	6.131	—	375.397	—
Empréstimos e Financiamentos no País	16.421	6	113.248	15
Empréstimos e Financiamentos no Exterior	24.326	9	338.670	11
Outros Exigíveis	8.545	5	156.621	5
Patrimônio Líquido	60.207	22	614.461	19

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, pela variação do BTN.

TABELA 5 — BNDES

ESTRUTURA PATRIMONIAL DO PASSIVO												
Cr\$ milhões constantes												
BNDES	1985	%	1986	%	1987	%	1988	%	1989	%	1990	%
1. Recursos Institucionais	960.330	52	1.246.242	57	1.364.589	57	1.620.990	63	2.077.382	61	1.943.188	62
PIS-Pasep	951.052	52	1.235.721	57	1.358.328	57	1.614.002	62	1.995.739	58	1.567.625	50
FAT	0	0	0	0	0	0	0	0	76.012	2	375.397	12
Finsocial	9.278	1	10.521	0	6.260	0	6.988	0	5.631	0	166	0
2. Empréstimos no País	72.973	4	72.470	3	129.832	5	129.999	5	127.531	4	170.867	5
3. Empréstimos Externos	340.890	19	323.999	15	329.493	14	290.390	11	301.515	9	338.670	11
4. Outros Exigíveis	92.676	5	96.856	1	168.069	7	92.175	4	176.235	5	98.836	3
5. Patrimônio Líquido	372.581	20	443.864	20	382.563	16	458.988	18	746.185	22	614.461	19
TOTAL	1.839.450	100	2.183.431	100	2.374.574	100	2.592.542	100	3.428.848	100	3.166.022	100
FUNDOS ADMINISTRADOS	1985	%	1986	%	1987	%	1988	%	1989	%	1990	%
FMM	0	0	334.816	86	362.337	92	316.012	38	408.495	44	406.940	49
FND	0	0	0	0	0	0	457.436	55	411.310	44	363.787	44
FPS	53.479	100	54.082	14	32.843	8	59.453	7	111.625	12	53.706	7
TOTAL	53.479	100	388.897	100	395.180	100	832.901	100	931.429	100	824.433	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, pela variação do BTN.

desenvolvimento do Banco, sem prejuízo das devoluções necessárias a custear os abonos e rendimentos pagos anualmente aos trabalhadores cotistas do fundo. De acordo com as boas práticas bancárias, vale destacar que o BNDES, através de aplicações criteriosas dos recursos do PIS-Pasep, sempre proporcionou ao fundo rentabilidades acima da contratual.

Em 1990, o FAT, apesar de representar apenas 12% dos recursos do Banco (*Tabela 5*), é a principal fonte de novos ingressos do Sistema, indispensável ao financiamento dos projetos de desenvolvimento. A esse fundo é assegurada uma remuneração de 5% a.a. acima da variação do IPC.

Os empréstimos contraídos no país incluem principalmente dívidas do Tesouro Nacional e recursos do Bacen para financiamentos específicos, contratados em moeda nacional e estrangeira.

Os empréstimos externos foram ao longo dos primeiros anos da década de 80 uma importante fonte de recursos do Sistema, obtidos junto a instituições financeiras privadas ou organismos internacionais como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A partir de 1987, no entanto, entraves relacionados à negociação da dívida externa ocasionaram grande redução nos ingressos, fazendo com que seus saldos apresentassem uma tendência de redução devido às amortizações efetuadas sem as respectivas renovações das linhas de crédito.

Enquanto para os empréstimos de instituições financeiras privadas permanece a tendência de amortização sem novos ingressos, no caso dos organismos internacionais estão sendo assinados contratos permitindo a retomada do fluxo de ingresso de recursos externos para o Banco.

O patrimônio líquido do BNDES, da ordem de Cr\$ 614,4 bilhões (*Tabela 5*), vem mantendo uma relação adequada em comparação aos recursos totais do Sistema. A evolução do patrimônio líquido nesse período foi obtida graças ao bom desempenho econômico-financeiro do Banco. Por oportuno, observa-se que os aportes de capital de parte do governo ocorreram até 1984 e quase sempre com integralização através de cessão de ações de empresas estatais (Eletrobrás, Petrobrás e outras).

Do patrimônio apresentado já estão deduzidas as provisões para créditos em liquidação, sobretudo de empresas estatais. Essas provisões, lançadas principalmente em 1990, de acordo com normas

específicas do Bacen, ocasionaram redução na carteira de financiamentos do Banco. Ressalte-se ainda a absorção dos prejuízos ocorridos no período de 1986 a 1989, decorrentes da privatização de empresas sob controle do Sistema BNDES (Caraíba, Companhia de Celulose da Bahia, Companhia Brasileira do Cobre, entre outras).

O BNDES registrou em 1990 lucro líquido de Cr\$ 9,4 bilhões, equivalentes a US\$ 56,8 milhões, com rentabilidade de 1,5% do seu patrimônio líquido.

Os fundos administrados, na ordem de Cr\$ 824,4 bilhões, têm grande importância no montante de recursos ofertados pelo Sistema, pois permitem aplicações setoriais ou específicas que não seriam adequadamente atendidas apenas com os recursos normais do Banco.

O FMM, cuja administração pelo BNDES iniciou-se em 1983, é constituído por parte da arrecadação do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e se destina a financiar a construção de navios e embarcações, em estaleiros nacionais. Em 1990, o Adicional de Frete foi reduzido em 50%. No entanto, é esperado ingresso de recursos provenientes da arrecadação do Adicional de Tarifa Portuária (ATP), para serem aplicados na modernização de portos a partir de 1991.

Quanto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, a parte administrada pelo Banco se refere apenas à carteira de ações de algumas empresas estatais alocadas ao fundo e à parcela de recursos captados junto a instituições de previdência privada através de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND).

O Fundo de Participação Social, constituído de pequena parcela da arrecadação do PIS-Pasep, permite ao BNDES atuar de forma relevante no mercado de capitais, tendo por finalidade o fortalecimento da empresa privada nacional.

A esse respeito, cabe destacar que as operações do FPS alcançaram, em 1990, a cifra global de Cr\$ 8,8 bilhões. No mercado secundário de títulos e valores mobiliários, onde se destaca sua atuação nas bolsas de valores, o volume movimentado durante esse ano situou-se em Cr\$ 7,7 bilhões, com variação de 1.183% sobre os Cr\$ 600 milhões do ano anterior.

Esse segmento do mercado atravessou em 1990 período extremamente adverso, desencadeando acentuada deterioração dos preços das ações em bolsa.

A participação do FPS no mercado primário alcançou volume de Cr\$ 1,1 bilhão, evoluindo 1.114% sobre o ano anterior, com destaque, nesse segmento, para as subscrições em emissões públicas de títulos, que atingiram Cr\$ 600 milhões, com incremento de 3.399% sobre o ano anterior. Em dezembro de 1990, a carteira de títulos do FPS, avaliada a preços de mercado, montava a Cr\$ 50,4 bilhões e o patrimônio líquido atingia Cr\$ 53,7 bilhões.

O FPS continuou a ostentar a primeira posição em termos patrimoniais, comparado com os fundos mútuos de ações, aos quais se assemelha. Apesar de apresentar patrimônio líquido substancialmente maior que o dos demais fundos, o que em tese reduz seu giro, e de ter restrições de aplicação, o FPS obteve resultado superior ao dos maiores fundos similares.

As despesas de pessoal e administração foram de Cr\$ 6,29 bilhões (*Tabela 6*), representando apenas 0,29% da média dos recursos administrados pelo BNDES (Cr\$ 2,15 trilhões). O acréscimo observado nessa relação entre 1989 e 1990 é decorrente principalmente do decréscimo real do ativo do BNDES e dos recursos administrados pelo Banco em relação ao ano anterior. No entanto, é importante salientar que esse índice, como vem ocorrendo nos últimos anos, manteve-se em nível bem inferior ao limite máximo para tal relação, fixado em 1% pelo Decreto nº 88.101/83.



TABELA 6 — BNDES

RELAÇÃO ENTRE A DESPESA ADMINISTRATIVA E OS RECURSOS ADMINISTRADOS — 1985-1990

Cr\$ mil correntes

ANO	DESPESAS DE PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO ¹	MÉDIA DOS RECURSOS ADMINISTRADOS ²	RELAÇÃO PERCENTUAL ³
	A	B	A/B
1985	263,6	138.221,1	0,19
1986	615,9	299.499,6	0,21
1987	2.297,0	1.203.089,2	0,19
1988	19.098,1	11.140.217,3	0,17
1989	328.731,3	184.348.163,9	0,18
1990	6.293.871,4	2.159.339.170,5	0,29

1) Não inclui Complementação de Reservas Técnicas — FAPES.

2) Recursos Administrados: ativo contábil do Banco acrescido do saldo das aplicações de fundos e/ou programas por ele administrados, registrados apenas no passivo pela diferença entre o saldo dos recursos e o das aplicações.

3) O Decreto nº 88.101, de 10.2.83, fixa em 1% o limite máximo para tal relação.

Cabe destacar ainda que o total das operações aprovadas pelo BNDES, em 1990, atingiu o valor de Cr\$ 251,1 bilhões, com a participação direta do Banco representando 68% do montante aprovado, contra 57% em 1989. As operações indiretas representaram 32% do total das aprovações, decrescendo em relação a 1989, quando tiveram uma participação de 43% (Tabela 7).

Com referência aos desembolsos, em 1990 o Banco liberou Cr\$ 297,9 bilhões, sendo Cr\$ 225,2 bilhões diretamente e Cr\$ 72,6 via agentes financeiros. Em termos percentuais, esses valores correspondem, respectivamente, a 76% e 24% do total desembolsado. Observa-se que, em relação a 1989, como no caso das aprovações, cresceu a participação das operações diretas em relação ao total desembolsado pelo Banco.

TABELA 7 — BNDES

APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS SEGUNDO A MODALIDADE OPERACIONAL

Cr\$ milhões constantes

MODALIDADE	1989		1990	
	VALOR	%	VALOR	%
Aprovações	420.534	100	251.156	100
Diretas	238.583	57	171.311	68
Indiretas	181.952	43	79.845	32
Desembolsos	359.419	100	297.928	100
Diretos	234.544	65	225.289	76
Indiretos	124.875	35	72.639	24

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

A Demanda de Crédito em 1990 **3**

O Sistema BNDES é constituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e por suas duas subsidiárias, a Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME e a BNDES Participações S.A. — BNDESPAR.

Sua atribuição básica é apoiar os empreendimentos prioritários ao desenvolvimento da economia brasileira, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional. De forma integrada, BNDES, FINAME e BNDESPAR dispõem de um conjunto de modalidades operacionais permanentemente atualizadas, visando assegurar o atendimento às necessidades de investimento de longo prazo de empresas privadas e entidades públicas.

A ação financiadora do Sistema BNDES objetiva alocar os recursos à sua disposição de forma a garantir o maior e melhor impacto possível sobre o desenvolvimento nacional, promovendo o crescimento da produção de bens e serviços, a modernização e a capacitação tecnológicas, a geração de empregos, a ampliação da gama de produtos competitivos no mercado externo e a conservação do meio ambiente.

Essa característica sempre exigiu do Banco uma visão dinâmica das questões econômicas brasileiras e a identificação permanente dos problemas estruturais e dos pontos de estrangulamento a serem superados, bem como de setores-chave para aplicação de recursos.

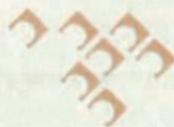
O Sistema BNDES tem orientado sua atuação, desde os últimos anos da década de 80, no sentido de incrementar o grau de competitividade do setor industrial. Assim, vem sendo enfatizado o apoio a empreendimentos voltados para o aumento da capacidade instalada e que atendam aos seguintes requisitos: capacitação tecnológica, reorganização do sistema de produção e gerenciamento e adoção de técnicas de gestão e de produção que proporcionem aumento da produtividade.

Além dos macroobjetivos de aumentar a produção industrial brasileira e de gerar mais renda e novas oportunidades de emprego, uma das metas assumidas pelo Sistema BNDES tem sido a de, através de sua ação financiadora, intensificar a exportação de bens manufaturados em condições de competir nos mercados externos.

A modernização da infra-estrutura nacional, inclusive com a busca de novas fontes de recursos para investimento, representou relevante alvo do Sistema BNDES, que historicamente desempenhou papel fundamental nesse setor.

Paralelamente às atividades de financiamento, o BNDES foi designado pelo governo federal, em agosto de 1990, gestor do Fundo Nacional de Desestatização, à luz de sua experiência anterior bem-sucedida, conduzida subretudo pela BNDESPAR, de transferir ao setor privado o controle e a gestão de empresas em que detinha participação societária majoritária. O BNDES é atualmente responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Desde o início efetivo do programa, ou seja, nos últimos quatro meses de 1990, o BNDES e a Comissão Diretora do PND avaliaram a situação econômico-financeira, bem como as condições gerais para a privatização de inúmeras empresas, pertencentes predominantemente aos setores de siderurgia, fertilizantes, petroquímica, máquinas e equipamentos, escolhidas como ponto de partida para as privatizações em função de apresentarem alta concentração de capitais públicos e estarem dissociadas das áreas de competência específica do Estado.



A presença do Sistema BNDES no cenário econômico e financeiro do país é primordial para a viabilização dos investimentos de longo prazo necessários à formação bruta de capital fixo. Ao longo dos últimos cinco anos, o Sistema BNDES desembolsou, em média, US\$ 3,6 bilhões. Em 1990, os desembolsos atingiram US\$ 3,2 bilhões.

Considerando que a participação do Sistema BNDES cobre, na média, 50% das necessidades dos projetos por ele apoiados (sendo os outros 50% constituídos por recursos próprios do empresário e/ou recursos de terceiros), em 1990 o Sistema alavancou cerca de US\$ 6,4 bilhões em investimentos.

Essa expressiva canalização de recursos atende a uma demanda que se distribui por amplo leque de atividades:

- no que se refere aos *empreendimentos industriais*, o Sistema BNDES apóia praticamente todos os seus segmentos;
- na *infra-estrutura*, são prioritários os sistemas de transporte e armazenagem, telecomunicações, geração, transmissão e conservação de energia, incluindo-se ainda a infra-estrutura econômica e social de complexos e grandes projetos industriais;
- *desenvolvimento agrícola*, apoiando a empresa rural e as atividades de reflorestamento;
- *construção naval*;
- *comércio e serviços*;
- *comercialização de máquinas e equipamentos*;
- *proteção ao meio ambiente*;
- *desenvolvimento tecnológico*; e
- *fortalecimento do mercado de capitais e participação acionária*.

Em 1990, o Sistema BNDES teve como principal fonte de recursos o retorno dos financiamentos concedidos, que, no ano, respondeu por 62% do total do volume das aplicações (*Tabela 8*). A segunda maior fonte de recursos na composição do orçamento do BNDES é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, constituído a partir do Fundo PIS-Pasep. Em 1990, as transferências do FAT para o Sistema BNDES foram de Cr\$ 172,2 bilhões (US\$ 1,3 bilhão), equivalentes a 23% do

total das aplicações no ano. Numa escala menor de participação, os recursos do Fundo da Marinha Mercante representaram 8% do total das aplicações do Sistema BNDES.

O ano de 1990 registra declínio na maioria dos indicadores de desempenho da economia brasileira. A produção industrial reduziu-se em 8,6%, a maior queda desde 1981, e o PIB em 4,6%. Na realidade, a economia dava sinais de desaquecimento desde o último trimestre de 1989. Já era possível identificar retração no nível de produção em relação ao trimestre anterior, com a menor utilização da capacidade instalada em diversos gêneros industriais. Entre eles, destaquem-se o de bens de capital e os que incluem a produção de materiais de construção, o que denota queda do investimento, que se aprofundou ao longo de 1990.

Destarte, a demanda de crédito ao Sistema BNDES durante o ano de 1990 reflete a situação adversa que vinha se delineando desde 1989, quando as consultas recuaram 15% sobre 1988; o volume de enquadramentos, 32%; e as aprovações, 20%.

Dadas as etapas do processamento dos pedidos de apoio ao Sistema BNDES — consulta, enquadramento, aprovação e desembolso —, tais resultados naturalmente influenciariam, em 1990, as fases subseqüentes por que passam operações de porte significativo, a menos que o ano fosse marcado por uma retomada do crescimento que, influenciando as expectativas empresariais, induzisse a reativação do investimento. Tal não foi o caso, em função da política adotada pelo governo federal de priorizar a estabilização da economia, considerada condição necessária à retomada vigorosa do desenvolvimento.

No Sistema BNDES, os desembolsos se reduzem não apenas pela queda anterior no volume de consultas, enquadramentos e aprovações, mas também pela postergação de projetos cujo apoio já havia sido enquadrado e mesmo aprovado. Operações de processamento automático, que absorvem mais rapidamente o impacto de mudanças na condução da política econômica, contribuíram também para a diminuição do volume desembolsado.

A par da implementação do programa de estabilização, o governo trouxe a público, no transcorrer de 1990, um conjunto de diretrizes de longo prazo, entre as quais se destacam as relativas à política industrial e de comércio exterior. Não há dúvida, no entanto,

TABELA 8 — SISTEMA BNDES

DISCRIMINAÇÃO	1989				1990			
	Cr\$ milhões ¹	%	BTN milhões	%	Cr\$ milhões ¹	%	BTN milhões	%
(+) Recursos	968.037	100	5.518	100	782.635	100	7.354	100
Recursos Operacionais	661.532	68	3.771	68	536.201	69	4.525	62
Retorno	530.974	55	3.027	55	413.928	53	3.696	50
Retorno Escritural	7.821	1	45	1	0	—	0	—
Outros	122.736	13	700	13	122.272	16	829	11
Recursos Não-Operacionais	68.262	7	389	7	25.410	3	446	6
Recursos do Tesouro	22.676	2	129	2	184	0	1	0
Encargos Financeiros da União	5.245	1	30	1	184	0	1	0
Ressarcimento Decreto-lei 1.452	10.003	1	57	1	0	—	0	—
Vinculados	7.427	1	42	1	0	—	0	—
• Finsocial	3.100	0	18	0	0	—	0	—
• Outros (Jari)	4.327	0	25	0	0	—	0	—
Operações de Crédito — Externas	12.475	1	71	1	6.289	1	62	1
Outros Recursos	203.093	21	1.158	21	214.551	27	2.320	32
Transferência FAT	151.146	16	862	16	172.299	22	1.697	23
CDB/RDB	18.949	2	108	2	8.578	1	49	1
FMM	16.467	2	94	2	33.233	4	571	8
Diversos	16.531	2	94	2	442	0	3	0
(-) Dispêndios	972.783	100	5.545	100	752.811	100	6.714	100
Correntes e de Capital	293.944	30	1.676	30	272.261	36	2.283	34
Dispêndios Administrativos	22.800	2	130	2	18.663	2	162	2
Tributos	13.088	1	75	1	84.692	11	610	9
Serviço da Dívida	195.632	20	1.115	20	121.950	16	1.049	16
Cobertura do Benefício PIS-Pasep/FAT	38.739	4	221	4	46.956	6	461	7
Outros	23.686	2	135	2	0	—	0	—
Aplicações	678.839	70	3.870	70	480.550	64	4.431	66
Recursos Ordinários	562.447	58	3.206	58	420.586	56	3.910	58
Recursos Ordinários Escriturais	47.530	5	271	5	0	—	0	—
Recursos Vinculados	68.863	7	393	7	59.964	8	521	8

1) Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

que a assimilação e a operacionalização dessas políticas exigem certo tempo. Em termos do Sistema BNDES, a implementação dessas diretrizes vem requerendo a adaptação de políticas operacionais, com ênfase nas questões relacionadas à competitividade dos empreendimentos apoiados. Procura-se, dessa forma, criar instrumentos adequados à retomada dos investimentos. Embora já tenham sido definidos alguns desses

instrumentos, como é o caso do Financiamento à Exportação (Finamex) — para a comercialização externa de equipamentos —, é consenso que a efetiva retomada do desenvolvimento requer um ambiente de estabilidade econômica.

Consultas e Enquadramentos

A retração da demanda por crédito do Sistema BNDES, entre 1989 e 1990, está ilustrada nas Tabelas 9 e 10, que se referem às consultas submetidas à instituição financeira e aos enquadramentos concedidos a projetos considerados prioritários.

Em moeda constante, o total das consultas submetidas ao Sistema BNDES caiu 16% entre 1989 e 1990, refletindo uma retração de Cr\$ 1,36 trilhão para Cr\$ 1,14 trilhão.*

No período, os setores em que as consultas diminuíram mais expressivamente foram os de extração de minerais (-83%), agricultura (-55%) e indústrias de transformação (-46%).

Por oportuno, convém ressaltar que, com relação à distribuição setorial de consultas, enquadramentos, aprovações e desembolsos do Sistema BNDES, passa-se, a partir do presente Relatório, a utilizar a classificação do IBGE segundo os ramos e gêneros de atividade, que, pela generalização de seu uso, facilita avaliações sobre o assunto.

No que se refere à distribuição regional, enquanto houve ligeiro acréscimo das consultas provenientes das regiões Norte e Sudeste, 8% e 7%, respectivamente, a retração da intenção futura de investir, entre 1989 e 1990, foi drástica nas regiões Sul (-46%), Nordeste (-40%) e Centro-Oeste (-17%).

TABELA 9 — SISTEMA BNDES

CONSULTAS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE, GRANDES REGIÕES E OBJETIVO DO PROJETO			
	Cr\$ milhões constantes		
DISCRIMINAÇÃO	1989	1990	VARIAÇÃO %
Ramos de Atividade	1.365.617	1.141.156	- 16
Extração de Minerais	44.200	7.514	- 83
Agricultura	143.815	65.103	- 55
Indústria de Transformação	833.813	449.627	- 46
Serviços	342.282	493.267	44
Outros	1.507	125.645	8.238
Grandes Regiões	1.365.617	1.141.156	- 16
Norte	76.000	81.862	8
Nordeste	286.099	172.044	- 40
Sudeste	602.776	645.614	7
Sul	316.752	171.942	- 46
Centro-Oeste	83.991	69.694	- 17
Objetivo do Projeto	1.365.617	1.141.156	- 16
Investimento Fixo/Misto ¹	1.274.820	1.059.219	- 17
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	85.204	19.913	- 77
Outros ²	5.594	62.024	1.009

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

1) Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização ou modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2) Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

TABELA 10 — SISTEMA BNDES

ENQUADRAMENTOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE, GRANDES REGIÕES E OBJETIVO DO PROJETO			
	Cr\$ milhões constantes		
DISCRIMINAÇÃO	1989	1990	VARIAÇÃO %
Ramos de Atividade	1.041.431	739.043	-29
Extração de Minerais	21.847	5.300	-76
Agricultura	84.339	31.436	-63
Indústria de Transformação	696.330	364.872	-48
Serviços	230.361	337.368	46
Outros	8.553	66	-99
Grandes Regiões	1.041.431	739.043	-29
Norte	80.779	48.255	-40
Nordeste	213.704	115.273	-46
Sudeste	466.804	404.903	-13
Sul	228.776	117.369	-49
Centro-Oeste	51.367	53.243	4
Objetivo do Projeto	1.041.431	739.043	-29
Investimento Fixo/Misto ¹	969.521	738.325	-24
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	60.877	718	-99
Outros ²	11.033	0	-

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

1) Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização ou modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2) Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

O mesmo fenômeno de retração se repete nos enquadramentos do Sistema BNDES (Tabela 10), que refletem as prioridades concedidas no ano. De um total de Cr\$ 1 trilhão em 1989, os enquadramentos se reduzem para Cr\$ 739 bilhões em 1990, registrando queda de 29%.

Em termos setoriais, os resultados negativos mais expressivos se referem a extração de minerais (-76%), agricultura (-63%) e indústria de transformação (-48%). O único setor que registrou incremento nos enquadramentos foi o de serviços, que se elevou de Cr\$ 230,3 bilhões em 1989 para Cr\$ 337,3 bilhões em 1990, o que equivale a um acréscimo de 46%.

Por regiões, observa-se uma queda generalizada dos enquadramentos, com destaque para as regiões Sul (-49%), Nordeste (-46%) e Norte (-40%). A única região que registra um acréscimo de enquadramentos (4%) é o Centro-Oeste, cujos pleitos enquadrados passam de Cr\$ 51,3 bilhões em 1989 para Cr\$ 53,2 bilhões em 1990.

Aprovações

A análise da *Tabela 11* demonstra que a queda nas aprovações do Sistema BNDES entre 1989 e 1990, ao reduzir-se de Cr\$ 925,2 bilhões para Cr\$ 496,7 bilhões (-46%), só é comparável à relação ocorrida no início da década de 80, ou seja, entre 1981 e 1982 (-48%).

Analisadas sob o ponto de vista de objetivo do projeto (*Tabela 12*), 98% do total das aprovações em 1990, ou seja, Cr\$ 487,6 bilhões,

foram canalizados para operações de ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização e/ou modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico. Observe-se que, em 1989, o percentual das aprovações do Sistema BNDES para esses tipos de operação foi menor: 84%. Nesse ano, as operações de fortalecimento e saneamento financeiro representaram 13% do total das aprovações. Em 1990, esse percentual reduziu-se a ponto de se tornar inexpressivo: 2%.

TABELA 11 — SISTEMA BNDES

ANO	EVOLUÇÃO DAS APROVAÇÕES			
	BTN mil		Cr\$ milhões constantes ¹	
	VALOR	VARIAÇÃO %	VALOR	VARIAÇÃO %
1981	5.936.216	—	1.041.327	—
1982	3.086.837	-48	541.491	-48
1983	3.673.333	19	644.373	19
1984	4.415.711	20	774.601	20
1985	3.453.055	-22	605.732	-22
1986	4.069.422	18	713.855	18
1987	5.863.802	44	1.028.624	44
1988	6.573.886	12	1.153.186	12
1989	5.274.485	-20	925.246	-20
1990	4.529.027	-14	496.765	-46

1) Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

TABELA 12 — SISTEMA BNDES

OBJETIVO	APROVAÇÕES SEGUNDO OS OBJETIVOS DO PROJETO				
	Cr\$ milhões constantes				VARIAÇÃO %
	1989		1990		
	VALOR	%	VALOR	%	
Investimento Fixo/Misto ¹	778.700	84	487.657	98	-37
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	119.440	13	8.697	2	-93
Outros ²	27.106	3	412	0	-98
TOTAL	925.246	100	496.765	100	-46

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

1) Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização ou modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2) Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Numa visão de distribuição espacial dos recursos do Sistema BNDES, observa-se que nos últimos cinco anos, entre 1986 e 1990, as regiões Norte e Centro-Oeste mantiveram inalteradas sua participação no total das aprovações do Sistema BNDES: 3% e 4%, respectivamente (Tabela 13).

Digno de nota é que a participação da região Nordeste no total das aprovações do Sistema BNDES cresceu de um percentual de 18%, em 1986, para 23% em 1989 e mantém-se no patamar dos 20% em 1990.

Já para a região Sul foram canalizados 25% do total das aprovações, enquanto a região Sudeste, apesar de deter a maior parcela (48%), vê esse percentual cair progressivamente desde 1988, quando atingiu o nível recorde de 54% do total das aprovações do Sistema BNDES.

A respeito da distribuição regional dos recursos do Sistema BNDES, vale tecer alguns comentários.

De acordo com o Departamento de Contas Nacionais do IBGE, a composição do Produto Interno Bruto brasileiro se dividia em 1985*, em termos regionais, da seguinte forma:

Norte.....	4,35%
Nordeste.....	13,55%
Sudeste.....	58,18%
Sul.....	17,69%
Centro-Oeste.....	6,24%

Nesse ano, as aprovações do Sistema BNDES se distribuíam percentualmente pelas regiões brasileiras conforme o padrão abaixo:

Norte.....	5,2%
Nordeste.....	18,9%
Sudeste.....	55,6%
Sul.....	16,5%
Centro-Oeste.....	3,8%

Estimando-se que num espaço de cinco anos a participação das regiões na formação do PIB sofreu variações de pouca relevância, considera-se válido cotejá-las com as aprovações do Sistema BNDES em 1990 distribuídas espacialmente. Tem-se, então:

	PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA FORMAÇÃO DO PIB EM 1985 (%)	APROVAÇÕES DO SISTEMA BNDES POR REGIÕES EM 1990 (%)
Norte	4,35	3
Nordeste	13,55	20
Sudeste	58,18	48
Sul	17,69	25
Centro-Oeste	6,24	4

(*). Dados mais recentes de composição regional do PIB, segundo o IBGE.

TABELA 13 — SISTEMA BNDES

GRANDES REGIÕES	1986		1987		1988		1989		1990	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Norte	22.097	3	42.368	4	37.631	3	56.420	6	14.933	3
Nordeste	131.143	18	171.881	17	231.797	20	212.067	23	98.493	20
Sudeste	365.574	51	546.691	53	625.415	54	436.693	47	240.890	48
Sul	163.107	23	225.690	22	209.131	18	186.552	20	123.352	25
Centro-Oeste	31.936	4	42.000	4	49.306	4	33.018	4	19.097	4
BRASIL	713.857	100	1.028.631	100	1.153.281	100	924.750	100	496.765	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

O que se observa é que ao longo dos últimos cinco anos as aprovações do Sistema BNDES segundo as regiões do país obedecem à estrutura de formação do PIB brasileiro, com algumas ressalvas relevantes:

- A região Sudeste, que responde por cerca de 58% da formação do PIB, é também aquela para a qual é direcionada a maior parcela das aprovações do Sistema BNDES. Mas as aprovações do Sistema para essa região são sempre, em termos percentuais, menores do que sua participação na formação do PIB.
- Por outro lado, a região Nordeste, que participa com cerca de 13,5% na formação do produto, tem tido projetos aprovados pelo Sistema BNDES em percentuais sensivelmente superiores: 18,9% em 1985 e 20% em 1990.
- A região Sul, que em 1985 recebeu 16,5% do total das aprovações do Sistema BNDES, viu essa participação crescer expressivamente no período de cinco anos, atingindo 25% em 1990.

Esses dados demonstram a preocupação do Sistema BNDES em reduzir os desequilíbrios na distribuição espacial da renda. Na realidade, o Sistema já pratica, há anos, uma política de taxas de juros diferenciada, privilegiando com custos mais baixos os financiamentos para projetos implantados nas regiões menos desenvolvidas do país, tais como o Norte e o Nordeste.

Ao alocar recursos para as regiões Nordeste e Sul em percentuais superiores às suas respectivas participações na formação do Produto Interno Bruto, o Sistema BNDES atua em sintonia com o governo federal no sentido de promover um processo de desenvolvimento mais abrangente, num esforço para apoiar novas oportunidades de geração de emprego, através do incremento da produção física de bens manufaturados, e para financiar novas atividades no setor de serviços, sob a ótica da desconcentração espacial das atividades econômicas.

Enfim, a análise das aprovações do Sistema BNDES em 1990 segundo os ramos de atividade demonstra claramente a posição de destaque da indústria de transformação. De fato, 69% do total das aprovações beneficiaram projetos industriais (*Tabela 14*). O setor de serviços absorveu 27% das aprovações, enquanto extração mineral e agricultura responderam por 1% e 3%, respectivamente.

O total das aprovações do Sistema BNDES para a indústria de transformação se elevou a Cr\$ 341,9 bilhões (*Tabela 19*). Desse valor, 23% foram direcionados para projetos no setor de papel e celulose, 20% para o setor de química, 13% para produtos alimentares e 11% para metalurgia. Os outros gêneros de atividade tiveram participação reduzida na distribuição setorial das aprovações do Sistema BNDES em 1990.

TABELA 14 — SISTEMA BNDES

RAMOS DE ATIVIDADE	APROVAÇÕES SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE									
	Cr\$ milhões constantes									
	1986		1987		1988		1989		1990	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Extração de Minerais	15.318	2	22.488	2	15.144	1	21.179	2	3.994	1
Agricultura	7.145	1	17.313	2	31.123	3	45.158	5	15.156	3
Indústria de Transformação	447.228	63	542.198	53	725.147	63	658.841	71	341.971	69
Serviços	224.230	31	391.182	38	356.140	31	194.498	21	135.209	27
Outros	19.936	3	55.450	5	25.727	2	5.098	1	436	0
TOTAL	713.857	100	1.028.631	100	1.153.281	100	924.774	100	496.765	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Desembolsos

A evolução dos desembolsos do Sistema BNDES, desde 1981 até 1990, está descrita na *Tabela 15*. Observa-se que os desembolsos vêm caindo expressivamente em moeda constante, nos últimos dois anos. Se em 1988 foram de Cr\$ 782 bilhões, em 1989 caíram para Cr\$ 631,3 bilhões, representando um decréscimo de 19%, e chegaram a Cr\$ 480,5 bilhões em 1990, correspondendo a um declínio de 24% em relação ao ano imediatamente anterior.

Praticamente o total dos desembolsos do Sistema BNDES (95%) beneficiou projetos de investimento fixo e/ou misto, reservando-se tão-somente 5% para operações de fortalecimento e saneamento financeiro (*Tabela 16*).

Em termos regionais, convém ressaltar que os desembolsos para a região Sudeste, que foram de Cr\$ 351,4 bilhões em 1986, representando 57% do total, caíram para Cr\$ 205,1 bilhões em 1990, ou seja, 43% do total dos desembolsos do Sistema BNDES (*Tabela 17*).

TABELA 15 — SISTEMA BNDES

EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS

ANO	BTN mil		Cr\$ milhões constantes ¹	
	VALOR	VARIAÇÃO %	VALOR	VARIAÇÃO %
1981	2.230.470	—	391.267	—
1982	2.887.354	29	506.498	29
1983	3.649.542	26	640.200	26
1984	3.577.740	-2	627.604	-2
1985	3.306.042	-8	579.943	-8
1986	3.501.885	6	614.298	6
1987	4.206.645	20	737.926	20
1988	4.457.905	6	782.002	6
1989	3.598.853	-19	631.308	-19
1990	4.431.013	23	480.550	-24

1) Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

TABELA 16 — SISTEMA BNDES

DESEMBOLSOS SEGUNDO OS OBJETIVOS DO PROJETO

Cr\$ milhões constantes

OBJETIVO	1989		1990		VARIAÇÃO %
	VALOR	%	VALOR	%	
Investimento Fixo/Misto ¹	545.203	86	455.862	95	-16
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	73.051	12	22.627	5	-69
Outros ²	13.054	2	2.060	0	-84
TOTAL	631.308	100	480.550	100	-24

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

1) Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização ou modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2) Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

TABELA 17 — SISTEMA BNDES

GRANDES REGIÕES	DESEMBOLSOS SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES									
	Cr\$ milhões constantes									
	1986		1987		1988		1989		1990	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Norte	35.167	6	54.716	7	51.803	7	59.277	9	43.402	9
Nordeste	100.977	16	128.552	17	124.522	16	120.096	19	107.348	22
Sudeste	351.437	57	356.248	48	443.359	57	299.854	47	205.116	43
Sul	104.622	17	169.966	23	131.626	17	129.412	20	104.679	22
Centro-Oeste	22.098	4	28.445	4	30.650	4	22.669	4	20.004	4
BRASIL	614.301	100	737.927	100	781.959	100	631.308	100	480.550	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Em contrapartida, os desembolsos para a região Nordeste vêm crescendo em termos percentuais. Se em 1986 eram de Cr\$ 100,9 bilhões, ou seja, 16% do total, em 1990 atingiram Cr\$ 107,3, representando 22% dos desembolsos do Sistema.

A região Sul, apesar de manter, em valor, uma posição inalterada, tendo recebido desembolsos do Sistema BNDES de Cr\$ 104,6 bilhões em 1986 e 1990, registra um crescimento de 17% para 22% em sua participação na alocação total dos desembolsos da instituição financeira.

Segundo os ramos de atividade, os desembolsos acompanham o comportamento das aprovações, com supremacia absoluta da indústria de transformação. De um valor total de Cr\$ 480,5 bilhões desembolsados em 1990, Cr\$ 354,4 bilhões foram injetados na indústria brasileira. O setor de serviços recebeu Cr\$ 100,6 bilhões, ou seja, 21%. A participação dos ramos de atividade extração de minerais e agricultura foi inexpressiva: 1% e 4%, respectivamente (Tabela 18).

TABELA 18 — SISTEMA BNDES

RAMOS DE ATIVIDADE	DESEMBOLSOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE									
	Cr\$ milhões constantes									
	1986		1987		1988		1989		1990	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Extração de Minerais	22.311	4	26.119	4	13.892	2	13.927	2	6.818	1
Agricultura	4.959	1	9.501	1	15.098	2	21.270	3	16.945	4
Indústria de Transformação	323.346	53	377.183	51	480.493	61	408.721	65	354.477	74
Serviços	241.658	39	305.561	41	243.957	31	177.518	28	100.616	21
Outros	22.026	4	19.563	3	28.520	4	9.873	2	1.695	0
TOTAL	614.300	100	737.927	100	781.959	100	631.308	100	480.550	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Numa análise da distribuição setorial dos desembolsos do Sistema BNDES (Tabela 19), ressalta-se que, de um total de Cr\$ 354,4 bilhões direcionados para a indústria de transformação, 33% desse valor, ou seja, Cr\$ 115,5 bilhões, foram

canalizados para o setor de papel e celulose. Tanto a metalurgia como a química receberam 15% dos desembolsos, sendo 8% do total canalizados para os produtos alimentares.

TABELA 19 — SISTEMA BNDES

APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO								
Cr\$ milhões constantes								
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	APROVAÇÕES				DESEMBOLSOS			
	1989		1990		1989		1990	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos	15.537	2	9.099	3	9.749	2	8.884	3
Metalúrgica	61.420	9	36.736	11	61.122	15	52.201	15
Mecânica	26.882	4	15.808	5	19.603	5	12.577	4
Material Elétrico e de Comunicação	25.488	4	16.351	5	19.937	5	11.698	3
Material de Transporte	72.314	11	7.643	2	31.354	8	22.588	6
Madeira	11.728	2	7.816	2	5.913	1	5.471	2
Mobiliário	3.026	0	1.953	1	1.997	0	1.951	1
Papel e Papelão (Inclui Celulose)	161.313	24	78.439	23	104.169	25	115.550	33
Borracha	3.352	1	2.675	1	2.667	1	1.144	0
Couros e Peles, Artefatos para Viagem	2.385	0	1.313	0	1.872	0	923	0
Química	128.152	19	67.021	20	53.382	13	52.482	15
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	2.951	0	1.452	0	1.528	0	1.310	0
Perfumaria, Sabões e Velas	4.203	1	722	0	2.994	1	402	0
Produtos de Matérias Plásticas	22.618	3	14.176	4	15.092	4	12.399	3
Têxtil	37.314	6	20.874	6	26.135	6	16.214	5
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	9.201	1	4.841	1	8.270	2	3.357	1
Produtos Alimentares	52.011	8	43.202	13	29.672	7	26.674	8
Bebidas	12.768	2	7.604	2	8.686	2	5.626	2
Fumo	0	0	87	0	0	0	67	0
Editorial e Gráfica	3.778	1	2.563	1	2.693	1	1.586	0
Diversas	2.752	0	1.595	0	1.886	0	1.374	0
TOTAL	659.193	100	341.971	100	408.721	100	354.478	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Na Tabela 20 ilustra-se a alocação dos desembolsos do Sistema BNDES segundo os gêneros de atividade de serviços. De um total de Cr\$ 100,6 bilhões, 60% foram direcionados para o setor de transportes, 18% para os serviços industriais de utilidade pública e 5% para a construção.

O próximo capítulo deste Relatório de Atividades qualifica mais detalhadamente a atuação setorial do Sistema BNDES, tanto no que se refere à indústria como ao setor de infra-estrutura, com particular destaque para energia e transportes.

TABELA 20 — SISTEMA BNDES

SERVIÇOS		APROVAÇÕES				DESEMBOLSOS			
		1989		1990		1989		1990	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Atividades de Apoio (Utilidades) e Serviços de Caráter Industrial		17.260	9	665	—	3.195	2	372	—
Atividades Administrativas		6	—	1	—	116	—	2	—
Construção		12.947	7	10.025	7	15.252	9	4.750	5
Serviços Industriais de Utilidade Pública		21.029	11	16.467	12	38.766	22	17.707	18
Comércio Varejista		5.302	3	3.128	2	4.108	2	2.112	2
Comércio Atacadista		1.023	1	595	—	726	—	481	—
Instituições de Crédito, de Seguros e de Capitalização		266	—	23	—	227	—	6	—
Comércio, Incorporação e Administração de Imóveis, Títulos e Valores Mobiliários		716	—	47	—	358	—	140	—
Transportes		102.759	53	91.545	68	85.402	48	60.045	60
Comunicações		11.412	6	1.176	1	5.187	3	3.453	3
Alojamento e Alimentação		6.147	3	2.864	2	6.717	4	3.007	3
Serviços de Reparação, Manutenção e Confecção		250	—	282	—	230	—	93	—
Higiene Pessoal, Saunas, Termas e Fisioterapia		4	—	0	—	3	—	0	—
Diversões, Radiodifusão e Televisão		907	—	125	—	316	—	384	—
Diversos		9.796	5	6.589	5	13.239	7	5.725	6
Serviços Profissionais		1.921	1	1.046	1	1.694	1	769	1
Administração Pública Direta e Autárquica		2.812	1	628	—	1.395	1	597	1
Entidades de Desenvolvimento		0	—	0	—	586	—	972	1
TOTAL		194.557	100	135.209	100	177.518	100	100.616	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Ação Setorial 4

Apesar da retração da demanda de crédito em 1990, tanto sob o ponto de vista das consultas e enquadramentos como das aprovações e desembolsos do Sistema BNDES, observa-se que praticamente em todos os setores da atividade industrial uma série de projetos de vulto foi contemplada com o apoio do Banco e suas subsidiárias.

O objetivo deste capítulo é qualificar a atuação da instituição financeira em favor do desenvolvimento da economia brasileira, examinando mais detalhadamente o apoio do Sistema BNDES à indústria, à agricultura e agroindústria e à infra-estrutura.

Indústria

Papel e Celulose

Em 1990, as operações aprovadas mais significativas no setor de papel e celulose foram:

Aracruz Celulose S.A. — Solicitação de suplementação de recursos para término de sua expansão. Localizada no município de Aracruz (ES), a empresa estará duplicando, a partir de fevereiro de 1991, sua produção de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto, de 500 mil t/ano para 1,025 milhão t/ano. O investimento total do projeto é de cerca de Cr\$ 173 bilhões, com participação do Sistema de Cr\$ 71,3 bilhões, sendo Cr\$ 50 bilhões via apoio direto do Banco (dos quais Cr\$ 9,9 bilhões referem-se à atual suplementação), prevendo-se apoio da FINAME no valor de Cr\$ 21,3 bilhões.

Ripasa S.A. Celulose e Papel — Projeto de expansão da Ripasa S.A. em sua unidade industrial localizada no município de Limeira (SP). Consiste na implantação de uma segunda máquina para a produção de papel de imprimir e escrever, com capacidade de 490 t/dia, e turbogerador de 12 MW. Com tal investimento, essa

unidade terá sua capacidade instalada aumentada de 85 mil t/ano para cerca de 250 mil t/ano. O investimento total inicialmente previsto era de Cr\$ 14 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 5,6 bilhões, dividida meio a meio entre o Banco e a FINAME.

Riocell S.A. — Projeto de otimização da planta industrial e implantação de unidade de produção de cloro e soda da Riocell S.A., localizada no município de Guaíba (RS). Consiste no aumento da capacidade de branqueamento, passando de 665 t/dia para 1.000 t/dia, e investimentos complementares. O total aplicado é de cerca de Cr\$ 12,8 bilhões, sendo a participação do Sistema BNDES de Cr\$ 6,7 bilhões, dividida entre o BNDES, com Cr\$ 2,7 bilhões, e a FINAME, com Cr\$ 4 bilhões.

Celpav — Cia. Votorantim de Celulose e Papel — Projeto de implantação de unidade industrial integrada para produção de celulose e papel no município de Luiz Antônio (SP), com capacidade para produção de 750 t/dia de celulose branqueada e cerca de 780 t/dia de papel de imprimir e escrever. O investimento total previsto é de Cr\$ 85,1 bilhões, sendo a participação do Sistema BNDES de Cr\$ 17,6 bilhões, dos quais Cr\$ 9 bilhões do BNDES, aprovados em 1990, e Cr\$ 8,6 bilhões previstos da FINAME, além de participação da BNDESPAR no capital da empresa.

Também em 1990, foram realizadas expressivas liberações de recursos para projetos aprovados anteriormente, principalmente o da Bahia Sul Celulose S.A., Inpacel — Papel e Celulose Arapoti S.A. e Ripasa S.A.

Química e Petroquímica

As principais operações aprovadas pelo Sistema BNDES no setor petroquímico, em 1990, foram:

Norclor — Financiamento do BNDES no valor de Cr\$ 11,9 bilhões para projeto de implantação de uma unidade produtora de MVC e PVC no Pólo Cloroquímico de Alagoas, com capacidade de 200 mil t/ano de MVC e 200 mil t/ano de PVC, com tecnologia da European Vinyl Corporation. O investimento total previsto é de US\$ 325 milhões, estando ainda por definir a participação das fontes de financiamento externo — como a do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento — e a da BNDESPAR.

Elekeiroz — O projeto, contratado em fevereiro de 1990, prevê apoio no valor de Cr\$ 1,4 bilhão para a implantação de uma unidade produtiva de 10 mil t/ano de anidrido ftálico, em Várzea Paulista (SP), com investimento global de Cr\$ 2,6 bilhões.

Polibrasil/Braspol — Investimento de Cr\$ 5 bilhões para a implantação de unidade produtora de resina de polipropileno, em área contígua à Refinaria de Duque de Caxias, com capacidade de 100 mil t/ano, cujo investimento monta a Cr\$ 17,1 bilhões.

Pronor — Financiamento a diversos programas de investimentos que incluem desenvolvimento tecnológico, unidade de foscênio, ampliação da planta de TDI, automação, unidade de anilina, melhorias de processo e capital de giro. O investimento global monta a Cr\$ 6,5 bilhões e o financiamento contratado é de Cr\$ 2,8 bilhões.

Cabe ressaltar que a Pronor já possuía um apoio do BNDES, desde 1987, para ampliação de sua capacidade de produção de TDI. Em 1990, foram liberados Cr\$ 23,4 bilhões, concluindo dessa forma o referido projeto.

Companhia Brasileira de Poliuretanos — Financiamento de Cr\$ 1 bilhão para ampliação de sua capacidade de produção de MDI, de 10 mil t/ano para 20 mil t/ano. O investimento global monta a Cr\$ 2,2 bilhões. A antiga unidade de 10 mil t/ano de MDI também mereceu apoio, tendo sido concluída em 1990.

Sintenor — Apoio no valor de Cr\$ 164,1 milhões para a implantação de duas unidades produtivas, sendo uma de polioli poliéster com capacidade de 2 mil t/ano e a outra de polioli poliéster com capacidade de 2.500 t/ano, em Camaçari (BA). O projeto está orçado em Cr\$ 344 milhões e já teve todo seu apoio liberado em 1990.

Novotex S.A. — Implantação de uma unidade industrial em Gravataí (RS), destinada à produção de 5.200 t/ano de não-tecidos de polipropileno, utilizando um processo contínuo de termossoldagem dos filamentos denominados *spunbounded*. O investimento é de Cr\$ 1,5 bilhão, sendo o valor total do financiamento de Cr\$ 914 milhões; em 1990, foi aprovado um suplemento de Cr\$ 47,9 milhões para esse projeto.

Fitesa — Fibras e Filamentos S.A. — Implantação de unidade industrial em Gravataí (RS) para a produção de 9 mil t/ano de fibras de polipropileno especiais para utilização em diversos segmentos industriais. O investimento total é de Cr\$ 1,3 bilhão e o valor do financiamento é de Cr\$ 247 milhões.

Nitroclor — Produtos Químicos S.A. — Integralização do capital social da Central de Tratamento de Efluentes Líquidos S.A. (Cetrel), empresa responsável pela operação do sistema de coleta, tratamento e disposição final dos efluentes líquidos, industriais e sanitários do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec). O investimento previsto é de Cr\$ 2 bilhões e o valor do financiamento é de Cr\$ 913 milhões.

Copene — Petroquímica do Nordeste S.A. — Colaboração financeira à Copene destinada à integralização de ações ordinárias da Cia. Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo), que utilizará os recursos na conclusão de seu projeto de expansão da produção de elastômeros, de 71.300 t/ano para 115.300 t/ano, na unidade industrial situada no município de Cabo (PE). O valor do investimento é de Cr\$ 4,7 bilhões e o do financiamento é de Cr\$ 1,7 bilhão.

Copene Monômeros Especiais S.A. —

O projeto tem como objetivo a implantação de uma unidade para produção de buteno-1, a partir do refinado II da corrente C4 da unidade de MTBE, com capacidade para 25 mil t/ano. O valor do investimento previsto é de Cr\$ 1,6 bilhão e o do financiamento é de Cr\$ 778 milhões, contratado em janeiro de 1990.

Mineração e Metalurgia

No setor de mineração e metalurgia, em 1990, foram as seguintes as principais operações aprovadas pelo Sistema BNDES:

Grupo Italmagnésio (Italmagnésio do Nordeste e Italmagnésio S.A.) — O plano de investimento do grupo compreende a expansão da fábrica de ferrossilício, em Várzea da Palma (MG), de 52 mil t/ano para 104 mil t/ano; o reflorestamento de 44 mil ha durante o período de sete anos; a expansão da fábrica de rodas, de 600 mil para 1,2 milhão de rodas/ano, em São Paulo (SP); e a implantação de três usinas hidrelétricas, com potência instalada total de 52 MW.

O projeto global foi aprovado em dezembro de 1990, sendo previsto um investimento total de Cr\$ 39,8 bilhões. A solicitação de financiamento atinge Cr\$ 12,9 bilhões do BNDES e Cr\$ 5,7 bilhões da FINAME, representando 47% dos recursos a serem aplicados no período de 1990 a 1999.

O projeto de expansão de ferrossilício (INE) deverá se elevar a Cr\$ 20,1 bilhões, sendo que o financiamento direto do BNDES será de 22,4%. Em dezembro foi realizada a primeira liberação, no valor de Cr\$ 1,3 bilhão.

O projeto de expansão de rodas (ISA) deverá montar a Cr\$ 1,6 bilhão, sendo que o BNDES participará com 16,2%. Em dezembro foi realizada a primeira liberação, no valor de Cr\$ 151 milhões.

O projeto de reflorestamento, conduzido pela GET Empreendimentos Agro-Florestais, teve aprovado seu pleito de financiamento pelo BNDES no valor de Cr\$ 1,5 bilhão. A implantação das usinas hidrelétricas é analisada na seção "Energia Elétrica" deste Relatório de Atividades.

Minerações Brasileiras Reunidas —

Foi analisado o pedido de suplementação de recursos para a conclusão do projeto de expansão da capacidade produtiva de minério de ferro da Mina de Mutuca, localizada em Nova Lima (MG), de 4,4 milhões de t/ano para 6,5 milhões de t/ano.

A suplementação de recursos, de Cr\$ 260 milhões, foi aprovada pela Diretoria e totalmente desembolsada em 1990.

Cia. Paulista de Ferro-Ligas S.A. — A empresa, com capacidade instalada de 160 mil t/ano de ferroligas, distribuída em nove unidades industriais, vem a ser a principal empresa do Grupo Paulista de Ferro-Ligas, que é o maior produtor nacional de ferroligas.

A Cia. Paulista de Ferro-Ligas solicitou recursos ao BNDES, através do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), na linha POC Ambiental, no valor de Cr\$ 235 milhões, e Cr\$ 528 milhões na linha FINAME, sendo o investimento total de Cr\$ 1,4 bilhão, destinado à implantação da primeira etapa do sistema de controle de poluição gerada nos fornos de três usinas da Paulista localizadas em Minas Gerais. Dos recursos solicitados, cerca de 90% foram utilizados no exercício de 1990.

Casil S.A. — Carbureto de Silício — A Casil é uma empresa do Grupo Paulista de Ferro-Ligas, com sede em São Paulo e unidade industrial em Barbacena (MG).

O projeto apoiado pelo BNDES em 1990 consiste na ampliação da capacidade produtiva, de 18 mil t/ano para 30 mil t/ano, de carbureto de silício, que vem a ser a matéria-prima para abrasivos e refratários. Ressalte-se que cerca de 60% da produção é exportada.

O investimento total equivale a Cr\$ 2,1 bilhões, sendo o apoio indireto do BNDES de Cr\$ 455 milhões e, na linha FINAME, de Cr\$ 663 milhões. O projeto deverá estar inteiramente concluído no primeiro semestre de 1991.



Mangels Industrial — Empresa-holding do Grupo Mangels, tem sob seu comando direto e indireto dez empresas ativas, localizadas em São Paulo e Minas Gerais.

Dentre seus principais produtos se destacam os laminados de aço, botijões e tanques de combustível e de ar comprimido, rodas esportivas e galvanização de superfície metálica.

O relacionamento da Mangels com o Sistema BNDES data de 1975 e conta inclusive com a participação acionária da BNDESPAR.

O projeto em curso será implantado em suas três principais unidades fabris, dando ênfase ao aumento da produtividade, redução de custos de produção, modernização da empresa e desenvolvimento tecnológico, o que propiciará maior competitividade tanto no mercado interno como no externo.

O valor do investimento total é de Cr\$ 6,6 bilhões, utilizando-se de Cr\$ 1,2 bilhão de recursos ordinários do Sistema e Cr\$ 1,9 bilhão de recursos da linha Bird-BID, distribuídos entre equipamentos (US\$ 10,3 milhões) e insumos (US\$ 1,1 milhão). Paralelamente, o BNDES apoiou o aumento de capital da empresa, realizado em agosto de 1990, concedendo recursos para repasse aos acionistas no valor de Cr\$ 662.756.845,10 (valor de agosto de 1990), prestando garantia firme de subscrição de ações e apoiando a oferta pública através do Programa de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional/Financiamento à Subscrição Pública de Valores Mobiliários (Procap/Finac). O total de recursos efetivamente liberado foi de Cr\$ 89.700.360,70 (valor de setembro de 1990).

Metal-Mecânica, Bens de Capital e o Complexo Eletrônico

O Sistema BNDES vem conferindo, ao longo dos últimos anos, alta prioridade aos segmentos de metal-mecânica, bens de capital e, particularmente, ao complexo eletrônico.

Nesse contexto, convém ressaltar algumas das principais operações apoiadas pelo Sistema BNDES em 1990:

CEV — Componentes Eletrônicos Ltda. — O projeto se encontra em fase de contratação no BNDES e objetiva a implantação de uma unidade industrial em Gravataí (RS). Atuando na indústria de eletrônica embarcada, a empresa pretende fabricar os seguintes produtos: injeção eletrônica, computador de bordo, *check-control* e alarme eletrônico. O financiamento, além de contemplar investimentos fixos em construção civil e equipamentos, destina-se a desenvolvimento tecnológico de produtos e aparelhamento de laboratório de P&D.

A injeção eletrônica terá tecnologia fornecida pela Delco. Isso possibilitará à CEV absorver a tecnologia do processo de montagem de placas SMD (*surface mounted device*), que permite a miniaturização das placas, menor custo e melhor qualidade dos produtos e cuja utilização está em fase pioneira no país.

A CEV é uma empresa do Grupo Iochpe, que atualmente opera nos setores financeiro, industrial e de seguros. O investimento total previsto é da ordem de Cr\$ 2,1 bilhões, sendo a participação do Sistema BNDES, inclusive FINAME, de Cr\$ 1,3 bilhão.

Edisa — Informática S.A. —

O relacionamento da empresa com o Sistema BNDES se refere basicamente a três operações:

- a) Expansão de unidade industrial e aquisição de equipamentos importados e nacionais — O contrato original de 1987 teve suplementação de recursos em 1989. As liberações em 1990 foram as últimas e totalizaram Cr\$ 447 milhões. O investimento total do projeto foi de Cr\$ 6,1 bilhões, tendo o Sistema BNDES participado com Cr\$ 3,7 bilhões.



b) Projetos de locação — Trata-se de financiamento da comercialização direta, sob a forma de locação, dos sistemas de supermicrocomputadores de sua produção. O contrato, de novembro de 1989, no valor de Cr\$ 662 milhões, contemplava o aluguel de 264 equipamentos. Esse foi o segundo programa de locação da Edisa e as liberações em 1990 totalizaram Cr\$ 644 milhões.

c) Um terceiro programa visa ao aluguel de 774 unidades. O valor dessa operação é de Cr\$ 2,1 bilhões e corresponde, como nas anteriores, a 100% dos custos de produção, que representam 49% do preço de venda. Esse projeto foi analisado em 1990, devendo ser aprovado e contratado em 1991.

A Edisa tem como parceiro tecnológico a Hewlett Packard, norte-americana, visando ao acesso a produtos tecnologicamente atualizados.

O programa de apoio à comercialização sob a forma de aluguel de equipamentos de informática foi iniciado em 1987 e teve como principal motivação ser essa uma prática comum no setor, sendo o principal mecanismo de comercialização utilizado pelas empresas transnacionais instaladas no país. Uma das vantagens para o usuário é a possibilidade de acesso permanente a equipamentos mais modernos, além de, em situações de incerteza, ser mais fácil optar pelo aluguel do que pela imobilização.

Vitech Tecnologia S.A. — Recebeu apoio do BNDES para projeto, em fase de liberação, cujo objetivo é a realocação da unidade de produção de São Paulo para Vitória (ES). A empresa produz periféricos, *drives*, monitores de vídeo, *interfaces* e fontes. O projeto trata da união das empresas Unitron e Technohead, ambas de São Paulo, ensejando a integração da eletrônica digital da primeira com a mecânica fina da segunda. O investimento total do projeto é de Cr\$ 941 milhões, sendo a participação do BNDES de Cr\$ 300 milhões.

Dynacom Tecnologia S.A. — A empresa tem financiamento do BNDES para projeto que objetiva a construção de uma planta industrial em Vitória (ES), para onde deverão ser realocadas e ampliadas suas atividades produtivas. A Dynacom fabrica microcomputadores, *videogames* e seus acessórios, monitor de vídeo, teclado,

terminal e fonte chaveada. Em 1990 foram liberados Cr\$ 223 milhões, representando a participação do BNDES um investimento total que se eleva a Cr\$ 877 milhões.

Cofap — Companhia Fabricadora de Peças — É o terceiro maior produtor mundial de anéis de pistão e o quinto em amortecedores. Para isso tem buscado constantemente a atualização tecnológica em processo, produtos e gerenciamento. Como parte desse esforço, assinou com o BNDES em 1989 contrato para apoio à automação e ao desenvolvimento tecnológico, cujo investimento total era de Cr\$ 11,1 bilhões.

Esse projeto se subdivide em dois campos de atuação, a saber:

- a) aumento da produtividade da empresa, incluindo automação industrial, automação de escritório, desenvolvimento de sistemas e outros, com implicações diretas no aumento de sua eficiência e, conseqüentemente, na redução de custos; e
- b) aperfeiçoamento tecnológico de vários produtos, melhorias nos processos de fabricação de alguns componentes e implantação de uma estrutura física e de recursos humanos que permita à empresa se posicionar adequadamente frente ao padrão de concorrência do setor.

O projeto deverá contribuir decisivamente para o avanço tecnológico do Grupo Cofap, propiciando maior competitividade no mercado mundial e também no mercado interno.

No âmbito do primeiro objetivo foram apoiados: automação industrial (coleta automatizada de dados de produção e mão-de-obra, implantação de estações de trabalho CAE, CAD, CAM), automação de escritórios, desenvolvimento e aquisição de sistemas, metodologia para desenvolvimento de sistemas e ampliação do centro de processamento de dados. É um processo abrangente que vem alcançando suas metas. Esses projetos somam investimentos de Cr\$ 4,5 bilhões.



No escopo do programa de desenvolvimento tecnológico da empresa foram contemplados projeto de forno sinterizado a alta temperatura, novo processo de brunimento, desenvolvimento de amortecedor eletrônico, aperfeiçoamentos no processo produtivo da unidade de suspensão, implantação do sistema de controle de qualidade e de um centro tecnológico de pesquisas de fundição. Os projetos de desenvolvimento tecnológico totalizam investimentos de Cr\$ 6,5 bilhões.

O investimento total consolidado se elevou a Cr\$ 11,1 bilhões, sendo a participação do Sistema BNDES, inclusive FINAME, de Cr\$ 7,2 bilhões.

Agricultura e Agroindústrias

Em 1990, a grande maioria dos projetos apoiados teve como finalidade a ampliação ou a implantação de unidades produtivas, a partir da utilização de tecnologias modernas no campo que possibilitassem o aumento da competitividade das empresas agrícolas e/ou agroindustriais, inclusive a nível internacional.

Ceval Centro-Oeste — A Ceval pertence ao Grupo Hering, representado por um conglomerado de empresas que atuam nos setores têxtil, alimentício e comercial, empregando diretamente cerca de 30 mil pessoas. Na área alimentícia, o grupo é o terceiro maior processador de soja do mundo, sendo que no segmento de carnes (aves, bovinos e suínos) ocupa posição logo atrás da Sadia e da Perdigão.

O projeto em questão se destina à implantação de uma unidade de esmagamento de soja em Rondonópolis (MT), com capacidade de processamento de 1.500 t/dia de soja em grão. Objetiva ainda a construção de uma rede de cinco silos em Mato Grosso, sendo três com capacidade de 48 mil toneladas, cada. A rede de silos se refere à complementação de investimentos

que a empresa vem implantando na região Centro-Oeste com a finalidade de montar uma estrutura de armazenagem adequada à estratégia de crescimento do grupo no complexo soja. O investimento total previsto é de Cr\$ 5,6 bilhões, sendo que o financiamento, sob a forma jurídica de consórcio, foi dividido entre o BNDES, que participa com Cr\$ 2,8 bilhões, correspondendo a 70% do total do crédito, e o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Badep), com Cr\$ 871 milhões.

Cutrale-Quintela — Operação aprovada e contratada em 1990, no valor de Cr\$ 3,9 bilhões, para um investimento total de Cr\$ 28,6 bilhões. A empresa atua na área de compra e venda de soja e se constitui na maior exportadora de soja em grão do país, tendo adquirido em 1990 cerca de 1,1 milhão de toneladas do produto.

O projeto tem como um dos principais objetivos a maior eficiência da matriz de transporte utilizada pela empresa, com o uso mais intensivo dos modos fluvial e ferroviário, reduzindo, assim, o custo do transporte da soja adquirida na região Centro-Oeste. Para tanto, serão realizados investimentos na compra de chatas fluviais e armazéns de transbordo de carga.

Além disso, prevê a implantação de uma unidade de esmagamento de soja e refino de óleo, localizada em São Simão (GO), marcando a entrada da Cutrale-Quintela no setor de beneficiamento de grãos.

Cooperseda — Operação aprovada e contratada em 1990, com um investimento total de Cr\$ 5 bilhões. Os investimentos previstos abrangem as áreas rural e industrial, sendo que o financiamento monta a Cr\$ 2,2 bilhões.

O projeto objetiva a implantação de toda uma estrutura ligada ao complexo seda, ou seja, fiação de seda, instituto de sementagem e unidades de criação sericícola e secadores de casulo.

A indústria de fios de seda, a ser implantada no município de Umuarama (PR), com uma capacidade final de produção de 650 t/ano de fios de seda, será a segunda maior fiação de seda nacional. Destaque-se que a indústria resultará da união de cinco cooperativas paranaenses (Cotriguaçu, Coopagro, Copagra, Cocamar e Cocafê).

Cocamar — Operação aprovada e contratada no valor de Cr\$ 1,7 bilhão para um investimento total de Cr\$ 9,7 bilhões. Objetiva a ampliação da indústria de fios de seda, localizada em Maringá (PR), passando de uma capacidade de 180 t/ano para 500 t/ano de fios de seda, e ampliação do processo de secagem de casulos verdes, de 15 t/dia para 35 t/dia.

Cabe destacar que os projetos da Cocamar e o da Cooperseda são uma decorrência da crescente competitividade que o país vem adquirindo, constituindo-se já no quinto maior produtor mundial de fios de seda. O produto nacional tem qualidade e tecnologia altamente competitivas, além de condições favoráveis de clima e solo que permitem obter de sete a oito criadas por ano, contra três a quatro da média internacional.

Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. (Coamo) — Operação aprovada e contratada no valor de Cr\$ 671 milhões, destinada à ampliação de unidade de fiação de algodão, com instalação de mais de 21.120 fusos. A capacidade instalada de produção passará das atuais 3.200 t/ano de fio para 7.600 t/ano.

Vale ressaltar que a Coamo obteve em 1989, pela quarta vez, o título de melhor empresa no setor agropecuário, segundo a revista *Exame*.

Indústria de Derivados de Mandioca Santa Cruz Ltda. — Ainda em 1990 foi aprovada e contratada operação objetivando a implantação de 1.758 ha de agricultura irrigada, construção de uma pequena central hidrelétrica e instalação de uma fecularia de mandioca, no município de Barreiras (BA). A participação do BNDES no projeto eleva-se a Cr\$ 1,4 bilhão.

Agropecuária Aruanã — Financiamento no valor de Cr\$ 113 milhões para concluir o plantio de 3.562 ha de castanheiras e unidade de beneficiamento para 1.275 t/safra de castanha-do-pará, em Itacoatiara (AM), com orientação técnica do CPATU-Embrapa, envolvendo um investimento total de Cr\$ 189 milhões.

O projeto é pioneiro porque faz reflorestamento com espécie nativa e de maneira rentável em área degradada pela bovinocultura. Poderá se transformar em exemplo para grande quantidade de fazendas, hoje tornadas antieconômicas pela ação das plantas invasoras nas pastagens abertas na floresta.

A empresa também produzirá e comercializará 500 mil mudas por ano de castanheiras selecionadas, contribuindo para o aumento da produção e da produtividade de castanha na região.

Agropecuária Hakone — O projeto visa ao aumento da oferta de carne de frango na região consumidora de Belém (PA), elevando a possibilidade de consumo de proteína animal, a preços relativamente mais baixos que os praticados na região. A redução dos preços dos produtos ofertados será feita principalmente pela eliminação do custo de transporte, uma vez que os produtos avícolas atualmente oferecidos na região Norte são, em sua maioria, provenientes das regiões Centro-Oeste e Nordeste.

A empresa deverá produzir e comercializar, a cada semana, 90 mil ovos férteis, 70 mil pintos de um dia para criação e venda, além do abate e comercialização de 40 mil frangos resfriados.

Para atender às necessidades do plantel avícola da empresa, será implantada fábrica de rações que poderá produzir, além da ração para frangos, vários tipos de alimentos destinados a bovinos, eqüinos e outros animais.

Apenas para aves, sete tipos de ração serão produzidos: três para os frangos de corte e quatro para as matrizes de linhagem mundialmente conhecida pela eficiência de produção.

O valor do investimento total será de Cr\$ 591 milhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 295 milhões.

Sadia Concórdia S.A. — Projeto Chalana — Objetiva a ampliação da produção de perus comerciais de um dia, através da construção de 27 aviários e introdução de nova linhagem de perus, *Hybrid large white*, além da implantação de infra-estrutura, compra de equipamentos e aquisição do plantel inicial. Sua localização é no município de Chapecó (SC).

A operação foi aprovada e contratada em 1990, no valor de Cr\$ 404 milhões, para um investimento total de Cr\$ 815 milhões. O Grupo Sadia é constituído por diversas empresas, que atuam nas áreas de alimentos,



serviços e comércio. Paralelamente, a Sadia contou com apoio do Banco para tratamento de efluentes visando ao controle de poluição oriunda do abate de animais em Concórdia (SC), no valor de Cr\$ 182 milhões.

Cambuhy Citrus Agroindústria e Comércio Ltda. — Operação aprovada em 1990 pelo BNDES no valor de Cr\$ 963 milhões, com participação prevista da FINAME de cerca de Cr\$ 1,2 bilhão, para um investimento total previsto de Cr\$ 4,5 bilhões. Objetiva a implantação de uma indústria de suco concentrado e congelado de laranja, no município de Matão (SP), com capacidade de produção de 32.824 t/ano.

Infra-Estrutura

Energia Elétrica

No início de 1990, uma análise do setor de energia elétrica indicava a debilidade econômico-financeira e institucional do segmento, aliada aos crescentes riscos de ocorrência, a médio prazo, de racionamentos e *blackout*. A mudança no padrão de financiamento, com o efetivo ingresso de capitais privados de risco — para o qual se faz necessária profunda reforma da regulamentação do setor —, está sendo considerada peça importante no conjunto de ações requeridas para a solução dessas questões.

Em 1988, a legislação setorial já havia sofrido reformulações com vistas a remover alguns óbices à participação da iniciativa privada. Criaram-se as figuras do *produtor independente* para sistemas isolados (gerador privado de energia para fornecimento à concessionária distribuidora local) e do *autoprodutor* (gerador privado para consumo próprio), através, respectivamente, da Portaria MME/GM nº 25, de 12.1.88, e da Portaria DNAEE nº 246, de 23.12.88. Entretanto, a implementação dessas novas normas demonstrou que diversos outros pontos ainda careciam de melhor explicitação, especialmente os relativos a desapropriação,

preço da energia; garantia de suprimento em caso de racionamentos; e possibilidade de a concessão constituir-se em garantia a empréstimos e financiamentos.

Ressalte-se, igualmente, que o BNDES, no que tange à questão da necessidade de aumento da oferta de energia elétrica, não se volta apenas para o acréscimo da capacidade de geração via participação — complementar — do setor privado. O Banco considera que o incremento de disponibilidade de eletricidade deva se dar também, e crescentemente, pela racionalização do uso da energia.

Nesse contexto, formulou-se em 1990 o documento “Diretrizes para a Atuação do BNDES no Setor Elétrico”, destacando-se:

- o fomento à participação da iniciativa privada na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para uso público;
- a intensificação dos programas de autoprodução e co-geração, inclusive pela explicitação da exigência de que projetos de ampliação e implantação nos setores eletrointensivos somente serão apoiados pelo Sistema BNDES quando apresentarem equacionamento para seu suprimento de energia, sem ônus adicional, direta ou indiretamente, para o setor público;
- a continuidade da promoção de investimentos em conservação e racionalização do uso de energia;
- o apoio financeiro à iniciativa privada para aplicação em obras públicas sob regime de pré-venda de energia; e
- em relação a projetos de transmissão e distribuição de empresas públicas, que os financiamentos seriam dirigidos exclusivamente à reorganização e modernização técnica e empresarial, com o objetivo de as concessionárias efetivamente aderirem a um modelo de gestão que privilegie o aumento da eficiência operacional e financeira dos sistemas existentes, preliminarmente à expansão da capacidade instalada.

A desaceleração do crescimento econômico em 1990 acarretou uma atenuação das preocupações com a crise de energia. O BNDES, entretanto, cênscio de que a crise está apenas sendo postergada, vem mantendo sua ação de fomento, bem como ampliando as articulações institucionais necessárias a viabilizar a participação crescente da iniciativa privada no setor elétrico.

Para tanto, o BNDES está negociando com o Banco Mundial no sentido de serem obtidos recursos da ordem de US\$ 200 milhões para aplicação em projetos de interesse da iniciativa privada no setor elétrico. Estima-se que até o final de 1991 estejam concluídos os trabalhos necessários ao encaminhamento do assunto à deliberação da administração superior do Bird.

No início de 1990, do elenco de alternativas de fomento avaliadas, a de possível implementação imediata seria a promoção do financiamento para auto-suprimento de energia elétrica, seja via co-geração, seja através da autoprodução. Como consequência, formalizou-se contrato no valor de Cr\$ 4,4 bilhões, para um investimento total de Cr\$ 9,7 bilhões, com a Italmagnésio Nordeste S.A., prevendo a implantação, em Minas Gerais, de três usinas com potência instalada total de 54 MW para autoprodução, ligadas diretamente à planta de ferrossilício da empresa.

Ademais, o Banco concedeu financiamento à empresa Cia. de Energia Elétrica do Estado de Tocantins (Celtins), objetivando a melhoria e expansão de suas linhas de transmissão e distribuição, bem como a recuperação da usina hidrelétrica da Isouru Ikeda, o que contribuirá para o adequado fornecimento de energia elétrica nesse estado. Ressalte-se que a Celtins, inicialmente constituída como concessionária pública do estado de Tocantins, foi recentemente privatizada. O investimento total nesse projeto é de Cr\$ 5,2 bilhões, sendo a participação do BNDES de Cr\$ 2,2 bilhões.

Receberam também enquadramento as solicitações de financiamento do Grupo Itamarati e da Cinco Estrelas Agropecuária e Participações Ltda., para a construção, em Mato Grosso, de usinas hidrelétricas com potência instalada total de 145 MW, representando um investimento total de US\$ 228 milhões. Ademais, projetos da Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A. (Inpacel), no Paraná, com 30 MW, e da Cia. de Ferro-Ligas da Bahia (Ferbasa), na Bahia, com 50 MW, não se transformaram ainda em operações de financiamento devido às dificuldades para equacionar o transporte da energia através das redes públicas, aspecto em estudo pelo poder concedente. A formação de consórcio de consumidores como autoprodutores, igualmente ainda não

regulamentada, impede o desenvolvimento do projeto de usina de 450 MW da Megaenergia — concessionária de geração a ser criada pela associação de empresas consumidoras paranaenses, lideradas pela Inepar Industria e Construções, já com participação do Banco Bamerindus e do Grupo Klabin — e que vem sendo acompanhado de perto pelo BNDES.

No que tange à co-geração, especialmente no setor sucroalcooleiro — cujo potencial, com as tecnologias disponíveis no país, estima-se equivaler a 10% do atual consumo nacional de eletricidade —, o BNDES vem participando dos estudos realizados à luz dos convênios entre a Eletrobrás e Copersucar e a Cia. Energética de Alagoas (Ceal). Esta, por sinal, ambiciona tornar possível o desenvolvimento de tecnologias de gaseificação do bagaço de cana, o que multiplicaria em muito o citado potencial energético do setor.

No que se refere à sistemática de pré-venda de energia, a Cia. Paranaense de Energia (Copel) vem desenvolvendo esforços para captar junto a empresas privadas cerca de US\$ 100 milhões (10% do investimento total), objetivando a conclusão da usina de Segredo (1.200 MW). A administração da Copel tem encontrado todo o apoio do Banco para o desenvolvimento dessa nova forma de financiamento.

Encontra-se em realização no BNDES estudo sobre a influência da qualidade do fornecimento de energia elétrica na competitividade industrial. Com o co-patrocínio da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), além do acompanhamento da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), a pesquisa visa identificar quais os aspectos da distribuição que mais interferem na produção industrial. Pretende-se, a partir desses dados, estabelecer parâmetros operacionais mínimos a serem exigidos nos projetos das concessionárias de distribuição.



Comunicações

No setor de comunicações, o Sistema BNDES desenvolveu contatos em 1990 buscando identificar possibilidades de ação efetiva do Banco, especialmente aquelas referentes ao ingresso da iniciativa privada no setor.

O principal obstáculo identificado é o atendimento do déficit existente de 6,5 milhões de terminais, que deverão ser agregados aos dez milhões já implantados, exigindo investimentos da ordem de US\$ 20 bilhões. Atualmente, as empresas de telecomunicações, pertencentes à Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), estão com reduzida capacidade de investimento, em decorrência tanto da compressão tarifária observada nos últimos anos quanto das restrições que praticamente impedem o levantamento de recursos sob a forma de endividamento.

A deterioração dos serviços pode ser observada pelos congestionamentos nas redes telefônicas, bem como pela involução de índices técnicos, tal como o número de terminais por habitantes.

Nesse contexto, o BNDES vem desenvolvendo junto com a Secretaria Nacional de Comunicações, do Ministério da Infra-Estrutura, trabalhos no sentido de identificar oportunidades de investimento para a iniciativa privada no setor de comunicações, especialmente a construção de centrais e linhas telefônicas a serem operadas por concessionárias públicas. Tal possibilidade representa um amplo esforço de investimentos e de convergência dos interesses privados e públicos, determinando a aceleração da redução do déficit de linhas telefônicas no país.

Transporte de Carga e Armazenagem

As atividades do Sistema BNDES no setor de transporte de carga e armazenagem foram fortemente influenciadas pelas mudanças institucionais ocorridas no país durante o ano de 1990, entre as quais se destacam:

- extinção do Ministério dos Transportes e criação do Ministério da Infra-Estrutura;

- redução de 50% na alíquota do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante;
- eliminação das aplicações do FMM a fundo perdido;
- extinção da Portobrás;
- gestão financeira, por parte do BNDES, a partir de 1991, do Adicional de Tarifa Portuária.

Tais modificações se expressaram diferentemente nos diversos subsetores de atividade.

Transporte de Carga, Armazenagem e Portos

Com referência à infra-estrutura de transportes, armazenagem e portos, o ano de 1990 se caracterizou por uma mudança significativa na carteira de operações do BNDES. Os principais mutuários do Banco, até 1989, eram empresas públicas, notadamente a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), a Portobrás e a Fepasa, com diversos projetos em fase de desembolso, apesar de não terem sido firmados novos contratos de financiamento desde o início de 1988, em função das limitações impostas pelas Resoluções nºs 1.469 e 1.718, do Bacen. Entretanto, em 1990, com o agravamento da crise financeira do setor público, a maior parte das empresas públicas se tornou inadimplente e os projetos foram paralisados. Além disso, foi concluído o Programa de Rodovias Vicinais, que contava com apoio do Banco Mundial.

Em decorrência, a ênfase de atuação do BNDES se voltou para o fomento de projetos liderados por empresas privadas na área de infra-estrutura, destacando-se os seguintes:

No setor ferroviário — O Ferronorte, que tem por objetivo o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste; e o Ferroeste, que visa ao transporte de grãos agrícolas do oeste do Paraná.

No setor portuário — Terminais de empresas comercializadoras de soja, no porto de Paranaguá; terminais de produtos químicos nos portos de Rio Grande e Rio de Janeiro; expansão de terminal petroquímico no porto de Aratu; expansão do terminal de contêineres do Rio de Janeiro; e implantação de terminal para exportação de minério no porto de Sepetiba.

Para que os resultados do esforço de privatização desses serviços se tornem mais significativos, é importante que se concretizem as iniciativas em curso para o estabelecimento de novo arcabouço jurídico para o setor. Os exemplos mais importantes são a aprovação de uma nova lei para as concessões de serviços públicos, a desregulamentação do setor portuário e as diretrizes para a aplicação dos recursos do Adicional de Tarifa Portuária.

Em 1990, os principais projetos de transporte de carga apoiados pelo BNDES a empresas privadas foram os seguintes:

Operações de Rodovias Ltda. (ORL) — Tem como finalidade a conclusão das obras da Terceira Ponte, que liga Vitória a Vila Velha, no estado do Espírito Santo, tais como a construção de defensas para os apoios centrais, pavimentação e pintura da estrutura metálica, instalações para cobrança de pedágio e construção dos acessos norte e sul. O total do crédito, no montante de Cr\$ 2,1 bilhões, foi totalmente utilizado, sendo que em 1990 foi liberado Cr\$ 1,1 bilhão e, em dezembro de 1990, contratou-se uma suplementação do crédito em valor correspondente a Cr\$ 540 milhões.

Itapemirim — Implantação do centro de triagem e transferência de cargas, em Guarulhos (SP). Durante o exercício de 1990 foram desembolsados recursos da ordem de Cr\$ 626 milhões.

Terminal Químico de Aratu S.A. (Tequimar) — Crédito no valor de Cr\$ 623 milhões para as melhorias na infra-estrutura e ampliação em 24 mil metros cúbicos da capacidade de estocagem do Terminal Químico de Aratu, no estado da Bahia, e construção de sistema para armazenagem de produtos gasosos, com 5 mil metros cúbicos no terminal de Suape, em Pernambuco. Em 1990 o BNDES liberou Cr\$ 229 milhões para esses projetos.

Interportos, Navepart e Trafo — O BNDES concedeu ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Badesul) colaboração financeira no valor de Cr\$ 728 milhões, para repasse específico à Interportos — Serviços e Apoio em Transportes Ltda., objetivando a instalação de um parque de tancagem de granéis líquidos em Rio Grande (RS) e de outro com pier de atracação, além de um posto de serviços, em Porto Alegre (RS).

Concedeu, ainda, através do mesmo agente, colaboração financeira no valor de Cr\$ 231 milhões, para repasse específico

à Navepart — Comércio e Participações Ltda. e à Trafo — Participações e Empreendimentos em Transporte Intermodal Ltda., acionistas da Interportos, objetivando a integralização de aumento de capital social da controladora, com vistas à consecução do projeto acima mencionado.

Por outro lado, os projetos em que foram apoiadas empresas públicas tiveram desembolsos do BNDES, em 1990, no valor de Cr\$ 1,8 bilhão, conforme descrição a seguir:

BID-BDMG — Contrato de repasse de financiamento externo com recursos do BID, para a Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais (Seplan-MG) executar o programa de desenvolvimento urbano integrado de cidades intermediárias no estado. Em 1990, o volume liberado foi de Cr\$ 955 milhões.

RFFSA Cremalheira/Eximbank — Contrato de repasse com recursos do Eximbank do Japão, objetivando a importação de duas locomotivas elétricas e peças sobressalentes para o sistema cremalheira da Divisão Operacional Santos da RFFSA, tendo o BNDES liberado Cr\$ 749 milhões.

Portobrás — Conclusão do programa de recuperação e modernização do porto de Recife. Foram liberados recursos num montante de Cr\$ 98 milhões.

Transporte aquaviário

A disponibilidade de recursos para o setor de marinha mercante decresceu significativamente com a redução da alíquota do adicional ao frete. Por outro lado, foram paralisadas as decisões sobre manutenção e/ou concessão de prioridades pelo Ministério da Infra-Estrutura, em consequência da extinção, ocorrida em março de 1990, do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, do qual o Sistema BNDES não participava.

Somente a partir da criação da Comissão Diretora do FMM, em setembro de 1990, quando então o BNDES passa a integrá-la, o Banco começa a exercer papel mais ativo na elaboração das políticas, diretrizes e ações que norteiam o desenvolvimento do setor.

Procurando ajustar recursos disponíveis com demanda por financiamentos, foi aprovada redução da participação do FMM nos financiamentos, limitando-se a um nível máximo de até 70% do investimento (anteriormente, chegava-se a até 90%).

O BNDES colaborou também na elaboração de proposta de modificação do Decreto-lei 2.404, em tramitação no Congresso Nacional, no qual é prevista a eliminação do limite máximo de 20% na utilização de recursos do FMM para financiamento à produção para exportação, além da extinção da Conta Especial do Armador, concentrando-se todos os recursos arrecadados pelo AFRMM no Fundo da Marinha Mercante, para apoio à construção naval.

A Comissão Diretora estabeleceu as seguintes prioridades para o setor naval:

- renovação da frota nacional de carga, com ênfase no uso de navios mais modernos (*multipurpose*, químicos, gaseiros etc.);
- expansão da navegação interior de carga;
- construção de embarcações destinadas à exportação.

As empresas cujos projetos receberam desembolsos mais significativos em 1990 foram a Ishibrás, para um superpetroleiro destinado à exportação, no valor de Cr\$ 13 bilhões; a Petrobrás, para navios petroleiros no valor de Cr\$ 8,1 bilhões; a Transroll, para navio *multipurpose*, no valor de Cr\$ 6,6 bilhões; o Ministério da Marinha, para embarcação de apoio, no valor de Cr\$ 2,6 bilhões; a Di Gregorio, para navio *multipurpose*, no valor de Cr\$ 2,5 bilhões. O valor total desembolsado pelo BNDES com recursos do FMM no apoio à construção naval foi de Cr\$ 37,9 bilhões.

Com relação às novas operações, foram aprovados no período financiamentos para os seguintes projetos:

Empresa de Navegação Aliança — Dois navios *full containers* com capacidade de dois mil TEU, para operar no longo curso, no valor de Cr\$ 18,3 bilhões.

Cia. Brasileira de Rebocadores — Dois rebocadores com capacidade de 27 TTE, para operar no porto de Itaqui, no estado do Maranhão, no valor de Cr\$ 1,3 bilhão.

Sobrare-Servemar — Dois rebocadores com capacidade de 40 TTE, para operar no terminal de Ponta da Madeira, no estado do Maranhão, no valor de Cr\$ 2,5 bilhões.

Petrobrás — Cinco petroleiros com capacidade de 36 mil TPB, para operar na cabotagem, no valor de Cr\$ 20,5 bilhões.

Imbirussu Navy — Quatro empurradores e 16 chatas, para operar no Rio São Francisco, no valor de Cr\$ 1,7 bilhão.

Com relação aos projetos em andamento, foram aprovadas suplementações de crédito para as seguintes empresas:

Docenave — Dois graneleiros com capacidade de 170 mil TPB, no valor de Cr\$ 3,9 bilhões.

Metalnave — Seis rebocadores com capacidade de 25 e 35 TTE, no valor de Cr\$ 1 bilhão.

Petrobrás — Seis petroleiros com capacidade de 29 mil a 55 mil TPB, no valor de Cr\$ 7 bilhões.

Transroll — Dois rô-rô com capacidade de 17 mil TPB, no valor de Cr\$ 2,3 bilhões.

Ministério da Marinha — Um navio-tanque com capacidade de 6.180 TPB, para abastecimento de outras embarcações, no valor de Cr\$ 2,5 bilhões.

Souzamar — Uma embarcação para transporte de passageiros, no valor de Cr\$ 101 milhões.

Serviços de Infra-Estrutura Urbana

Os diversos segmentos que compõem os chamados "serviços de infra-estrutura urbana" são, na sua grande maioria, atendidos por empresas públicas, de administração direta ou indireta. O atual quadro de fragilidade econômico-financeira do setor público, aliado às restrições impostas pelas Resoluções 1.469/88 e 1.718/90 quanto aos limites de crédito das instituições financeiras com as várias instâncias governamentais, levou o BNDES

a buscar a articulação de fontes alternativas de recursos. Entre estas, destaque-se a participação de capitais privados nos investimentos, como alternativa preferencial para sustentar as inversões nesses segmentos, de singular relevância pelas economias externas que aportam ao núcleo diretamente produtivo da economia.

Previu-se inicialmente que, ainda em 1990, algumas ações transformadoras ocorressem, especialmente no sentido de privilegiar a participação privada em investimentos públicos. Entretanto, devido não só à complexidade institucional como também à natureza e dimensões dos empreendimentos, alguns subsetores, tais como o de transporte sobre trilhos (metrô, trens metropolitanos etc.), caminharam pouco no sentido de viabilizar essa participação.

Pode-se considerar 1990 como um ano em que se buscou formas inovadoras de articulação de apoio financeiro e esquemas institucionais inéditos. Apesar de essa mudança na atuação do BNDES ser gradual, os primeiros resultados já se fazem sentir. Foi constante, no segundo semestre, a ação de fomento junto a prefeituras e empresas. Muitos desses contatos frutificaram, aguardando-se para o primeiro semestre de 1991, a par da intensificação das ações de fomento, o encaminhamento de diversos pedidos de apoio nos segmentos atendidos pelo Banco: transportes urbanos, tratamento de resíduos e infra-estrutura sócio-econômica de projetos e pólos.

Acredita-se que a aprovação de lei genérica sobre a concessão de serviços públicos, regulamentando o artigo 175 da Constituição federal, represente fator decisivo de atração de capitais privados na implementação de tais serviços.

No que se refere à ação operacional específica, entre os projetos em andamento em 1990, destacam-se os seguintes, por setor:

Transportes Urbanos

Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) — Foi totalmente regularizado, em duas parcelas, o saldo devedor vencido dos diversos contratos, permitindo, entre outros aspectos, a retomada das liberações dos projetos de obras nos serviços de subúrbios do Rio de Janeiro e de São Paulo e de recuperação dos trens-unidade elétricos (TUE) da série 200, para serem utilizados no Rio de Janeiro.

Foram também analisados e aprovados novos orçamentos, quadros de usos e fontes e cronogramas de execução física visando à utilização dos saldos ainda não liberados referentes aos contratos de obras nos sistemas de subúrbios do Rio de Janeiro e de São Paulo, nos valores de Cr\$ 2.485.214.679,00 e Cr\$ 4.784.642.511,40, respectivamente. Tais saldos deverão ser utilizados até o final de 1991, assim como a respectiva contrapartida, de Cr\$ 6.070.742.891,10 para o Rio de Janeiro e Cr\$ 6.553.560.759,40 para São Paulo. A melhoria no sistema de transporte ferroviário urbano permitirá atingir cerca de 738 mil passageiros/dia, no Rio de Janeiro, e cerca de um milhão de passageiros/dia, em São Paulo.

Aglomerado Urbano de Vitória — O projeto visa à implantação de um sistema tronco-alimentador em três corredores de transporte que interligam Vitória e mais três municípios da aglomeração urbana. A implantação dessa etapa do sistema está prevista para 1991, quando deverá ser postulado o começo da segunda. O esquema de aquisição de frota foi alterado, a fim de serem introduzidos veículos articulados nos corredores do sistema. O total de veículos passou a ser de 215, sendo 195 do tipo Padron e 20 do tipo articulado.

Sorocaba — Está em final de análise projeto para a implantação de sistema integrado de transportes em Sorocaba. Trata-se da primeira operação de financiamento a empresários privados visando à implantação de infra-estrutura urbana para o transporte de passageiros, compreendendo a implantação de dois terminais de integração e três linhas circulares centrais, o remanejamento das linhas a serem operadas por duas empresas vencedoras de licitação e a aquisição de veículos para melhorar a qualidade do transporte e aumentar a capacidade da frota. Será autorizada a aquisição de 85 veículos do tipo Padron e de 65 convencionais. Um dos terminais deverá ser implantado pela empresa Fioravante, com recursos próprios, e o outro pela empresa TCS, com financiamento do BNDES.

Campinas — Foi analisada e aprovada a alteração parcial do contrato, antes referente à criação de um sistema de trólebus e de um sistema operado por veículos do tipo Padron, para um projeto que compreende a implantação de faixas exclusivas, baias de ônibus e sinais controladores de trânsito. O saldo não liberado de Cr\$ 112 milhões, com a respectiva alocação de contrapartida de Cr\$ 146 milhões, o que totaliza Cr\$ 258 milhões, deverá ser totalmente utilizado até o final de 1991. Está prevista a aquisição, nas condições especiais da Resolução nº 684/88, de 157 veículos pelas oito empresas privadas, sendo 17 convencionais, 134 do tipo Padron e seis articulados.

Santos — Foi realizada análise e aprovada a mudança parcial da finalidade do contrato, antes apenas destinado à expansão do sistema de trólebus e agora contemplando a criação de todo um sistema integrado, com a expansão e racionalização dos subsistemas existentes. Foi aprovado o novo quadro de usos e fontes, visando à utilização do saldo de Cr\$ 216 milhões e respectiva contrapartida de Cr\$ 271 milhões, o que, com os valores já realizados, totaliza um investimento de Cr\$ 788 milhões

Região Metropolitana de Recife — Teve continuidade o projeto de expansão do sistema troncal de trólebus de Recife. A elevação de custos verificada nas obras exigiu a revisão dos orçamentos e das características dos terminais, sem, no entanto, alterar as condições operacionais inicialmente previstas. Foram adquiridos 30 chassis para reformar os trólebus da Companhia de Transportes Urbanos, responsável pela operação dos ônibus elétricos. A participação do Sistema BNDES nesse projeto é de Cr\$ 1,1 bilhão.

Ademais, foi concedido enquadramento, nas condições especiais da FINAME, visando à aquisição de 312 veículos do tipo Padron e 157 convencionais para a Região Metropolitana de Recife.

Blumenau — Operação enquadrada nas condições especiais da FINAME, em janeiro de 1990, objetivando a aquisição de 65 veículos do tipo Padron para a operação de sistema tronco-alimentador, composto de três linhas troncais e 37 alimentadoras, condicionada à implantação de cinco terminais de integração.

Goiânia — Operação enquadrada nas condições especiais da FINAME, em fevereiro de 1990, visando à aquisição de veículos para operação no transporte urbano de Goiânia, onde já existem sistemas tronco-alimentadores. As aquisições autorizadas, em condições especiais, se referem a 136 veículos do tipo Padron e 98 convencionais.

Curitiba — Encontra-se em análise projeto referente à expansão do sistema tronco-alimentador de Curitiba. Visando compensar os prazos de entrega dos veículos, foi autorizado às empresas operadoras dar início à aquisição de 65 veículos articulados e 99 do tipo Padron.

Canoas — Autorizada a aquisição, em condições especiais, de cinco veículos do tipo Padron e 19 convencionais para operar no município, com integração nas estações ferroviárias do trem de subúrbio que serve à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Brasília — Encaminhado pleito pelo Departamento de Transportes Urbanos do governo do Distrito Federal prevendo inclusive a desativação de frotas cativas para o transporte de funcionários públicos.

São Paulo — Enquadramento nas condições especiais da FINAME objetivando a aquisição de 75 veículos do tipo Padron e 13 articulados para operar no corredor intermunicipal São Mateus—Jabaquara e ainda de 984 veículos (do tipo Padron simples e articulado, trólebus e convencionais) a diesel, a gás e elétricos para a Companhia Municipal de Transportes Coletivos.

Coleta, Tratamento e Disposição de Resíduos

Foi enquadrada em outubro de 1990 a primeira operação, envolvendo uma empresa privada em projeto de tratamento de resíduos domiciliares, mediante concessão de serviços públicos à empresa Benevenuto de Franceschi, em Cachoeira do Sul (RS).

Infra-Estrutura Sócio-Econômica de Projetos, Pólos e Complexos

Encontram-se em fase de análise os projetos de infra-estrutura sócio-urbana da Bahia Sul Celulose S.A., compreendendo inversões em habitação, educação, saúde e lazer, na área de influência de sua unidade industrial, em implantação no município de Mucuri, sul do estado da Bahia. A realização desses investimentos é fundamental para o êxito do empreendimento industrial. A empresa deverá contar com aproximadamente 2.200 empregados, entre as áreas administrativa, industrial e florestal, sendo factível considerar-se que, pelo menos, dez mil pessoas viverão em função da Bahia Sul Celulose. O investimento total previsto para o projeto é de US\$ 46,9 milhões, correspondentes a Cr\$ 7,7 bilhões, em 31.12.90.

Planejamento e Estudos

O ano de 1990 marcou o início de um novo ciclo de planejamento do Sistema BNDES. Esse processo, ao qual é atribuído um caráter iterativo e permanente, incorpora novos princípios e propósitos estabelecidos pelo governo para a condução da política industrial e de comércio exterior, considerando de forma abrangente os requisitos para o aumento da competitividade econômica. A nova política industrial e de comércio exterior visa aumentar a exposição das empresas brasileiras a um maior grau de competição, através da liberalização comercial e da definição de uma política de competição doméstica. Objetiva ainda capacitar as empresas brasileiras a reestruturar e crescer nesse novo ambiente, pelo estímulo ao aumento da competitividade.

Nesse quadro, a tarefa de planejar apresenta uma complexidade adicional, dada a mudança qualitativa que se espera imprimir no próximo ciclo de investimento e que implica, entre outros, o apoio a empreendimentos que visem à capacitação tecnológica, à reorganização dos sistemas de produção e gerenciamento voltados à otimização da base produtiva instalada, à melhoria da qualidade e à reestruturação empresarial em segmentos industriais selecionados.

Embora a política de estabilização iniba, a curto prazo, a atividade econômica e a taxa de investimentos, cabe ao Sistema BNDES identificar instrumentos e procedimentos operacionais que viabilizem, quando da retomada do desenvolvimento, a modernização desejada. Por outro lado, mesmo na atual etapa da política de estabilização, existe campo para investimentos propiciadores do aumento de competitividade, inclusive com a finalidade de melhor posicionar o Brasil no comércio internacional.

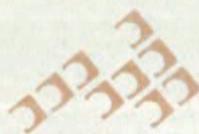
Nesse contexto, durante 1990 o sistema de planejamento buscou reavaliar os objetivos das linhas fundamentais de atuação da entidade. Isso resultou na definição de novo quadro geral macroeconômico de referência, onde foram considerados estratégias e resultados das experiências recentes do movimento de reestruturação da indústria

mundial e onde foram tratadas as tendências que deverão conformar o próximo ciclo de investimento no país. Essas tendências, confrontadas ao estágio atual de desenvolvimento da base produtiva doméstica, permitiram delinear a estratégia que orientará a atuação do Sistema BNDES no período 1991-1994.

Destarte, definiu-se que o novo papel do Sistema BNDES é o de "contribuir para a expansão da capacidade produtiva e o aumento da competitividade da economia brasileira, potencializando a participação de recursos privados no financiamento"

Além das orientações estratégicas gerais para a captação e aplicação dos seus recursos, foram também identificados os mercados-alvo, a fim de referenciar a atuação do Sistema na indústria, na agropecuária e na infra-estrutura econômica, avaliando a natureza dos empreendimentos a serem apoiados, ou seja, sua finalidade e impacto na base produtiva da empresa e/ou do segmento considerado, bem como sua contribuição para o ajustamento da estrutura produtiva.

Paralelamente, foram desenvolvidas atividades com o objetivo de definir diretrizes específicas para as relações institucionais e os serviços de comunicação social, de forma a aperfeiçoar o relacionamento da instituição com a sociedade.



Com a finalidade precípua de fornecer embasamento teórico e analítico às atividades de planejamento estratégico, o Departamento de Estudos do Sistema BNDES (DEEST) realizou, em 1990, mais um ciclo de estudos e pesquisas, cujas principais conclusões apontam para as questões centrais da nova política industrial, como

a capacitação tecnológica da indústria brasileira, o desenvolvimento de setores intensivos em tecnologia, as novas formas de organização da produção e a possibilidade de atração de investimentos internacionais para o Brasil. Nesse sentido, foram concluídos os seguintes estudos:

Microeletrônica e informática: uma abordagem sob o enfoque do complexo eletrônico — Abordando as principais tendências que se apresentam nas diferentes atividades que compõem o complexo eletrônico, as distintas estratégias empresariais e nacionais, a inserção do Brasil no contexto internacional e os movimentos de automação industrial, o estudo apresenta sugestões para a atuação do Sistema BNDES nas áreas de informática, microeletrônica, telecomunicações, bens eletrônicos de consumo e automação industrial, dando origem a um novo programa operacional, destinado à reorganização e à automação industrial.

Biotecnologia: cenário internacional e perspectivas para o país — Identifica a reestruturação dos grupos químicos como o principal fator dinamizador do desenvolvimento da biotecnologia e propõe uma atuação do Sistema BNDES no sentido de promover investimentos das empresas atuantes nesse segmento no Brasil, delineando áreas mais promissoras, a necessidade de articulação dos grandes grupos com pequenas empresas e universidades nacionais e no exterior, bem como apontando para a necessidade de criação, por parte do BNDES, de novos mecanismos de financiamento mais apropriados a uma atividade de risco.

Capacitação tecnológica na indústria — A conclusão desse trabalho indica a necessidade de diferenciação de propostas no âmbito do desenvolvimento tecnológico, de acordo com a importância que este possui nas estratégias concorrenciais das empresas, permitindo uma nova concepção por parte do Sistema BNDES a respeito da capacitação tecnológica e de sua contribuição para a elevação do nível de competitividade da indústria brasileira.

Investimento direto japonês no exterior: tendências globais e perspectivas para o Brasil — A principal conclusão da pesquisa evidencia possibilidades concretas de investimento japonês no Brasil, em particular no que diz respeito à realização de *joint ventures*, especialmente entre as pequenas e médias empresas japonesas, detentoras de tecnologia sofisticada em diversos campos de atividade.

Indústria de confecções: algumas considerações — Aponta as principais tendências da indústria a nível internacional, destacando as novas formas de organização de produção como elemento proporcionador de aumento de produtividade das empresas, inclusive em etapas do processo produtivo em que não se configura ainda a possibilidade de introdução de automação industrial.

Tendências globais da indústria e tecnologia (Tegit) — Esse documento apresenta uma consolidação de tendências globais da indústria e da tecnologia, a nível internacional e nacional. O seu objetivo é identificar pontos relevantes na determinação de políticas econômicas de investimento e tecnologia.

Esses estudos contaram com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que possibilitou a vinda ao Brasil de especialistas internacionais e a realização de viagens de equipes técnicas do Sistema BNDES ao exterior, para visitar empresas-líderes, pequenas e médias empresas, instituições governamentais, centros de pesquisa e órgãos financiadores, públicos e privados.

Além de estudos e pesquisas específicos, a Área de Planejamento do Sistema BNDES desenvolveu em 1990 as seguintes atividades, que deverão ter prosseguimento em 1991.

Análise de conjuntura e acompanhamento macroeconômico — Acompanhamento sistemático da conjuntura econômica do país, nos seus diversos aspectos (monetário, fiscal, do setor externo, do nível de atividade, de preços e do mercado de trabalho), com a finalidade de servir como subsídio para a construção de indicadores de competitividade; aperfeiçoamento de um modelo macroeconômico multissetorial, em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea),

destinado a gerar projeções para o comportamento da economia e calcular os requisitos de investimento a nível setorial para os próximos anos.

Análise e acompanhamento de competitividade — O objetivo dessa tarefa é sistematizar informações, quantitativas e qualitativas, visando fornecer subsídios à formulação de programas e políticas operacionais do Sistema BNDES e à avaliação de competitividade de empresas a serem futuramente apoiadas.

As informações serão tratadas para um conjunto selecionado de setores ou segmentos e se agrupam em quatro categorias:

- fatores determinantes de competitividade;
- indicadores de competitividade;
- estratégias competitivas de empresas-líderes;
- políticas industriais e tecnológicas.

Para implementar o sistema de acompanhamento de estratégias empresariais e de política industrial, o BNDES estabeleceu convênio de cooperação técnica com o Observatoire de Stratégie Industrielle (OSI), órgão ligado ao Ministério da Indústria francês.

Estudo sobre organização da produção da indústria brasileira — Os objetivos desse trabalho são os seguintes:

- avaliar os principais impactos das novas formas de organização da produção, do gerenciamento e da implantação de sistemas de automação sobre a competitividade das empresas;
- construir um instrumental que subsidie as análises de investimento realizadas no Sistema BNDES, notadamente para os projetos de reestruturação industrial;
- realizar estudos de casos setoriais ou de segmentos, que serão definidos a partir da orientação da política industrial do país e das necessidades das áreas operacionais do Sistema BNDES.

Esse estudo, iniciado em 1990, se inscreve no âmbito do convênio com o German Development Institute, da República Federal da Alemanha, que vem desenvolvendo uma metodologia para analisar o impacto da introdução de novos métodos de gestão na produtividade das empresas.

Estudo sobre impactos do processo de liberalização de importações — A idéia central desse trabalho é a de avaliar os impactos do processo de liberalização comercial, parte integrante da nova política industrial, sobre a economia brasileira. Tais impactos poderão se dar a nível macroeconômico, afetando, por exemplo, os níveis de renda, emprego e saldos da balança comercial, e também a nível microeconômico, afetando segmentos ou empresas que não apresentem condições suficientes para enfrentar um processo de abertura.

No âmbito desse trabalho, têm sido convidados, com o apoio da Organização das Nações Unidas, especialistas internacionais para apresentar a experiência de países como México, Chile, Coréia e Turquia e analisar efeitos da liberalização em economias com instabilidade macroeconômica.

Acompanhamento das negociações no âmbito do GATT — O objetivo é acompanhar e divulgar sistematicamente os estágios de trabalho nos grupos negociais com impactos mais relevantes para o Sistema BNDES, em termos de suas políticas e estratégias.

Estudo sobre serviços de infra-estrutura e competitividade — Visa identificar e dimensionar os impactos que o fornecimento inadequado de serviços de infra-estrutura exerce sobre segmentos industriais importantes para a determinação e aumento da produtividade e da competitividade internacional da indústria brasileira. Busca também contribuir para definir novas formas de apoio do Sistema BNDES ao processo de reestruturação e expansão da economia, através da melhoria dos serviços de infra-estrutura econômica.



Privatização

Com o advento do Programa Nacional de Desestatização, inicia-se uma nova fase para o processo de privatizações no Brasil. A partir de 1990, a dimensão projetada supera em muito a alcançada com as operações de privatização realizadas entre 1981 e 1989, tanto em termos do volume de recursos a ser arrecadado quanto com relação ao papel e às atribuições que foram conferidas ao Sistema BNDES.

O Programa Nacional de Desestatização, enquanto parte fundamental das reformas estruturais visando à modernização do Estado brasileiro, foi criado pela Medida Provisória nº 155, de 15 de março de 1990, posteriormente convertida na Lei nº 8.031, de 12 de abril.

As atividades desse programa foram iniciadas efetivamente em 16 de agosto de 1990, com a assinatura do Decreto nº 99.463, regulamentando a Lei nº 8.031, e do Decreto nº 99.464, que designou o BNDES como gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND). O fundo está vinculado ao Programa Nacional de Desestatização para o depósito da totalidade das ações ou quotas emitidas pelas empresas de propriedade, direta ou indireta, da União e cujas alienações venham a ser aprovadas pela Presidência da República.

Além dos referidos decretos e da Lei nº 8.031, que estabelece rígidas normas e princípios a serem seguidos em todas as operações de privatização, são obedecidos preceitos da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404) e procedimentos sobre licitações e contratos da administração federal através do Decreto-lei nº 2.300.

Na função de gestor do FND, cabe ao BNDES dar suporte técnico, administrativo, financeiro e material ao programa. Para cumprir essa missão o corpo técnico do Sistema BNDES se mobilizou direta e indiretamente, devendo, em particular, ser destacada a criação do Gabinete

de Apoio ao Programa Nacional de Desestatização, que passou a coordenar as atividades do programa.

Com atuação de apoio direto ao programa, mas sem dedicação exclusiva, estando organizados em estrutura matricial, devem ser destacados os grupos de trabalho formados para acompanhar e monitorar os processos de privatização, desde a definição do escopo de trabalho dos consultores externos e a sua escolha — etapa na qual atuam decisivamente as Comissões Especiais de Cadastramento e de Licitação — até o momento da venda de cada empresa. Foram criados ainda, também sem alteração na estrutura organizacional do Sistema BNDES, o Comitê Gestor do FND — formado pelos diretores do BNDES, pelos diretores da BNDESPAR, pelo diretor executivo da FINAME e pelos superintendentes das Áreas Operacionais do BNDES —, para dar respaldo à implementação do programa, e o Comitê Jurídico — composto por quatro membros —, para dar suporte nos aspectos de natureza legal.

O BNDES, enquanto órgão gestor do programa, está subordinado à Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, que é composta por quatro representantes do governo e sete da iniciativa privada, todos nomeados pelo presidente da República, mediante a aprovação do Congresso Nacional.

Desde o início efetivo do programa até o final de 1990, ao longo de aproximadamente quatro meses, portanto, o BNDES e a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização avaliaram a situação econômico-financeira, bem como as condições gerais para a privatização de 27 empresas, dentre as quais foi recomendada ao presidente da República a inclusão de 22 no programa. Foram oficialmente incorporadas 18 empresas, juntamente com diversas participações acionárias de caráter minoritário. Essas companhias pertencem predominantemente aos setores de siderurgia, fertilizantes, petroquímica, máquinas e equipamentos, escolhidos como ponto de partida para as privatizações em função da alta concentração de capitais públicos observada e pelo fato de serem dissociados das áreas de competência específica do Estado.

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

EMPRESAS OFICIALMENTE INCLUÍDAS NO ANO DE 1990

- Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)
- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas)
- Aços Finos Piratini S.A.
- Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor)
- Goiás Fertilizantes S.A. (Goiasfértil)
- Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC)
- Fertilizantes Fosfatados S.A. (Fosfértil)
- Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste S.A. (Nitrofértil)
- Ultrafértil S.A. — Indústria e Comércio de Fertilizantes
- Copesul — Companhia Petroquímica do Sul
- Copene — Petroquímica do Nordeste S.A.
- Mafersa Sociedade Anônima
- Mineração Caraíba Ltda.
- Usiminas Mecânica S.A.
- Companhia Eletromecânica (Celma)
- Companhia de Navegação do São Francisco (Franave)
- Empresa de Navegação da Amazônia S.A. (Enasa)
- Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. (SNBP)

Cada processo de privatização conta com a assessoria de duas empresas privadas de consultoria, além do trabalho de verificação a ser feito por auditores independentes. Uma das firmas de consultoria faz apenas a avaliação econômico-financeira, visando à recomendação do preço mínimo de venda (Serviço A), enquanto a outra, além dessa avaliação, atua como agente de todo o processo de privatização (Serviço B).

Foram lançados os editais de licitação para a contratação de firmas de consultoria privadas para todas as empresas oficialmente incluídas no programa, bem como para as participações minoritárias no setor de fertilizantes — Indag e Arafértil — e nas empresas de segunda geração — Polisol, Triunfo e PPH — do Pólo Petroquímico situado no Rio Grande do Sul.

Em resposta a esses editais, foram apresentadas propostas para assessoramento da privatização de 14 empresas: CST, Usiminas/Usiminas Mecânica, Copesul, Mafersa, Goiasfértil, ICC, Fosfértil/Ultrafértil/Nitrofértil, Caraíba, Cosinor, Piratini e Celma, tendo sido definidos os resultados das licitações, exceto para as três últimas, e contratados trabalhos de consultoria para cinco delas: CST, Usiminas, Usiminas Mecânica, Mafersa e Goiasfértil.

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

FIRMAS DE CONSULTORIA QUE INICIARAM TRABALHOS EM 1990

EMPRESA	FIRMAS DE CONSULTORIA
CST	
Serviço A	Booz-Allen & Hamilton do Brasil S.A.
Serviço B	Associação Capitaltec S.A. Consultoria Econômica, Shearson Lehmann e Jaakko Poyry Engenharia Ltda.
USIMINAS/USIMINAS MECÂNICA	
Serviço A	Associação Máxima Corretora de Commodities e Consultoria, Metaldata Engenharia S.A. e Paulo Abib Engenharia S.A.
Serviço B	Associação Consemp — Consultoria de Empreendimentos Industriais e Comércio Ltda., Chartered Westlb Limited, Planconsult Planejamento e Consultoria S.A., Setepla Tecnometal Engenharia S.A., e Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados.
MAFERSA	
Serviço A	Banco Arbi S.A.
Serviço B	Associação Coparibe — Cooperação e Participações Industriais Brasil- Europa Ltda., Coopers & Lybrand Consultores Ltda. e Engeval Engenharia de Avaliações S/C Ltda.
GOIASFÉRTIL	
Serviço A	Coopers & Lybrand Consultores Ltda.
Serviço B	Associação Jaakko Poyry Engenharia S.A., Banco Arbi S.A. e LL Projetos Ltda.



Como parte das atribuições de suporte técnico, vale salientar a elaboração feita pelo BNDES de estudo e de proposta para a compatibilização e para a sistemática de utilização das diferentes *moedas* que podem servir para a aquisição de ações no âmbito do programa — o cruzeiro, os cruzados novos, os Certificados de Privatização, as dívidas de médio e longo prazos das empresas em privatização, bem como de suas controladoras, e os DFAs (Deposit Facility Agreements).

No sentido de assegurar a possibilidade de expansão do Programa Nacional de Desestatização, o BNDES também preparou, para a Comissão Diretora encaminhar ao presidente da República, um anteprojeto de lei para regulamentar o artigo 175 da Constituição federal, que trata da prestação de serviços públicos pela iniciativa privada. Esse anteprojeto entrará na pauta do Congresso já na reabertura dos seus trabalhos ao início de 1991 e permitirá que o programa avance dos atuais setores industriais em direção à área de serviços públicos.

Administração

Em 1990, o Sistema BNDES atuou decisivamente na implementação das reformas administrativa e patrimonial determinadas pelo governo federal, através das medidas enumeradas a seguir:

Reforma estrutural da organização — Foram extintas duas Áreas, cinco departamentos e 23 gerências, representando cerca de 16% das funções de confiança no BNDES. Foi também extinta a Assessoria de Segurança e Informações (ASI). A BNDESPAR eliminou duas Diretorias e, tanto quanto a FINAME, reduziu em 20% suas funções de confiança.

O processo avançou com a reestruturação da Área de Administração, extinguindo cinco das 21 gerências existentes, com o objetivo de adequar a estrutura da Área à nova política de recursos humanos do Banco e às novas diretrizes para prestação de serviços.

Cabe registrar que esse trabalho veio complementar a reforma administrativa do BNDES realizada em 1989, quando várias unidades foram suprimidas e outras passaram por processos de fusão.

Fusão das funções corporativas — Concentração no Banco das atividades-meio das suas subsidiárias, a BNDESPAR e a FINAME, objetivando facilitar o processo decisório. São consideradas atividades-meio a administração geral, a gestão financeira, a assistência jurídica, o planejamento, a informática e as atividades de relações institucionais e de comunicação social.

Essa providência objetiva padronizar métodos de atuação do Sistema, visando à economia de tempo e de pessoal e ao conseqüente aumento de produtividade.

A Secretaria Executiva da Comissão de Licitações do BNDES (SECOL) foi substituída pela Gerência Executiva de Licitações (GELIC) e passou a atuar no âmbito de todo o Sistema BNDES, inclusive prestando assessoria à Comissão de Licitação Especial, designada para promover licitações do Programa Nacional de Desestatização.

Desligamento de empregados — Decorreu do processo de reestruturação e racionalização administrativas, buscando-se manter melhor relação entre técnicos com pessoal de apoio e áreas-fim com áreas-meio. Em 1990, foram efetuadas 275 demissões, representando 13% do quadro de pessoal antes do início da reforma. Por outro lado, o Banco promoverá anualmente processo regular e transparente de avaliação de desempenho, ao qual estarão condicionadas futuras indicações para movimentação, treinamento e, quando necessário, demissões de funcionários, de acordo com a política de recursos humanos ora em implantação.

Reforma patrimonial — Efetivada através da alienação gradativa dos bens não-operacionais do Banco, seguindo estritamente as diretrizes do governo federal. Nesse particular, cabe assinalar o seguinte:

- De 48 lotes que o Banco possuía em Brasília, localizados nos Lagos Norte e Sul e na Península dos Ministros, 22 foram leiloados. Os outros 26 encontram-se *sub judice*, por estarem ocupados por posseiros.

- O leilão de sete projeções em Brasília ao preço total mínimo de US\$ 5 milhões foi embargado judicialmente.
- O Banco deverá alienar o edifício-sede em Brasília, onde atualmente ocupa apenas dois andares dos 20 existentes, estando os outros 18 alugados.
- Foram alienados, em leilão público, 21 automóveis de propriedade do BNDES. Só estão em operação cinco carros de serviço, destinados exclusivamente a transporte de material, de acordo com as normas em vigor.

Reorganização administrativa do Condomínio

— A reforma administrativa atingiu também o Condomínio do Edserj, através do qual o Sistema BNDES realiza a operação e a manutenção do prédio onde estão concentradas suas atividades no Rio de Janeiro.

A reforma administrativa atuou no sentido da redução drástica de pessoal, que atingiu 50% do seu efetivo, na redução do volume de compras e no cancelamento de diversos contratos de serviços.

A segunda e última fase dessa reforma está em curso, pretendendo-se substituir pessoal remanescente no Condomínio por empresa de prestação de serviços, visando à redução de custos e à melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Busca de maior eficiência e produtividade nas atividades administrativas — A Área de Administração do Sistema BNDES definiu como diretriz básica a filosofia de prestação de serviços baseada na *visão do cliente* (prazo e qualidade adequados) e na redução de custos (análise de todos os custos envolvidos e respectiva comparação com parâmetros externos).

Sob tal enfoque, em 1990 foram analisados todos os serviços *produzidos/fabricados* pela Área nos segmentos de informática, recursos humanos e administração, determinando-se serviços que deveriam ser aprimorados, extintos ou transferidos para fora do Sistema BNDES. Trabalha-se atualmente na implementação das decisões decorrentes dessa análise.

Relações Internacionais

Uma série de atividades foi desenvolvida em 1990 no âmbito das relações internacionais do BNDES. Convém ressaltar que, além das relacionadas com práticas bancárias específicas, no caso de contratos de empréstimos externos, o Banco atua em perfeita sintonia com o Itamaraty no campo dos convênios e cooperação técnica e das missões estrangeiras por ele recebidas.

Contratos de Empréstimos Externos

Em setembro de 1990 a Diretoria do BNDES autorizou celebração de contrato de empréstimo (*loan agreement*) com o Banco Mundial, no valor de US\$ 300 milhões, destinado ao financiamento de projetos de empresas privadas. Os recursos do empréstimo servirão para financiamento de importação de bens de capital e equipamentos.

No mês seguinte, foi aprovada pela Diretoria do Banco celebração de contrato de empréstimo, no valor de US\$ 250 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os recursos são destinados ao Programa Multissetorial de Crédito, através do qual serão financiadas empresas privadas apoiadas pelo BNDES, diretamente ou por intermédio de agentes financeiros, para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços importados e em gastos locais dos projetos.

Convênios e Cooperação Técnica

Convênio de cooperação em matéria de co-investimento foi firmado pelo BNDES com a Nacional Financeira, banco comercial e de fomento mexicano. Incluído no acordo de cooperação entre o Brasil e o México resultante da visita do presidente Carlos Salinas, o convênio prevê a identificação de investimentos potenciais e de projetos industriais que possam absorver tecnologia e capital de ambos os países. Estão previstos também programas de assistência técnica para troca de experiências entre as duas instituições e de trabalho para implementação do convênio, que terá duração de dois anos.

Foi também firmado convênio de cooperação em matéria de co-investimento com o Banco de Desenvolvimento Econômico da Tunísia. O convênio terá duração de quatro anos, devendo as partes estabelecer programa de assistência técnica visando à troca de experiências, em especial nos setores de investimento comum e comércio internacional, com vistas à conclusão de acordos específicos.

Missões Estrangeiras

Para reunião sobre privatização e investimentos no Brasil, estiveram no BNDES, em junho de 1990, o secretário do Comércio dos Estados Unidos, Robert Mosbacher, o embaixador norte-americano no Brasil, Richard Melton, e um grupo de empresários de setores de tecnologia de ponta.

No mesmo mês foi realizado seminário internacional sobre privatização promovido pelo BNDES, com a participação do chefe da Divisão de Operações de Comércio e Finanças do Departamento do Brasil, no Banco Mundial, Demetris Papageorgiou; de Alan Walters, assessor da primeira-ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher; do ex-secretário de Economia do Ministério da Economia da Espanha, Guillermo de La Dehesa; do integrante do *staff* do Banco Mundial e professor da Universidade Católica do Chile, Dominique Hachette; e de Alberto Pera, do Instituto para a Reestruturação Industrial da Itália.

A agenda incluiu os seguintes temas: "Determinação de prioridades e estratégia de privatização", "A participação dos bancos privados internacionais no processo de privatização", "Preparação das empresas para privatização", "Período pós-privatização: avaliação *ex post*" e os sistemas de leilões utilizados nos diversos países.

Posteriormente, em outubro, o Banco recebeu, para tratar de investimentos no Brasil, delegação de parlamentares italianos formada por cinco senadores e três deputados, acompanhada pelo cônsul geral da Itália, Ignazio Di Pace, e por Bruno Imberti, da Sociedade Italimpianti.

Ainda nesse mês foi recebida delegação japonesa do Overseas Economic Cooperation Fund, que veio ao Brasil para uma avaliação macroeconômica. Chefiados pelo diretor de pesquisa e planejamento do Departamento de Análise Econômica, Junichi Hasegawa, os sete membros da missão se reuniram para tomar conhecimento do Programa Nacional de Desestatização e das perspectivas do desenvolvimento brasileiro.

Finalmente, três técnicos do Ministério da Indústria de Angola, liderados pela chefe do Departamento de Desenvolvimento Industrial do Gabinete Técnico, Teodora Silva, visitaram o Banco em dezembro para conhecer a atuação do BNDES e subsidiárias, em especial o sistema de análise de projetos e o Programa Nacional de Desestatização.

Introdução

Com o objetivo de promover o desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no país, a FINAME atua através de extensa rede de instituições financeiras credenciadas.

Para se ter uma idéia da agilidade operacional da FINAME, vale ressaltar que de 1986 a 1990 a subsidiária aprovou 132.247 operações, ou seja, 26.449 pleitos por ano, em média, representando 2.204 operações por mês. Em termos de desembolsos, a comercialização de máquinas e equipamentos produzidos no país absorveu, em média, US\$ 1,2 bilhão, por ano, no período mencionado.

Atualmente a FINAME opera quatro programas, amplamente divulgados por seus agentes financeiros e que se enquadram dentro das Políticas Operacionais do Sistema BNDES:

Programa Automático — Tem por objetivo financiar a aquisição de máquinas e equipamentos, de produção geralmente seriada, dividindo-se em três faixas:

Automático A — Destinado ao segmento das micro e pequenas empresas cujos equipamentos sejam destinados à produção industrial ou à prestação de serviços básicos.

Automático B — Voltado para financiar empresas de médio e grande porte cujos equipamentos se destinem à produção industrial ou à prestação de serviços básicos.

Automático C — Apóia a comercialização de equipamentos de informática e de transporte rodoviário adquiridos por empresas de qualquer porte. Incluem-se também nessa faixa do programa os equipamentos destinados à produção agropecuária cujo comprador não seja classificado no setor agrícola.

Programa Especial — Voltado sobretudo para grandes projetos, esse programa se destaca pelos prazos mais dilatados de carência e amortização do que aqueles do Programa Automático, sendo os bens na sua maioria produzidos sob encomenda.

Transporte urbano de passageiros sobre pneus, desde que faça parte de um plano de transporte aprovado pelo BNDES, e ônibus a gás também podem ser financiados nesse programa.

Programa Agrícola — Tem por finalidade apoiar especificamente a aquisição de máquinas e equipamentos voltados para a produção agropecuária. Funciona nos moldes do Programa Automático, sendo seu objetivo incentivar a mecanização agrícola, visando ao aumento da produtividade no campo. Somente financia empresas classificadas no setor agrícola, cooperativas e pessoas físicas com efetiva atuação no setor.

Finamex — O Programa de Financiamento as Exportações de Máquinas e Equipamentos é direcionado às indústrias brasileiras exportadoras de bens de capital. Começou a operar em novembro de 1990 com o financiamento pré-embarque, que corresponde a um adiantamento de recursos ao fabricante para fazer face aos custos correntes de produção de máquinas e equipamentos destinados à exportação.

Atuação em 1990

Confirmando tendência já observada nos exercícios anteriores, o setor privado liderou de forma expressiva a demanda por financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais com recursos da FINAME. Do montante de Cr\$ 154,8 bilhões desembolsados em 1990 (*Tabela 21*), 96,6% foram liberados para o setor privado, indicando um ganho de 3,2 pontos percentuais em sua participação, que em 1989 foi de 93,4%.

Ainda sob os efeitos das restrições governamentais aos seus investimentos, o setor público teve sua participação nos financiamentos da FINAME reduzida de 6,6% para 3,4%.

Quadro idêntico se verifica com relação aos valores aprovados no exercício. Em 1990 a FINAME aprovou operações no montante de Cr\$ 213,7 bilhões (*Tabela 21*). O setor privado respondeu por 97,3% desse total.

TABELA 21 — FINAME

RAMOS DE ATIVIDADE	APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE							
	APROVAÇÕES				DESEMBOLSOS			
	1989		1990		1989		1990	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Extração de Minerais	14.381	4	1.945	1	5.045	2	2.563	2
Agricultura	11.728	3	6.165	3	7.173	3	4.646	3
Indústria de Transformação	283.099	71	160.979	75	144.834	68	115.870	75
Serviços	90.134	23	44.653	21	56.302	26	31.707	20
Outros	—	—	24	—	—	—	25	—
TOTAL	399.342	100	213.766	100	213.354	100	154.812	100

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Considerando-se que em 1989 esses índices foram de 93,2% para o setor privado e de 6,8% para o setor público, verificou-se em 1990 um ganho na participação do setor privado no total aprovado de 4,1 pontos percentuais.

Em 1990 a FINAME registrou decréscimos reais, tanto com respeito ao total dos desembolsos quanto com relação ao valor das operações aprovadas, de, respectivamente, 27,3% e 46,5%, comparativamente a 1989, com base na variação do IPC no período.

Ao se focar o desempenho da Agência nesse período segundo os seus diversos programas operacionais, merece destaque o Programa Especial, que aumentou sua participação no total das liberações da FINAME de 35,1%, em 1989, para 46,7%, em 1990 (Tabela 22). Contribuíram para o bom resultado do Programa Especial a participação de grandes projetos dos setores de papel e celulose, química e petroquímica e transportes, que juntos absorveram 78,4% dos desembolsos da FINAME através desse programa.

Com respeito ao valor das aprovações, o Programa Especial sofreu um declínio real de 48,1% em relação ao ano anterior, baixando sua participação no total das aprovações da FINAME de 47%, em 1989, para 45%, em 1990 (Tabela 22).

O Programa Automático A, exclusivamente destinado às micro e pequenas empresas, apresentou queda real de 29,8% nas aprovações, resultado melhor do que

o decréscimo de 46,5% nas aprovações totais da FINAME. Com respeito aos desembolsos, esse programa teve perda real de 29,4% em 1990, contra os 27,3% de decréscimo observados nas liberações da FINAME.

Em sua quase totalidade utilizado pelo setor privado para a aquisição isolada de equipamentos, os Programas Automáticos B e C foram os que mais perderam posições em 1990, com queda real de 42,9% nos desembolsos e de 48,4% nas aprovações. Em 1989, esses índices declinaram 26,1% nas liberações de recursos e 20,7% nas aprovações.

Consideradas todas as faixas do Programa Automático, seus desembolsos totalizaram Cr\$ 81,3 bilhões e as aprovações Cr\$ 114,3 bilhões, significando participações sobre os valores globais, em ambos os casos, de 53% em 1990, contra 65% e 53% registrados em 1989. O Programa Agrícola, que teve início em setembro de 1990, aprovou operações no valor de Cr\$ 2,3 bilhões. Os desembolsos através desse programa foram de Cr\$ 1,3 bilhão. No Programa Especial, em 1990, o valor das aprovações foi de Cr\$ 96,5 bilhões para liberações correspondentes a Cr\$ 71,8 bilhões. (Tabela 22).

Em 1990 a FINAME aprovou 14.613 financiamentos, revelando um decréscimo de 27,7% em comparação às 20.223 operações aprovadas em 1989. O Programa Automático A acusou queda de 8,1% no número de operações aprovadas. Os Programas Automáticos B e C foram os que mais declinaram em volume de operações, respectivamente - 29,4% e - 45,9%. O Programa Especial, que

TABELA 22 — FINAME

APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS SEGUNDO OS PROGRAMAS OPERACIONAIS				
Cr\$ milhões constantes				
PROGRAMAS	1989		1990	
	VALOR	%	VALOR	%
Aprovações	399.342	100	213.766	100
Especial	186.627	47	96.527	45
Automático	212.716	53	114.352	53
BNDESMAQ	0	0	488	0
Agrícola	0	0	2.399	1
Desembolsos	213.354	100	154.812	100
Especial	74.883	35	71.821	46
Automático	138.471	65	81.357	53
BNDESMAQ	0	0	269	0
Agrícola	0	0	1.365	1

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

em 1989 aprovou 1.260 operações, em 1990 diminuiu em 14,7%, correspondendo a 1.075 operações.

Quanto à distribuição dos recursos liberados segundo os setores demandantes, o de papel e celulose respondeu por 23,3% dos desembolsos realizados em 1990, com expressivo ganho de participação relativamente aos 14,4% observados em 1989; o de transportes acusou uma perda de participação de 2,2%, passando de 15% no ano passado para 12,8% em 1990; o setor químico e petroquímico absorveu 8,6% dos recursos liberados, contra 6,3% em 1989; o de metalurgia e siderurgia teve participação de 8,1%, contra 9,7% em 1989; ao setor de produtos alimentares foram destinados 6,8% dos desembolsos, contra os 6,2% de 1989, e ao têxtil 5,6%, com pequena variação em relação aos 6,5% do ano anterior; produtos de matérias plásticas, que em 1989 responderam por 4,6% dos desembolsos, receberam 4,8% dos recursos liberados em 1990. Considerados em conjunto, esses sete setores absorveram 70% do total de financiamentos liberados em 1990 pela FINAME.

Regionalmente, o Sudeste manteve, em 1990, a liderança nos desembolsos, com 44,9% de participação, apesar de haver declínio em relação aos 51% observados em 1989. À região Nordeste foram destinados 22,7% dos recursos liberados, contra os 20,6% do ano anterior, revelando elevação em sua posição relativa. O Sul recebeu 24,6%, contra 20,7% em 1989, e a região Centro-Oeste 3,4%, indicando perda se confrontados com a participação de 4,4% apurada em 1989. Finalmente, figura a região Norte, com 4,4%, registrando-se, nesse caso, ganho com relação à posição de 1989, que foi de 3,4%.

Em 1990, o apoio da FINAME alcançou milhares de micro, pequenas e médias empresas, além de alguns projetos de elevado valor, como o da Aracruz Celulose, já em fase de conclusão, da Bahia Sul, da Inpacel, da Celpav, da Riocell e da Ripasa, que iniciou a operação da segunda máquina de papel, todos do setor de papel e celulose.

No setor de química e petroquímica, merece destaque o apoio financeiro da FINAME ao projeto de ampliação da capacidade de produção de petroquímicos básicos da Copene; à implantação de uma unidade industrial de polipropileno da PPH; ao projeto industrial da Firene; à ampliação da capacidade de produção da CQR; e à implantação de uma unidade de produção de polietileno da Polietileno Linear. No setor de metalurgia e siderurgia, cabe destacar os financiamentos concedidos

às empresas do Grupo Cofap; à Almax, cuja unidade de operação de perfis sólidos de alumínio já entrou em fase de teste; à Vibasa e à Aços Villares, ambas do Grupo Villares; à Metal Leve; à Libra; e à Impar, cuja unidade industrial entrou em fase de operação. No setor de cimento, com o apoio financeiro da FINAME, entrou em fase de teste final para operação o teleférico para transporte de minério da Cimento Cauê.

Devido à contenção do endividamento público, o setor de energia elétrica pouco investiu em 1990. Apenas a Copel, a Chesf e a Itaipu merecem ser mencionadas, por terem conseguido recursos da FINAME, ainda assim muito abaixo do previsto.

No setor da agroindústria merece destaque o início das liberações para o projeto de transportes integrados da Cutrale Quintella.

Introdução

A função básica da BNDESPAR é aportar recursos não-exigíveis, sob a forma de participação societária, a empresas cujos projetos sejam considerados prioritários. Essa presença acionária é transitória e minoritária. Sua participação em operações de subscrição de valores mobiliários poderá ser direta, em emissões privadas, ou indireta, através de emissões públicas ou de garantia firme de subscrição de debêntures.

A BNDESPAR tem por filosofia desmobilizar, uma vez alcançada a maturidade do projeto, sua participação acionária na empresa, seja através da colocação pulverizada de suas ações no mercado secundário de títulos, democratizando o controle do capital e fortalecendo o mercado de capitais, seja através da realização de *block trades*, via bolsas de valores.

No final de 1990, a Carteira de Participações Societárias da BNDESPAR atingiu o valor de US\$ 4,1 bilhões, englobando 168 empresas, principalmente dos setores de papel e celulose, petroquímico, alimentício, fertilizantes, têxtil, informática,

eletroeletrônico, siderúrgico, metalúrgico e de bens de capital. A lista das empresas que compõem a carteira da BNDESPAR é apresentada no Anexo 9 deste Relatório.

Atuação em 1990

A BNDESPAR encerrou o exercício de 1990 com um volume de operações aprovadas substancialmente inferior ao registrado em 1989. Esse resultado reflete os impactos do programa de estabilização econômica no mercado de valores mobiliários, com a taxação das carteiras de ações e a política monetária praticada, que elevou as taxas de juros do mercado.

As aprovações da BNDESPAR, em 1990, foram de Cr\$ 31,8 bilhões, enquanto em 1989 haviam se fixado, em valores constantes, em Cr\$ 105,3 bilhões. Do total das aprovações, 94% se concentraram em operações de participação acionária (*Tabela 23*). Os desembolsos efetivados no período totalizaram Cr\$ 27,8 bilhões, tendo a BNDESPAR uma participação de 6% no Orçamento de Aplicações com Recursos Ordinários do Sistema BNDES.

TABELA 23 — BNDESPAR

MODALIDADE	APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS SEGUNDO A MODALIDADE OPERACIONAL			
	Cr\$ milhões constantes			
	1989		1990	
	VALOR	%	VALOR	%
Aprovações	105.371	100	31.842	100
Participação Acionária	93.964	89	29.790	94
Compra de Debêntures	11.406	11	506	2
Financiamento	0	0	436	1
Outras	0	0	1.110	3
Desembolsos	58.536	100	27.811	100
Participação Acionária	53.228	91	19.075	69
Compra de Debêntures	2.315	4	5.378	19
Honra de Garantias	2.867	5	2.826	10
Outras	125	0	531	2

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Com relação à distribuição espacial dos desembolsos da BNDESPAR, em 1990, observa-se um equilíbrio entre as regiões Nordeste e Sudeste, que absorveram 36% e 39%, respectivamente, dos recursos liberados. Para a região Sul foram canalizados 24% dos recursos. No setor de papel e celulose concentraram-se 66% dos investimentos e em metalurgia e siderurgia 12%, ficando o restante dos recursos distribuídos entre diversos segmentos setoriais.

Em termos operacionais, o desempenho da BNDESPAR em 1990 englobou o seguinte leque de atividades:

Novas operações — São aquelas realizadas com empresas ainda não-pertencentes à carteira da BNDESPAR ou que resultam das operações de garantia de subscrição de valores mobiliários em ofertas públicas (*underwriting*) realizadas pela subsidiária.

Os principais setores apoiados nas novas operações foram o siderúrgico, de papel e celulose, máquinas e equipamentos e agroindústria. As operações mais significativas beneficiaram as empresas Cosigua, Inpacel, Ceval e Romi.

Merecem destaque, dentre as novas operações, as realizadas com a Biofil e a Comicro Informática e Tecnologia S.A. no âmbito do Programa de Apoio a Pequenas Empresas de Base Tecnológica (Contec), que visa identificar e apoiar empreendimentos de elevada densidade tecnológica com perspectivas de crescimento acelerado.

Ao todo, em 1990, foram contratadas 13 novas operações (25 no exercício passado), sendo seis de debêntures conversíveis e sete subscrições de ações (das quais duas na esfera do Contec).

Exercício de direitos — Foram realizadas pela BNDESPAR 15 operações de exercício de direitos (16 em 1989), em valor superior àquele efetivado no ano passado.

Esse fato deve-se, basicamente, à participação da BNDESPAR em dois projetos de papel e celulose em implantação — Bahia Sul e Celpav (27% e 33% do capital total, respectivamente) —, que prevêem um investimento de aproximadamente US\$ 2 bilhões em três anos. São projetos considerados com padrão internacional de competição e perspectivas de abertura de capital para, no máximo, dois a três anos, o que possibilitará, então, condições de liquidez para a posição da BNDESPAR. No exercício, foi liberado um total de Cr\$ 13,7 bilhões para as duas operações (88% do total realizado nessa rubrica). Dentre outras empresas apoiadas através do exercício de direitos, destacam-se a Pronor, a Norquisa, a Braspérula, a Belprato, a Climax, a Inepar, a Sharp, a Trafo e a Trol.

Empresas controladas — O programa de privatização realizado nos últimos três anos reduziu de 11 para três o número de empresas nas quais a BNDESPAR tem posição de sócio controlador. Essas empresas — Cosinor, Mafersa e Mineração Caraíba — demandaram um total de Cr\$ 1 bilhão em 1990 (4% dos investimentos no ano). Esses recursos visaram à implantação, conforme política definida pela BNDESPAR, de programas de ajustes administrativo-operacionais objetivando o equilíbrio de caixa dessas companhias, de forma a adequá-las ao Programa Nacional de Desestatização atualmente em curso.

No caso da Mafersa, a BNDESPAR ampliou a presença da empresa no mercado externo, através da prestação de fiança, de *performance bonds* e de *warrants*, o que assegurou a sua viabilidade econômica e a colocou em condições de ser privatizada.



Underwriting — A BNDESPAR administra as operações de *underwriting* do Sistema BNDES, gerenciando o Programa de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional (Procap).

O programa apóia o desenvolvimento do mercado de capitais, através da prestação de garantia firme à subscrição de valores mobiliários e da concessão de empréstimo, no âmbito da linha Finac, para a subscrição de ações em aumentos de capital das empresas privadas nacionais.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) registrou, em 1990, um total de 58 emissões de oferta pública de ações, que atingiu o montante de Cr\$ 90,6 bilhões. A BNDESPAR apoiou 34 emissões (59% do total), através da garantia firme de Cr\$ 5,8 bilhões, desembolsando Cr\$ 2,6 bilhões. Em 1989, foram apoiadas 45 emissões, tendo sido efetivado um total de Cr\$ 1,4 bilhão. Para essas operações, o Procap conta com os recursos do Condomínio de Capitalização da Empresa Privada Nacional (Concap). A linha Finac viabilizou no mercado de valores mobiliários a realização de 21 operações, liberando o montante de Cr\$ 3,3 bilhões.

Dos desembolsos do Procap, 45% destinaram-se ao Sudeste, 31% ao Sul e 24% ao Nordeste. O segmento de bens de consumo recebeu 40% dos recursos, seguido do setor de química, com 30%, e do complexo eletroeletrônico, com 23%.

Desinvestimentos — Em 1990, foram realizados desinvestimentos que totalizaram cerca de Cr\$ 9 bilhões, basicamente em operações realizadas em pregões nas bolsas de valores. Foram efetivados negócios com 20 papéis da carteira.

O fraco desempenho do mercado bursátil nesse exercício, além de frustrar as expectativas de vendas através de pregão — o volume realizado concentrou-se nos três primeiros meses do ano —, não possibilitou a realização de leilões especiais (*block trades*) de empresas abertas e fechadas, planejados para o exercício.



Demonstrações Financeiras **8**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 1990 e 1989

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Anexo

Demonstração das Mutações dos Investimentos em Empresas Controladas e Coligadas Relevantes

Parecer dos Auditores Independentes

BNDES

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 1990 e 1989

Em milhares de cruzeiros/cruzados novos

ATIVO	1990	1989
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos em bancos	1.158.510	313.066
Titulos vinculados ao mercado aberto	45.610.561	5.832.226
Créditos por empréstimos e financiamentos	2.385.004.159	203.795.691
Créditos perante o Tesouro Nacional	106.270.720	9.060.679
Valores à ordem do Banco Central do Brasil	25.408.168	
Outros ativos	145.224.029	8.448.128
Total do circulante e realizável a longo prazo	<u>2.708.676.147</u>	<u>227.449.790</u>
PERMANENTE		
Investimentos	450.169.886	47.923.438
Imobilizado	7.175.558	780.581
Total do permanente	<u>457.345.444</u>	<u>48.704.019</u>
TOTAL	<u>3.166.021.591</u>	<u>276.153.809</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos		
À vista	2.997.760	95.601
A prazo	1.940.180	650.520
Vinculados ao Fundo da Marinha Mercante	1.749.677	493.021
Outros	52.828	3.964
Obrigações por empréstimos e financiamentos — principal e encargos	852.886.215	40.747.822
Recursos repassados para aplicação		
Fundo de Participação PIS-Pasep	1.570.489.369	161.030.293
Fundo da Marinha Mercante	21.515.742	3.428.123
Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND	7.425.741	505.731
Outros	23.870.478	167.217
Valores à ordem do Banco Central do Brasil	3.171.299	
Outras exigibilidades	65.461.134	8.824.401
Total do circulante e exigível a longo prazo	<u>2.551.560.423</u>	<u>215.946.693</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital realizado	35.089.286	2.218.191
Correção monetária do capital	296.548.008	32.871.095
Capital realizado atualizado	331.637.294	35.089.286
Outras reservas de capital	151.035.596	11.497.574
Reserva de reavaliação (de ativos de empresas investidas)	42.176.766	5.511.413
Reservas de lucros	77.110.214	8.108.843
Lucros acumulados	12.501.298	
Total do patrimônio líquido	<u>614.461.168</u>	<u>60.207.116</u>
TOTAL	<u>3.166.021.591</u>	<u>276.153.809</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Presidente
Eduardo Marco Modiano

Diretor Vice-Presidente
José Pio Borges de Castro Filho

Diretores
Octávio Augusto Fontes Tourinho
Pedro Luiz Bodin de Moraes
Sérgio Zendron
Venilton Tadini

**Superintendente da Área
Financeira e Internacional**
Guilherme Gomes Dias

**Chefe do Departamento
de Contabilidade**
Antônio Carlos Soares
CRC-RJ 023108-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 1990 e 1989
Em milhares de cruzeiros/cruzados novos,
exceto lucro por ação do capital

	1990	1989
RECEITAS OPERACIONAIS		
De operações financeiras		
Empréstimos, financiamentos e repasses — moeda nacional e estrangeira	1.065.585.336	48.807.612
Aplicações financeiras	<u>95.944.671</u>	<u>5.479.515</u>
Total	<u>1.161.530.007</u>	<u>54.287.127</u>
De participações societárias		
Resultado de equivalência patrimonial	(19.761.945)	9.261.832
Dividendos		380
Provisão para desvalorização permanente	(20.095.878)	
Perda com alienação de investimentos		(6.447.744)
Reversão de provisão para desvalorização permanente		<u>1.398.545</u>
Total	<u>(39.857.823)</u>	<u>4.213.013</u>
De créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	<u>5.811.021</u>	<u>1.959.057</u>
De disponibilidades bloqueadas	<u>26.636.959</u>	
De avais e fianças	<u>10.433.052</u>	<u>340.427</u>
Outras	<u>4.129.462</u>	<u>706.781</u>
TOTAL	<u>1.168.682.678</u>	<u>61.506.405</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
De operações financeiras		
Empréstimos, financiamentos e repasses — moeda nacional e estrangeira	<u>828.778.130</u>	<u>42.402.373</u>
Administrativas e gerais		
Remuneração de diretores e conselheiros	42.484	2.744
Pessoal — remuneração e encargos sociais	5.100.780	273.228
Contribuição social	6.052.301	
Contribuição ao Pasep e ao Finsocial	6.912.737	214.344
Provisão para riscos de crédito	188.441.178	1.542.079
Provisão para contingências trabalhistas	12.690.780	1.473.000
Depreciação	<u>227.911</u>	<u>11.461</u>
Total	<u>219.468.171</u>	<u>3.516.856</u>
De disponibilidades de terceiros bloqueadas	<u>9.047.530</u>	
Outras	<u>5.354.059</u>	<u>158.112</u>
TOTAL	<u>1.062.647.890</u>	<u>46.077.341</u>
LUCRO OPERACIONAL	106.034.788	15.429.064
RECEITAS (DESPESAS) NÃO-OPERACIONAIS — LÍQUIDO	78.023	3.762
CORREÇÃO MONETÁRIA	<u>(96.681.027)</u>	<u>(8.434.116)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>9.431.784</u>	<u>6.998.710</u>
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>Cr\$ 2,70</u>	<u>NCz\$ 31,55</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 1990 e 1989

Em milhares de cruzeiros/cruzados novos

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO		OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVIAÇÃO (DE ATIVOS DE EMPRESAS INVESTIDAS)	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL			LEGAL	LUCROS A REALIZAR		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 1989 — NCz\$	242.145	1.976.046	770.640	245.830			(66.837)	3.167.824
Ajuste de exercício anterior							(190)	(190)
Aumento de capital com reserva	1.976.046	(1.976.046)						
Adiantamento para aumento de capital			24.502					24.502
Correção monetária		32.871.095	10.765.607	3.642.922			(993.280)	46.286.344
Reavaliação de bens em empresas investidas				3.793.101				3.793.101
Realização de reserva de reavaliação				(2.170.440)			2.170.440	
Reversão de parte de reserva especial de controlada			(63.175)					(63.175)
Lucro líquido do exercício							6.998.710	6.998.710
Apropriação em reservas					405.442	7.703.401	(8.108.843)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1989 — NCz\$	2.218.191	32.871.095	11.497.574	5.511.413	405.442	7.703.401		60.207.116
Aumento de capital com reserva	32.871.095	(32.871.095)						
Correção monetária		296.548.008	97.168.772	46.578.274	3.426.489	65.103.293		508.824.836
Reavaliação de bens em empresas investidas:								
• Constituição				12.444.733				12.444.733
• Reversão				(20.215.442)				(20.215.442)
• Realização				(3.541.103)			3.541.103	
• Outros ajustes				1.398.891				1.398.891
Constituição de reserva especial de controlada			42.369.250					42.369.250
Lucro líquido do exercício							9.431.784	9.431.784
Constituição de reserva legal					471.589		(471.589)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 — Cr\$	35.089.286	296.548.008	151.035.596	42.176.766	4.303.520	72.806.694	12.501.298	614.461.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 1990 e 1989

Em milhares de cruzeiros/cruzados novos

	1990	1989
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	9.431.784	6.998.710
Despesas (receitas) que não afetam os depósitos em bancos:		
• Correção monetária	96.681.027	8.434.116
• Provisão para riscos de créditos	188.441.178	1.542.079
• Provisão para contingências trabalhistas	12.690.780	1.473.000
• Equivalência patrimonial	19.761.945	(9.261.832)
• Perda com alienação de investimentos		6.455.578
• Provisão para desvalorização permanente, líquida de reversão	20.095.878	(1.398.545)
• Depreciação e outras	227.911	9.902
Total proveniente das operações	<u>347.330.503</u>	<u>14.253.008</u>
Do acionista		
Adiantamentos para aumento de capital		<u>24.502</u>
De terceiros		
Aumento líquido nos recursos repassados para aplicação	1.458.169.966	154.136.936
Aumento líquido nas obrigações por empréstimo e financiamentos	812.138.393	37.846.000
Redução líquida do ativo permanente		3.320.514
Aumento líquido nas demais contas de passivo	<u>52.614.591</u>	<u>8.266.184</u>
Total	<u>2.322.922.950</u>	<u>203.569.634</u>
Total das origens	<u>2.670.253.453</u>	<u>217.847.144</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento líquido em créditos por empréstimos e financiamentos	2.369.649.646	191.903.076
Aumento líquido em títulos vinculados ao mercado aberto	39.778.335	5.684.786
Aumento líquido nos créditos perante o Tesouro Nacional	97.210.041	8.401.224
Adiantamentos concedidos para aumento de capital em controlada		3.611.588
Aumento líquido do ativo permanente	585.918	
Aumento líquido nas demais contas de ativo	<u>162.184.069</u>	<u>7.946.621</u>
Total das aplicações	<u>2.669.408.009</u>	<u>217.547.295</u>
AUMENTO DOS DEPÓSITOS EM BANCOS	<u>845.444</u>	<u>299.849</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Exercícios findos em 31 de dezembro
de 1990 e 1989

Em milhares de cruzeiros/cruzados novos,
salvo quando indicado de outra forma

1. OPERAÇÕES

O Banco é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis, às decisões e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional. As ações representativas de seu capital são de propriedade da União.

O Banco se constitui no principal veículo de execução da política de investimentos do governo federal e tem por finalidade apoiar programas e projetos relacionados com o desenvolvimento da economia nacional (ampliação da capacidade produtiva, melhoria da produtividade e da ordenação setorial e outras formas de iniciativa); suas atividades estimuladoras da iniciativa privada são exercidas em harmonia com o apoio a empreendimentos de interesse nacional.

O Banco opera diretamente ou através de agentes financeiros, como bancos ou agências estaduais de desenvolvimento e instituições financeiras privadas. Também opera através de duas empresas subsidiárias integrais, a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), com a atividade de concessão de refinanciamentos a agentes financeiros implementadores dos programas de financiamento, para a compra de máquinas, equipamentos e conjuntos industriais de produção nacional e/ou com índices relevantes de nacionalização, e a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), voltada para o apoio à dinamização e ao fortalecimento de empresas nacionais, principalmente mediante participação societária.

Em complemento a essas atividades, desde 1983 o Banco está investido na função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM), destinado a apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de marinha mercante nacional. Face a essa investidura, assumida efetivamente a partir de janeiro de 1984, cabe ao Banco analisar os estudos de viabilidade técnico-econômica destinados à obtenção de apoio financeiro do Fundo para a construção

de embarcações ou para outras finalidades contempladas em lei ou regulamento; conceder financiamentos a armadores, empresas de pesca e construtores de embarcações, ou auxílios financeiros a fundo perdido (até a edição da Lei 8.023/90), segundo prioridades estabelecidas; acompanhar e supervisionar a construção naval financiada pelo Fundo; captar os recursos financeiros necessários às suas atividades e manter a contabilidade do Fundo. A remuneração do Banco pela prestação desses serviços, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, corresponde a 2% sobre a arrecadação mensal da cota-parte do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

O Banco, até junho de 1989, era o administrador do Fundo de Investimento Social (Finsocial), criado pelo governo federal em 1982 para apoiar financeiramente os programas e projetos de caráter assistencial relacionados com alimentação, habitação popular, educação, saúde e amparo ao pequeno agricultor, elaborados segundo diretrizes da Presidência da República. O Finsocial é alimentado por contribuições das empresas e por dotações orçamentárias da União. A partir de 1985, as transferências do Finsocial ao BNDES foram se reduzindo à medida que os recursos passaram a ser alocados diretamente aos ministérios da área social. Finalmente, a partir da vigência da Lei nº 7.787, de 30 de junho de 1989, o produto da arrecadação do Finsocial passou a destinar-se integralmente à seguridade social, assim definida no Capítulo II do Título VIII da Constituição Federal.

De acordo com o Decreto nº 96.905, de 3 de outubro de 1988, os serviços da Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) passaram a ser executados pelo BNDES, que presta apoio técnico, administrativo e de pessoal necessário ao seu funcionamento, cabendo ao Presidente do BNDES a função de Secretário Executivo.

Através do Decreto 99.464, de 16 de agosto de 1990, o BNDES foi designado gestor do Fundo Nacional de Desestatização, instituído pelo artigo 9º da Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, e, como tal, compete ao Banco desempenhar as atribuições definidas pelo artigo 21 da referida lei. Cabe ao Banco uma remuneração de 0,2% do valor líquido apurado nas alienações, a título de cobertura dos custos operacionais incorridos pela prestação desses serviços.

As ações ou quotas representativas das participações societárias do BNDES nas empresas a seguir relacionadas encontram-se depositadas no Fundo Nacional de Desestatização em



31 de dezembro de 1990, de acordo com a Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, e em consonância com o Programa Nacional de Desestatização:

- Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor);
- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas);
- Usiminas Mecânica S.A. (Usimec);
- Mafersa Sociedade Anônima;
- Mineração Caraíba Ltda.

As diretrizes operacionais do Sistema BNDES contemplam, também, a alienação, preferencialmente através de oferta pública, das participações societárias em empreendimentos já maturados, considerados, entre outros, os objetivos governamentais de manutenção de controle nacional, de concentração ou desconcentração de controle e de privatização.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Títulos vinculados ao mercado aberto

Registrado ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

b) Créditos e obrigações por empréstimos e financiamentos

Esses ativos e passivos incorporam as correções monetárias e as variações cambiais a que estão sujeitos e os demais encargos financeiros acumulados, em conformidade com índices e taxas cambiais oficiais e fórmulas contratuais.

c) Provisão para riscos de crédito

Constituída até o limite que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos créditos por empréstimos e financiamentos.

d) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas relevantes são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao custo corrigido e, quando aplicável, reduzidos para o valor provável de realização.

A equivalência patrimonial é calculada com base em demonstrações financeiras e outros dados fornecidos pelas empresas investidas.

e) Imobilizado

É demonstrado ao custo corrigido monetariamente. A depreciação do imobilizado é calculada de forma linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens.

f) Recursos repassados para aplicação

Os recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep são acrescidos dos rendimentos resultantes das correspondentes aplicações em

empréstimos e financiamentos e em carteira de investimentos em ações negociadas em bolsas de valores. Enquanto não aplicados, esses recursos são remunerados segundo a rentabilidade obtida pelas aplicações das disponibilidades junto ao Banco Central do Brasil.

O BNDES pratica atos e operações relacionados com o objeto do Fundo da Marinha Mercante, na qualidade de seu agente financeiro, e do FND, na qualidade de gestor dos recursos. Os montantes demonstrados correspondem às disponibilidades dos Fundos em seu poder.

g) Reserva de reavaliação

As reavaliações efetuadas pelas empresas investidas são correspondidas por equivalência patrimonial em contrapartida à reserva de reavaliação. A realização dessa reserva ocorre, basicamente, através da depreciação ou venda dos bens a que correspondem nas empresas investidas, sendo creditada a lucros acumulados.

h) Correção monetária do balanço

Os efeitos da inflação são reconhecidos através da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido, calculada de acordo com índices oficiais.

3. CRÉDITOS POR EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	1990	1989
Empréstimos e financiamentos com:		
Recursos PIS-Pasep	1.231.287.418	151.683.801
Recursos próprios e outros recursos	1.173.850.268	53.709.277
Créditos em liquidação	169.424.465	44.421
Total	2.574.562.151	205.437.499
Provisão para riscos de crédito	(189.557.992)	(1.641.808)
Total	2.385.004.159	203.795.691

As operações de crédito são contratadas consoante as condições estabelecidas nos correspondentes programas setoriais ou projetos específicos de desenvolvimento de atividades econômicas e de pesquisa ou exploração. Os créditos perante os mutuários em mora são passíveis de renegociação e reescalonamento, considerando as funções e os objetivos do Banco.

Após análise de cada caso e observados os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através das Resoluções 1.675 e 1.748, o Banco reforçou o montante da provisão para riscos de crédito em 1990, pela transferência para créditos em liquidação de valores a receber do setor público e privado com menor expectativa

de realização. A eventual quitação de parte desses valores possibilitaria a recuperação da provisão, ou a absorção de outros créditos não provisionados em 31 de dezembro de 1990 por dependerem de negociações em andamento. Dessa forma, a Administração entende que o montante total da provisão é suficiente para cobrir todas as perdas esperadas na realização dos créditos por empréstimos e financiamentos.

4. INVESTIMENTOS

	1990	1989
Em controladas e coligadas relevantes:		
Valor patrimonial	374.025.982	37.710.784
Adiantamentos para utilização em aumentos de capital	64.409.221	6.814.896
Total	438.435.203	44.525.680
Outras empresas:		
Custo corrigido	28.000.217	3.058.474
Provisão para perdas	(19.609.778)	(24.362)
Outros investimentos	3.344.244	363.646
Total	450.169.886	47.923.438

No Anexo estão demonstradas as mutações ocorridas durante o exercício de 1990 no valor das participações societárias em empresas controladas e coligadas relevantes.

5. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS — PRINCIPAL E ENCARGOS FINANCEIROS

	1990	1989
No país	522.570.615	16.421.247
No exterior	330.315.600	24.326.575
Total	852.886.215	40.747.822

De acordo com o artigo 239 da Constituição Federal, a arrecadação decorrente das contribuições PIS-Pasep, a partir da promulgação da Constituição, é destinada a financiar o programa de seguro-desemprego e custear o abono salarial. Desses recursos, pelo menos

40% são destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico através do BNDES. A remuneração devida pelo BNDES corresponde à variação mensal do IPC mais juros de 5% ao ano, sendo creditada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído pelas Leis 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 8.019, de 11 de abril de 1990.

As obrigações estão sujeitas à correção monetária e variação cambial e juros que variam de 1% a 11,6% ao ano. O prazo máximo de vencimento está estipulado para o ano de 2012. Algumas obrigações, junto a organismos internacionais, são garantidas pelo governo federal.

As amortizações previstas para os próximos cinco anos são as seguintes (em milhões de cruzeiros):

1991	1992	1993	1994	1995
Contraídas no país				
55.253,7	17.851,2	13.949,6	12.056,4	11.117,5
Contraídas no exterior				
95.944,7	90.792,0	82.435,4	53.205,4	29.758,7
151.198,4	108.643,2	96.385,0	65.261,8	40.876,2

6. COMPROMISSOS E PASSIVOS CONTINGENTES

- O Banco está comprometido a liberar recursos financeiros na forma de financiamentos aos empreendimentos contratados diretamente ou através de agentes financeiros.
- O Banco está obrigado a remunerar os recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep com base nos índices de correção monetária mais juros mínimos de 3,5% ao ano.
- O Banco concede garantias, em nome próprio ou como agente do Tesouro Nacional, a empresas nacionais, inclusive empresas investidas, em conexão com operações de crédito contratadas com instituições financeiras ou fornecedores estrangeiros; essas garantias são amparadas por contragarantias reais e/ou pessoais.

7. IMPOSTO DE RENDA

O Banco não constituiu provisão para imposto de renda, devido à existência de prejuízos fiscais acumulados a compensar.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito está representado por 3.508.935.500 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de Cr\$ 10,00 cada.

9. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

As remunerações (base dezembro de 1990) pagas pelo BNDES a seus diretores e empregados foram as seguintes:

- Diretores
 - Honorários Cr\$ 902
- Empregados
 - Maior remuneração Cr\$ 752
 - Menor remuneração Cr\$ 31

10. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES — FAPES

O Banco é co-patrocinador e contribuinte da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (FAPES), uma entidade de previdência privada destinada aos funcionários do Sistema BNDES. Essa entidade assegura e complementa os benefícios previdenciários e assistenciais concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e a execução de programas assistenciais promovidos pelas empresas patrocinadoras. Para atingir seus objetivos, a FAPES recebe contribuições mensais das empresas mantenedoras e de seus participantes, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos diretores e empregados.

O montante das contribuições do Banco durante o exercício de 1990 alcançou Cr\$ 292.518.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DOS INVESTIMENTOS EM EMPRESAS
CONTROLADAS E COLIGADAS RELEVANTES**
Exercício findo em 31 de dezembro de 1990

EMPRESAS INVESTIDAS	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BASE PARA A EQUIVALÊNCIA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL (%)		SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO
		VOTANTE	GLOBAL	
Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME (a)	31.12.90	100,00	100,00	6.595.539
BNDES Participações S.A. — BNDESPAR (a)	31.12.90	100,00	100,00	36.478.651
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. — Usiminas (b)	31.10.90	12,47	12,47	769.615
Usiminas Mecânica S.A. — Usimec (b)	31.10.90	99,90	99,92	233.428
Outras				448.447
				44.525.680

(a) Demonstrações financeiras auditadas por nossos auditores independentes.

(b) Demonstrações financeiras auditadas por outros auditores independentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Em milhares de cruzeiros

NOVOS INVESTIMENTOS	BAIXAS/ TRANSFERÊNCIAS	CORREÇÃO MONETÁRIA	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL			PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO	SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO
			RESULTADO	REAValiaÇÃO DE BENS	RESERVA ESPECIAL		
		55.740.615	5.236.662				67.572.816
		308.289.868	(24.838.124)	(7.770.709)	42.369.250		354.528.936
		6.504.201	1.064.667				8.338.483
353.698		2.844.208	(1.225.150)	1.398.891			3.605.075
	837.907	3.791.260				(687.721)	4.389.893
353.698	837.907	377.170.152	(19.761.945)	(6.371.818)	42.369.250	(687.721)	438.435.203



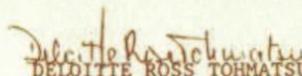
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

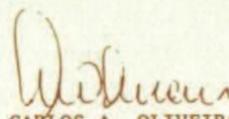
Ilmos. Srs.
Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, levantados em 31 de dezembro de 1990 e 1989, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, conseqüentemente, incluíram as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 31 de dezembro de 1990, e 1989, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1991


DELOITTE ROSS TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP 11.609 S/RJ


CARLOS A. OLIVEIRA
Contador
CRC-SP 84.109-4 T/RJ

Balço das Subsidiárias

9

	FINAME		BNDESPAR	
	1990	1989	1990	1989
I – BALANÇOS – Em 31.12.90 e 31.12.89	Cr\$ Mil	NCz\$ Mil	Cr\$ Mil	NCz\$ Mil
ATIVO				
Circulante e Realizável a Longo Prazo	554.625.982	36.745.541	103.708.436	7.579.160
• Caixa e Bancos	1.705.862	30.933	1.384.690	17.686
• Empréstimos e Financiamentos	552.508.106	34.519.018	81.005.169	6.681.524
• Títulos Mobiliários	398.083	40.178	20.596.402	858.865
• Outros	13.931	2.155.412	722.175	21.085
Permanente	—	2.306	533.624.970	51.418.898
• Investimentos	—	—	533.624.970	51.412.434
• Imobilizado	—	2.306	—	6.462
• Diferido	—	—	—	2
Total do Ativo	554.625.982	36.747.847	637.333.406	58.998.058
PASSIVO				
Circulante e Exigível a Longo Prazo	487.053.166	30.152.308	282.804.470	22.519.407
• Financiamentos	—	229.889	—	—
• Créditos de Controladora – BNDES	479.397.524	29.740.368	279.668.070	21.398.332
• Outros	7.655.642	182.051	3.136.400	1.121.075
Patrimônio Líquido	67.572.816	6.595.539	354.528.936	36.478.651
• Capital	5.895.802	372.707	7.947.350	502.397
• Reservas	61.677.014	6.222.832	346.581.586	35.976.254
Total do Passivo	554.625.982	36.747.847	637.333.406	58.998.058
II – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO – 1990/1989				
Receitas	559.465.022	34.603.199	141.588.862	13.696.242
• Das Participações Societárias	—	—	38.191.969	6.998.789
• Receitas Financeiras	543.166.674	32.596.670	103.396.893	6.586.225
• Outras Receitas	16.298.348	2.006.529	—	111.228
Despesas	(493.689.893)	(28.593.265)	(283.271.673)	(20.028.566)
• De Participação Societária	—	—	(21.355.366)	(92.277)
• Despesas Financeiras	(482.952.745)	(27.945.569)	(254.491.426)	(19.120.557)
• Despesas Administrativas	(6.117.838)	(344.739)	(954.309)	(813.843)
• Outras Despesas	(4.619.310)	(302.957)	(6.470.572)	(1.889)
Resultados Não-Operacionais	(439.109)	12.714	(2.314.073)	—
Correção Monetária do Balço	(55.732.199)	(6.321.802)	119.158.760	16.980.592
Imposto de Renda	(4.039.343)	—	—	—
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	5.564.478	(299.154)	(24.838.124)	10.648.268

Anexos

- 1 Sistema BNDES
Aprovações Segundo os Ramos e Gêneros de Atividade
- 2 Sistema BNDES
Aprovações por Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 3 Sistema BNDES
Desembolsos Segundo os Ramos e Gêneros de Atividade
- 4 Sistema BNDES
Desembolsos por Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 5 Sistema BNDES
Pessoal em Exercício — 31.12.90
- 6 Sistema BNDES
Principais Operações Aprovadas — 1990
- 7 Sistema BNDES
Operações Aprovadas — Prestação de Garantia — 1990
- 8 BNDES
Carteira de Participações Societárias em 31.12.90
- 9 BNDESPAR
Carteira de Participações Societárias em 31.12.90



ANEXO 1 — SISTEMA BNDES

APROVAÇÕES SEGUNDO OS RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE

Cr\$ milhões constantes

RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1990 C = A+B	TOTAL 1989 D	VARIAÇÃO % (C/D)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR			
Extração de Minerais	1.442	464	1.946	142	3.993	21.222	-81
Agricultura	3.078	5.913	6.165	0	15.156	45.181	-66
Indústria de Transformação	85.410	64.015	160.979	31.567	341.971	659.193	-48
Transf. Prod. Min. Não-Metálicos	0	2.680	6.419	0	9.099	15.537	-41
Metalúrgica	8.808	10.872	13.051	4.005	36.736	61.420	-40
Mecânica	1.917	4.806	6.094	2.991	15.808	26.882	-41
Mat. Elétr. e de Comunicação	3.076	6.000	4.466	2.810	16.351	25.488	-36
Material de Transporte	134	2.680	3.839	991	7.643	72.314	-89
Madeira	4.947	1.204	1.665	0	7.816	11.728	-33
Mobiliário	0	808	1.145	0	1.953	3.026	-35
Papel e Papelão	25.477	2.698	50.121	142	78.439	161.313	-51
Borracha	1.259	318	1.098	0	2.675	3.352	-20
Couros e Peles, Artef. para Viagem	0	905	408	0	1.313	2.385	-45
Química	30.075	4.467	23.703	8.775	67.021	128.152	-48
Prod. Farmac. e Veterinários	939	160	352	0	1.452	2.951	-51
Perfumaria, Sabões e Velas	0	186	536	0	722	4.203	-83
Prod. de Matérias Plásticas	221	3.003	10.555	397	14.176	22.618	-37
Têxtil	1.019	6.201	12.348	1.306	20.874	37.314	-44
Vest., Calçados e Artef. de Tecidos	959	1.123	1.693	1.066	4.841	9.201	-47
Produtos Alimentares	6.578	13.106	14.670	8.849	43.202	52.011	-17
Bebidas	0	1.924	5.680	0	7.604	12.768	-40
Fumo	0	26	60	0	87	—	—
Editorial e Gráfica	0	597	1.966	0	2.563	3.778	-32
Diversas	0	252	1.108	235	1.595	2.752	-42
Serviços	80.970	9.453	44.652	133	135.209	194.557	-31
Ativ. Apoio (Util.) e Serv. Car. Indl.	591	28	46	0	665	17.260	-96
Atividades Administrativas	0	0	1	0	1	6	-75
Construção	4.240	7	5.768	10	10.025	12.947	-23
Serv. Industriais de Util. Pública	10.012	0	6.455	0	16.467	21.029	-22
Comércio Varejista	159	1.393	1.453	123	3.128	5.302	-41
Comércio Atacadista	0	329	266	0	595	1.023	-42
Inst. Crédito, Seguro e Capitalização	0	7	16	0	23	266	-91
Com., Inc. e Adm. Imóv. Tit. e Val. Mob.	3	0	44	0	47	716	-93
Transportes	63.892	982	26.672	0	91.545	102.759	-11
Comunicações	0	0	1.176	0	1.176	11.412	-90
Alojamento e Alimentação	0	2.785	80	0	2.864	6.147	-53
Serv. Repar, Manut. e Confecção	0	272	9	0	282	250	13
Hig. Pes., Saunas, Termas e Fisioterapia	0	0	1	0	1	4	-83
Diversões, Radiodifusão e Televisão	0	21	105	0	125	907	-86
Diversos	2.073	2.859	1.657	0	6.589	9.796	-33
Serviços Profissionais	0	770	276	0	1.046	1.921	-46
Adm. Pública Direta e Autárquica	0	0	628	0	628	2.812	-78
Entidades de Desenvolvimento	0	0	0	0	0	—	—
Outros	412	0	25	0	436	5.093	-91
TOTAL	171.311	79.845	213.766	31.842	496.765	925.246	-46

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

ANEXO 2 — SISTEMA BNDES

APROVAÇÕES POR GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO						Cr\$ milhões constantes	
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO ¹	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1990 C = A+B	TOTAL 1989 D	VARIAÇÃO % (C/D)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR			
Norte	4.024	1.575	9.333	0	14.933	56.448	-74
Rondônia	0	12	100	0	112	1.112	-90
Acre	88	0	25	0	114	29	289
Amazonas	1.226	359	6.745	0	8.329	25.307	-67
Roraima	0	0	29	0	29	270	-89
Pará	447	836	1.982	0	3.265	22.306	-85
Amapá	0	155	159	0	314	1.137	-72
Tocantins	2.263	212	294	0	2.770	6.287	-56
Nordeste	32.463	7.755	49.512	8.764	98.493	212.116	-54
Maranhão	3.580	234	2.140	0	5.953	7.195	-17
Piauí	0	91	35	0	126	1.227	-90
Ceará	0	511	5.299	799	6.610	8.496	-22
Rio Grande do Norte	1.737	29	312	0	2.078	2.417	-14
Paraíba	0	129	652	0	781	3.725	-79
Pernambuco	2.957	1.485	3.219	2.157	9.818	13.769	-29
Alagoas	12.792	295	779	3.840	17.706	13.729	29
Sergipe	194	272	1.177	0	1.643	7.444	-78
Bahia	11.203	4.711	35.898	1.968	53.780	154.115	-65
Sudeste	115.148	28.244	89.475	8.023	240.890	436.949	-45
Minas Gerais	10.651	5.235	11.707	0	27.593	50.874	-46
Espírito Santo	10.381	2.863	11.060	421	24.724	43.927	-44
Rio de Janeiro	61.194	2.023	9.654	278	73.150	120.141	-39
São Paulo	32.922	18.123	57.054	7.324	115.423	222.007	-48
Sul	11.689	38.655	57.952	15.056	123.352	186.683	-34
Paraná	1.927	16.444	33.897	656	52.924	83.546	-37
Santa Catarina	3.806	11.969	12.013	9.046	36.833	44.472	-17
Rio Grande do Sul	5.956	10.242	12.043	5.354	33.595	58.665	-43
Centro-Oeste	7.987	3.616	7.494	0	19.097	33.050	-42
Mato Grosso	351	1.626	1.738	0	3.715	12.831	-71
Mato Grosso do Sul	0	408	893	0	1.301	3.601	-64
Goiás	5.135	1.507	4.391	0	11.033	14.335	-23
Distrito Federal	2.502	75	473	0	3.049	2.283	34
TOTAL	171.311	79.845	213.766	31.842	496.765	925.246	-46

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

1) As operações inter-regionais e interestaduais foram rateadas entre as Unidades da Federação, beneficiadas segundo critérios do BNDES.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

DESEMBOLSOS SEGUNDO OS RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE							Cr\$ milhões constantes
RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1990 C = A+B	TOTAL 1989 D	VARIAÇÃO % (C/D)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR			
Extração de Minerais	3.414	752	2.563	88	6.817	13.927	-51
Agricultura	6.277	6.021	4.646	0	16.944	21.270	-20
Indústria de Transformação	155.466	55.860	115.870	27.282	354.478	408.721	-13
Transf. Prod. Min. Não-Metálicos	32	3.576	5.276	0	8.884	9.749	-9
Metalúrgica	29.105	7.023	12.516	3.557	52.201	61.122	-15
Mecânica	2.836	2.836	4.988	1.917	12.577	19.603	-36
Mat. Elétr. e de Comunicação	2.500	4.997	2.596	1.606	11.698	19.937	-41
Material de Transporte	17.604	1.374	3.244	365	22.588	31.354	-28
Madeira	1.524	2.189	1.758	0	5.471	5.913	-7
Mobiliário	0	1.121	830	0	1.951	1.997	-2
Papel e Papelão	60.300	3.122	36.091	16.037	115.550	104.169	11
Borracha	0	491	652	0	1.144	2.667	-57
Couros e Peles, Art. para Viagem	0	632	291	0	923	1.872	-51
Química	34.508	3.961	13.150	863	52.482	53.382	-2
Prod. Farmac. e Veterinários	428	148	321	412	1.310	1.528	-14
Perfumaria, Sabões e Velas	0	212	190	0	402	2.994	-87
Prod. de Matérias Plásticas	1.765	3.045	7.550	39	12.399	15.092	-18
Têxtil	758	6.162	8.669	624	16.214	26.135	-38
Vest., Calç. e Artef. de Tecidos	703	1.191	1.128	336	3.357	8.270	-59
Produtos Alimentares	3.336	11.460	10.535	1.343	26.674	29.672	-10
Bebidas	0	1.530	4.096	0	5.626	8.686	-35
Fumo	0	16	52	0	67	0	-
Editorial e Gráfica	0	308	1.278	0	1.586	2.693	-41
Diversas	67	466	659	183	1.374	1.886	-27
Serviços	59.723	8.745	31.707	441	100.616	177.518	-43
Ativ. Apoio (Util.) e Serv. Car. Ind.	0	28	23	320	372	3.194	-88
Atividades Administrativas	0	0	2	0	2	116	-98
Construção	1.408	5	3.328	10	4.750	15.252	-69
Serv. Industriais de Util. Pública	14.233	14	3.459	0	17.707	38.766	-54
Comércio Varejista	151	1.084	877	0	2.112	4.108	-49
Comércio Atacadista	0	293	188	0	481	726	-34
Inst. Crédito, Seguro e Capitalização	0	0	6	0	6	227	-97
Com., Inc. e Adm. Imóv., Tit. e Val. Mob.	2	0	27	111	140	358	-61
Transportes	38.683	1.475	19.887	0	60.045	85.402	-30
Comunicações	2.413	0	1.040	0	3.453	5.187	-33
Alojamento e Alimentação	0	2.959	48	0	3.007	6.717	-55
Serv. Repar., Manut. e Confecção	0	88	6	0	93	230	-59
Hig. Pes., Saunas, Termas e Fisioterapia	0	0	1	0	1	3	-80
Diversões, Radiodifusão e Televisão	295	21	68	0	384	316	21
Diversos	1.558	2.170	1.997	0	5.725	13.239	-57
Serviços Profissionais	0	608	161	0	769	1.694	-55
Adm. Púb. Direta e Autárquica	8	0	589	0	597	1.395	-57
Entidades de Desenvolvimento	972	0	0	0	972	587	66
Outros	409	1.262	25	0	1.696	9.873	-83
TOTAL	225.289	72.639	154.812	27.811	480.550	631.308	-24

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

ANEXO 4 – SISTEMA BNDES

DESEMBOLSOS POR GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Cr\$ milhões constantes

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO ¹	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1990	TOTAL 1989	VARIAÇÃO (%) (C/D)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR	C = A+B	D	(C/D)
Norte	33.644	2.750	7.008	0	43.402	59.277	-27
Rondônia	0	338	82	0	420	1.043	-60
Acre	46	169	0	0	216	127	70
Amazonas	4.443	492	4.719	0	9.655	10.651	-9
Roraima	0	0	26	0	26	166	-84
Pará	27.167	597	1.750	0	29.513	41.705	-29
Amapá	767	51	210	0	1.028	1.943	-47
Tocantins	1.220	1.103	222	0	2.545	3.642	-30
Nordeste	56.809	6.344	34.961	9.235	107.349	120.096	-11
Maranhão	2.032	163	889	0	3.085	5.342	-42
Piauí	0	91	234	0	325	867	-63
Ceará	29	567	3.151	220	3.968	6.197	-36
Rio Grande do Norte	15	22	406	0	443	2.449	-82
Paraíba	163	217	605	0	985	2.834	-65
Pernambuco	2.533	1.497	2.232	707	6.969	11.791	-41
Alagoas	70	253	523	0	845	11.507	-93
Sergipe	17	305	828	0	1.150	5.792	-80
Bahia	51.950	3.230	26.093	8.307	89.580	73.318	22
Sudeste	97.274	25.702	69.594	12.545	205.115	299.854	-32
Minas Gerais	10.060	4.867	10.934	19	25.880	35.339	-27
Espírito Santo	19.435	2.168	7.090	398	29.091	42.718	-32
Rio de Janeiro	43.008	2.345	8.304	3.222	56.879	78.667	-28
São Paulo	24.771	16.322	43.266	8.906	93.266	143.129	-35
Sul	27.910	32.575	38.164	6.030	104.679	129.412	-19
Paraná	19.392	12.264	20.012	3.893	55.561	66.694	-17
Santa Catarina	3.445	12.617	7.081	1.333	24.477	27.398	-11
Rio Grande do Sul	5.073	7.694	11.070	804	24.641	35.321	-30
Centro-Oeste	9.651	5.269	5.084	1	20.005	22.669	-12
Mato Grosso	4.233	2.354	1.225	0	7.813	6.360	23
Mato Grosso do Sul	0	661	500	0	1.161	4.134	-72
Goiás	2.007	2.224	3.107	0	7.338	10.198	-28
Distrito Federal	3.411	30	252	1	3.693	1.977	87
TOTAL	225.289	72.639	154.812	27.811	480.550	631.308	-24

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 90, com base no IPC.

1) As operações inter-regionais e interestaduais foram rateadas entre as Unidades da Federação, beneficiadas segundo critérios do BNDES.

Obs: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

ANEXO 5 — SISTEMA BNDES

PESSOAL EM EXERCÍCIO — 31.12.90

UNIDADE ADMINISTRATIVA	CHEFIA E ASSESSORAMENTO	TÉCNICOS	APOIO	TOTAL
BNDES	312	403	791	1.506
PRESI	43	28	75	146
AT	10	14	12	36
CJ	10	5	11	26
AO	14	38	21	73
AI	22	57	48	127
AE	20	71	29	120
AC	34	64	67	165
AP	23	39	41	103
AA	74	28	316	418
AF	56	45	158	259
DEPOC	6	14	13	33
Subsidiárias	72	76	125	273
FINAME	14	22	58	94
BNDESPAR	58	54	67	179
TOTAL	384	479	916	1.779

PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS — 1990

Cr\$ milhões constantes

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
1. BNDES			
A. Diretas			
Aracruz Celulose S.A.	ES	9.917	Papel e Papelão
Ceval Agroindustrial S.A.	IE	1.467	Alimentos
Cia. de Eletricidade da Bahia	BA	1.430	Serv. Ind. Util. Pública
Cia. Energética do Rio Grande do Norte — Cosern	RN	1.552	Serv. Ind. Util. Pública
Cia. de Energia Elétrica do Estado de Tocantins — Celtins	TO	2.263	Serv. Ind. Util. Pública
Cia. Votorantim de Celulose e Papel — Celpav	SP	9.007	Papel e Papelão
Construtora Mendes Jr.	MG	3.776	Construção
Copene — Petroquímica do Nordeste S.A.	PE	1.738	Química
Cutrale Quintella Comércio e Exportação Ltda.	GO	3.953	Alimentos
Dedini S.A. Siderúrgica	SP	1.638	Metalúrgica
Duratex S.A.	SP	4.947	Madeira
GET Empreendimentos Agro Florestais Ltda.	MG	1.573	Agricultura
Indústria de Derivados da Mandioca Santa Cruz Ltda.	BA	1.484	Alimentos
Indústria de Fundação Tupy S.A.	SC	2.724	Metalúrgica
Italmagnésio Nordeste S.A.	SP	3.323	Metalúrgica
Italmagnésio Nordeste S.A.	MG	4.477	Ativ. Apoio Industrial
Norclor S.A.	AL	11.946	Química
Polibrasil S.A. Indústria e Comércio	RJ	5.054	Química
Pronor Petroquímica S.A.	BA	2.867	Química
Riocell S.A.	RS	2.906	Papel e Papelão
Ripasa S.A. Celulose e Papel	SP	2.752	Papel e Papelão
Outras (98 operações c/ valor inferior a 1.000.000 UR)		26.624	
Subtotal		107.420	
B. Indiretas (Repasso Específico)			
Artex S.A. Fábrica de Artefatos Têxteis	PR	913	Têxtil
Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.	PR	807	Serviços Diversos
Cervejaria Kaiser Rio S.A.	RJ	1.066	Bebidas
Cia. Comove de Óleos Vegetais	GO	711	Alimentos
Cia. Paulista de Ferro-Ligas	SP	1.049	Metalúrgica
Climax Indústria e Comércio S.A.	SP	889	Mecânica
Cocamar — Coop. Cafeic. Agropec. Maringá Ltda.	PR	1.713	Alimentos
Cooperativa Agrop. Mourãoense Ltda. — Coamo	PR	671	Têxtil
Cooperativa Agrop. Vale do Sol Ltda. — Coopersol	MT	579	Serviços Diversos
Cooperseda Indústria de Seda Ltda.	PR	2.269	Produtos de Origem Animal
Indústria de Fundação Tupy S.A.	SC	891	Metalúrgica
Interportos — Serviços e Apoio em Transportes Ltda.	RS	573	Serviços Diversos
Kepler Weber S.A.	RS	804	Mecânica
Mangels Industrial S.A.	SP	792	Metalúrgica
Metalúrgica Matarazzo S.A.	IE	1.172	Metalúrgica
Nitroclor Produtos Químicos S.A.	BA	913	Química
Paraibuna Papéis S.A.	MG	1.141	Papel e Papelão
Perdigão Agroindustrial S.A.	SC	1.857	Alimentos
Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio	SC	586	Produtos de Origem Animal
Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos	SP	3.833	Mat. Eletr. e Comunicação
Triches S.A.	RS	1.085	Mecânica
Outras (127 operações c/valor inferior a 400.000 UR)		14.003	
Subtotal		38.318	

IE — Interestadual.

(continua)

ANEXO 6 — SISTEMA BNDES

PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS — 1990

Cr\$ milhões constantes

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
C. Indiretas (DEPOC)			
Adventur Hotéis Ltda.	BA	215	Alojamento/Alimentação
Bela Ischia Agropecuária Ltda.	RS	226	Alimentos
Ceval Agroindustrial S.A.	SC	280	Alimentos
Cia. Siderúrgica da Guanabara	RJ	645	Metalúrgica
Cliffs Indústria Química	SP	266	Química
Coldrin Industrial S.A.	TO	212	Química
Companhia Prada da Amazônia S.A.	PA	299	Metalúrgica
Cooperativa Agrop. Mourãoense Ltda. — Coamo	PR	923	Alimentos
Digebel — Distribuidora Geral de Bebidas Ltda.	SC	215	Bebidas
Frangosul S.A. Agroavícola Industrial	RS	312	Alimentos
Grancar Design Veículos Especiais Ltda.	SP	215	Material de Transporte
Hotel Praia de Itapuã S.A.	ES	245	Alojamento/Alimentação
Iter Transportes e Armazéns Ltda.	SP	222	Transportes
Max Tennenbaum e Cia. Ltda.	SP	215	Metalúrgica
Sayonara Empreendimentos Hoteleiros e Turísticos S.A.	ES	259	Alojamento/Alimentação
Waltec Eletro Eletrônica Ltda.	SC	210	Mat. Elêtr. e Comunicação
Outras (1.029 operações c/valor inferior a 150.000 UR)		36.468	
Subtotal		41.426	
D. FMM			
Empresa de Navegação Aliança S.A.	RJ	18.371	Transportes
Imbirussu Navy Navegação Fluvial e Marítima Ltda.	BA	1.716	Transportes
Ministério da Marinha	DF	2.502	Transportes
Petróleo Brasileiro S.A.	RJ	27.643	Transportes
Sobrare Servemar S.A.	MA	2.534	Transportes
Transroll Navegação S.A.	RJ	2.381	Transportes
Vale do Rio Doce Navegação S.A.	RJ	3.931	Transportes
Outras (nove operações c/valor inferior a 1.000.000 UR)		4.915	
Subtotal		63.993	
Total BNDES		251.156	
2. FINAME			
A. Programa Especial			
Aracruz Celulose S.A.	ES	8.104	Papel e Papelão
Bahia Sul Celulose S.A.	BA	7.701	Papel e Papelão
Cia Paranaense de Energia — Copel	PR	3.669	Serv. Ind. de Util. Pública
Cia Química do Recôncavo — CQR	BA	1.946	Química
Cia Votorantim de Celulose e Papel — Celpav	SP	4.883	Papel e Papelão
Copene — Petroquímica do Nordeste S.A.	BA	14.696	Química
Etama Empr. de Transporte e Turismo da Amazônia Ltda.	AM	1.645	Transportes
Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A. — Inpacel	PR	20.974	Papel e Papelão
Libra — Ligas do Brasil S.A.	CE	2.109	Metalúrgica
Marquise Transportes Ltda.	BA	1.930	Transportes
Papel e Celulose Catarinense S.A.	SC	2.768	Papel e Papelão
Politeno Linear Indústria e Comércio S.A.	BA	1.466	Química
Outras (568 operações c/valor inferior a 1.000.000 UR)		24.637	
Subtotal		96.528	
B. Programa Automático		114.352	
Programa BNDESMAQ		488	
Programa Agrícola		2.399	
Total FINAME		213.766	

(continua)

ANEXO 6 — SISTEMA BNDES

PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS — 1990

Cr\$ milhões constantes

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
3. BNDESPAR			
São Paulo Alpargatas S.A.	SP	577	Têxtil
Braspêrola Indústria e Comércio S.A.	ES	421	Têxtil
Caraíba Metais S.A.	BA	506	Metalúrgica
Ceval Agroindustrial S.A.	SC	8.322	Alimentos
Cia. Paulista de Ferro-Ligas	SP	452	Metalúrgica
Climax Indústria e Comércio S.A.	SP	1.085	Mecânica
Comicro Informática e Tecnologia S.A.	PR	494	Mat. Elêtr. e Comunicação
Companhia Siderúrgica do Nordeste — Cosinor	PE	2.157	Metalúrgica
Copene — Petroquímica do Nordeste S.A.	BA	495	Química
Indústrias Romi S.A.	SP	884	Mecânica
Mafersa S.A.	SP	770	Material de Transportes
Norclor S.A.	AL	3.840	Química
Renner Herrmann S.A.	RS	4.100	Química
Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos	SP	1.922	Mat. Elêtr. e Comunicação
Sibra Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.	BA	432	Metalúrgica
Triches S.A.	RS	490	Mecânica
Villejack Industrial S.A.	CE	455	Vestuário/Calçado
Vulcabrás S.A. Indústria e Comércio	SP	612	Vestuário/Calçado
Outras (32 operações c/valor inferior a 300.000 UR)		3.830	
Total BNDESPAR		31.842	
TOTAL SISTEMA		496.765	

OPERAÇÕES APROVADAS — PRESTAÇÃO DE GARANTIA — 1990

Cr\$ milhões constantes

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
1. Em Operação de Financiamento			
Companhia Siderúrgica do Nordeste — Cosinor	PE	157	Metalurgia
Mafersa S.A.	SP	1.393	Material de Transportes
Mineração Caraíba Ltda.	BA	494	Extração de Minerais
Subtotal		2.044	
2. Em Subscrição de Ações ou Debêntures			
Aracruz Celulose S.A.	ES	811	Papel e Papelão
Climax Indústria e Comércio S.A.	SP	1.031	Mecânica
Dedipar S.A. Participações	SP	2.440	Metalúrgica
Inepar S.A. — Indústria e Construções	PR	462	Mat. Elétr. e Comunicação
Kepler Weber S.A.	RS	475	Mecânica
Mangels Industrial S.A.	SP	778	Mecânica
Refrigeração Paraná S.A.	PR	431	Mecânica
São Paulo Alpargatas S.A.	SP	1.153	Têxtil
Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos	SP	3.218	Mat. Elétr. e Comunicação
Sibra Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.	BA	432	Metalúrgica
Trol S.A. Indústria e Comércio	SP	473	Indústria — Diversos
Outras (48 operações c/valor inferior a 420.000 UR)		2.231	
Subtotal		13.937	
TOTAL		15.981	

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31.12.90

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO DO BNDES (MILHARES DE AÇÕES)	PARTICIPAÇÃO %	
		S/CAPITAL VOTANTE	S/CAPITAL TOTAL
Controladas			
Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME	589.580.236.309	100,00	100,00
BNDES Participações S.A. — BNDESPAR	53.298	100,00	100,00
Usiminas Mecânica S.A.	598.946.994	99,90	99,92
Coligadas			
Abico — Cia. de Investimentos Árabe e Brasileira	789.342	35,00	35,00
Cimetal Siderúrgia S.A.	1.833	20,51	36,87
Cia Siderúrgica do Nordeste — Cosinor	1.893	41,13	26,12
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. — Usiminas	172.368.796	12,47	12,47
Outras			
Acumuladores Moura S.A.		0,00	3,93
Binac S.A. (antiga Brasilinvest S.A. Integr. Nacional)	150	0,00	0,22
Biobrás — Bioquímica do Brasil S.A.	15	0,00	0,01
Brasilinterpart Intern. e Participações S.A.		1,04	0,50
Brasilinvest S.A. — Invest. Part. e Negócios	36.395	0,38	0,19
Cia. Alcoolquímica Nacional — Alcoolquímica	5	0,00	0,07
Cia. Agro Industrial de Monte Alegre — Caima	2	0,00	0,04
Cia. Carioca Industrial ¹	4.166	0,00	0,00
Cia. de Cimento Atol		0,00	0,11
Cia. Nacional de Álcalis *	906.835	29,99	7,47
Cosipa — Cia. Siderúrgica Paulista	1.487.760	0,02	0,05
Cosipa — Fundo Nac. de Investimentos — Funai **	1.517.485	0,16	0,05
Cia. Tropical de Hotéis da Amazônia	100	0,00	0,49
Cotenor S.A. Indústria Têxtil	1	0,00	0,03
Deten Química S.A.	300.563	0,00	1,32
Dovan Indústria e Comércio S.A. (ex-Dover)	54	0,00	0,03
Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.	9	0,00	0,00
Embratel — Empresa Bras. de Telecomunicações S.A.	8.633	0,00	0,18
Fiat Diesel do Brasil S.A. (Ex-FNM)	35	0,00	0,00
Formiplac Nordeste S.A.	1.250	0,00	0,50
Guararapes Têxtil S.A.	7	0,00	0,56
Inca — Indústria Cerâmica da Amazônia S.A.	1.076	0,00	0,28
Iplac S.A. — Plásticos e Embalagens	4	0,00	0,05
Italmagnésio Nordeste S.A.	2.243	0,00	0,69
Itautinga Agro Industrial S.A.		0,00	0,03
Mafera (Fundo Nac. de Desestatização)	840.306	2,39	0,84
Master S.A. Tecidos Plásticos	1	0,00	0,02
Master — Indústria Plástica Camaçari S.A.	1	0,00	0,18
Metalmazon — Metalgráfica da Amazônia S.A.	36.480	0,00	0,00
Nitroclor Produtos Químicos S.A.	7	0,00	0,02
Politeno — Indústria e Comércio S.A.	2.014.546	0,00	0,61
Rede Ferroviária Federal S.A.	3.956.987	0,00	2,10
Refrima S.A. — Equipamentos Industriais	150	0,00	1,00
Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás	51.530	0,63	0,63
Sisa — Sergipe Industrial S.A.	1.503	0,00	1,06
Sulfabril Nordeste S.A.	5	0,00	0,50
Telebrás — Telecomunicações Brasileiras S.A.	671	0,00	0,00
Telerj — Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A.	100	0,00	0,00
Telpe — Telecomunicações de Pernambuco S.A.	6	0,00	0,00
Têxtil Bezerra de Menezes	8	0,00	0,34
Têxtil Dunas S.A.	66	0,00	0,00
Vallée Nordeste S.A.	1.785	0,00	3,82
Vicunha Nordeste S.A. — Indústria Têxtil	2	0,00	0,49
Villejack Industrial S.A.	148	0,00	0,00

(continua)

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31.12.90

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO DO BNDES (MILHARES DE AÇÕES)	PARTICIPAÇÃO %	
		S/CAPITAL VOTANTE	S/CAPITAL TOTAL
Certificados de Investimentos			
FINAM	1.001	0	0
FRHB — Fundo Rotativo Habitacional de Brasília	282.021	0,6903	0,6903
Circulante — Participações Societárias com Cláusula de Recompra ou Resgate			
Cia. Florestal Monte Dourado — Projeto Jari ²	184.000	—	—
Engesa — Engenheiros Especializados S.A.	366.963	—	—

1) Empresas em regime falimentar e sendo executadas pelo BNDES.

2) Quantidade de ações do Banco sujeita a ser confirmada pela Monte Dourado.

(*) Preferenciais com direito a voto.

(**) Ações da União sob custódia do Banco.

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31.12.90

EMPRESAS	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO (CR\$)	PERCENTUAL	
		VOTANTE	TOTAL
ABC Xtal Microeletrônica S.A.	229.411.256,62	0,00	19,43
Aços Ipanema (Villares) S.A.	456.000.000,00	10,91	66,78
Adiboard S.A.	708.457.548,01	0,00	19,34
Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A.	275.373.152,00	0,00	25,58
Agro Industrial Fazendas Unidas S.A.	627.172,26	0,00	26,79
AKZ Turbinas S.A.	37.390.000,00	9,22	9,22
Alfar Matérias-Primas Farmacêuticas S.A.	729.660,00	24,00	39,5
Alfatest Ind. e Com. de Prod. Elet. S.A.	12.739.682,55	0,00	20,00
Alpina do Brasil S.A. Máquinas e Implementos Agrícolas	17.000,00	0,00	21,08
Aracruz Celulose S.A.	3.398.949.100,50	12,47	13,42
Autel S.A. Telecomunicações	97.600.000,00	0,00	21,76
Bahia Sul Celulose S.A.	14.871.057.645,99	0,00	27,66
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	3.150.000.000,00	10,96	29,13
Banco do Brasil S.A.	51.999.045.120,00	0,00	4,54
Barueri Indústrias Químicas S.A.	273.712,26	20,62	48,03
Barzenski S.A. Indústria de Móveis	4.742,94	0,00	33,33
Batik Equipamentos S.A.	4.243.982,50	0,00	22,98
Belprato S.A. Produtos Alimentícios	160.000.000,00	0,00	14,83
Bio Fill Produtos Biotecnológicos S.A.	25.758.118,12	0,00	25,00
Biobrás — Bioquímica do Brasil S.A.	105.574.691,16	0,00	11,18
Bombril S.A.	700.000.000,00	0,00	13,74
Braskap Indústria e Comércio S.A.	21.497.234,01	0,00	18,81
Braspérola Indústria e Comércio S.A.	1.077.378.594,40	0,00	20,00
Caraíba Metais S.A.	5.361.089.226,08	32,99	31,97
Carbomil S.A. — Mineração e Indústria	64.567.273,55	0,00	30,00
Carbonífera Criciúma S.A.	313.663.251,00	0,00	4,60
Celuzorzi S.A.	8.592.205,26	0,00	21,53
Cemag — Ceará Máquinas Agrícolas	96.000.000,00	0,00	6,35
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás	82.309.749.741,27	25,14	21,30
Ceval Agro Industrial S.A.	1.600.000.000,00	0,00	0,62
Chocolate Vitória S.A.	675.050.226,82	0,00	14,37
Cia. Agro Industrial Nossa Senhora do Carmo	11.371.828,00	0,00	14,78
Cia. Brasileira de Rações — CBR	25.996.891,00	0,00	18,97
Cia. Brasileira Eng. e Industrial — CBEI	183,13	0,00	40,11
Cia. Brasileira de Estruturas Metálicas — Cibresme	49.325.000,00	0,00	3,66
Cia. Bras. de Particip. Agroindustrial — Brasagro	2.052.441,00	9,07	9,07
Cia. Catarinense de Álcool	1.893,33	0,00	6,02
Cia. De Zorzi de Papéis	275.933.021,62	22,13	45,41
Cia. de Participações Barreto de Araújo — CPBA	164.028,19	0,00	33,33
Cia. Fabril Mascarenhas	36.000.000,00	0,00	16,43
Cia. Riograndense de Nitrogenado — CRN	9.913.627,81	45,32	45,32
Cia. Siderúrgica Lanari	84,69	35,50	23,62
Cia. Vale do Rio Doce	17.708.420.687,77	3,65	2,35
Cimetal Siderurgia S.A.	9.476.601,55	1,21	4,05
Ciplast — Interamericana de Plásticos S.A.	10.364,81	0,00	35,24
Climax Indústria e Comércio S.A.	688.704.680,91	0,00	13,91
Cobra — Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.	720.675.243,00	6,43	8,92
Cocelpa — Cia. de Celulose e Papel do Paraná	526.485.514,84	0,00	19,82
Cofap — Companhia Fabricadora de Peças	881.354.729,00	0,00	8,04
Comércio e Indústria Induco S.A.	3.274.981,92	0,00	2,81
Comicro — Informática e Tecnologia S.A.	91.874.570,67	0,00	26,41
Companhia Paraprint de Empreendimentos Florestais	315.204.018,08	20,86	66,82
Companhia Química Metacril	350.000.000,00	35,07	35,07
Companhia de Tecidos Norte de Minas — Coteminas	650.000.000,00	0,00	1,41
Companhia Siderúrgica do Nordeste	859.377.570,56	58,86	73,33
Companhia Nacional de Tecidos Nova América	677.124.000,00	0,00	37,76
Companhia Votorantim de Celulose e Papel — Celpav	15.479.972.948,18	3,76	32,68

(continua)

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31.12.90

EMPRESAS	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO (CR\$)	PERCENTUAL	
		VOTANTE	TOTAL
Companhia Industrial e Mercantil Paoletti	357.778.243,00	2,49	22,48
Companhia Alagoas Industrial — Cinal	2.436.319.942,00	0,00	8,53
Companhia Brasileira de Antibióticos — Cibran	204.000.000,00	0,00	13,14
Companhia do Jari	685.066.967,69	1,24	1,24
Compart — Indústria Eletrônica S.A.	82.876.902,91	0,00	26,93
Conepar — Cia. Nordeste de Participações	1.258.000.000,00	0,00	11,76
Contrap — Controle e Apl. S.A.	69.165.000,00	0,00	33,00
Copene — Petroquímica do Nordeste S.A.	5.305.887.437,24	0,00	0,02
Copesul — Companhia Petroquímica do Sul	2.797.306.679,05	32,86	30,72
Coteminas do Nordeste S.A. — Cotene	850.000.000,00	0,00	48,31
Cridasa — Cristal Destilaria Autônoma de Álcool S.A.	83.057.798,60	0,00	2,06
Darrow Laboratórios S.A.	46.495.850,00	0,00	25,11
Dedini S.A. Administração e Participações	698.996.000,00	0,00	31,73
Delp Engenharia Mecânica S.A.	193.077.000,00	0,00	4,45
Destilaria Tocantins Industrial S.A.	26.638,32	0,00	5,00
Destilaria Água Limpa	34.870.000,00	0,00	7,93
Dona Isabel S.A.	279.553.000,00	0,00	1,81
Ecil S.A. Produtos e Sistemas de Medição e Controle	107.000.000,00	0,00	10,00
Edisa Informática S.A.	275.977.000,00	0,00	1,17
Elebra S.A. — Eletrônica Brasileira	559.766.409,00	0,00	18,84
Elekeiroz do Nordeste Indústria Química S.A.	335.751.409,52	0,00	18,13
Embaúba S.A. Desenvolvimento Energético	184.800,00	0,00	16,31
Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.	3.659.100.968,80	0,00	0,00
Empresa Brasileira de Álcool S.A. — Brasálcool	68.089.418,59	8,23	12,54
Engemaq — Equipamentos, Máquinas e Eletrônica S.A.	218.651.784,36	0,00	22,00
Equipamentos Villares S.A.	1.609.825.000,00	0,00	4,17
Ferragens e Laminação Brasil S.A.	27.120.000,00	0,00	3,45
Fertilizantes Fosfatados S.A. — Fosfértil	2.405.334.424,78	12,31	12,94
Forja Nordeste S.A.	109.891.061,46	0,00	2,03
Frutos do Vale S.A.	1.760.343,10	0,00	1,35
Frutos Tropicais S.A.	279.066.638,21	0,00	0,07
Goiás Fertilizantes S.A. — Goiasfértil	692.306.937,79	17,34	17,34
Gradiente Eletrônica S.A.	420.962.963,00	0,00	14,91
Hatsuta Industrial S.A.	301.550,00	25,77	34,71
Heliodinâmica S.A.	61.553.000,00	0,00	25,69
Hércules S.A. — Fábrica de Talheres	34.500.000,00	0,00	15,95
Inbrac S.A. Condutores Elétricos	272.474.248,73	0,00	12,10
Indústria Del Rio S.A.	163.133.099,49	0,00	4,62
Indústria de Máquinas Agrícolas Fuchs S.A.	34.781.000,00	0,00	23,20
Indústria de Confeccões Vila Romana	263.984.000,00	0,00	27,00
Indústria de Papéis Santo Amaro S.A.	27.386.241,00	0,00	14,05
Inepar S.A. — Indústria e Construções	314.445.775,96	0,00	13,16
Itabrás Máquinas e Ferramentas S.A.	66.848,04	22,68	43,08
Kauri-Sigma S.A. Tintas e Resinas	36.384.676,61	0,00	38,35
Lacesa S.A. — Indústria de Alimentos	206.903.948,39	0,00	13,25
Ligas de Alumínio S.A. — Liasa	280.000.000,00	0,00	7,38
Light — Serviços de Eletricidade S.A.	7.091.888.117,26	7,81	7,81
Macife S.A. Materiais de Construção	126.768,52	25,27	35,05
Madal S.A.	63.830.959,07	0,00	27,18
Madef S.A. Indústria e Comércio	72.642.760,00	0,00	20,29
Madeira Sintética S.A.	28.255,27	0,00	5,99
Mazedorzi S.A.	10.779.160,00	0,00	21,53
Mafersa S.A.	27.000.000,00	97,67	99,16
Mangels Industrial S.A.	1.105.481.845,00	0,00	4,93
Master S.A. — Tecidos Plásticos	608.737.800,00	0,00	0,54
Mecânica Bonfanti S.A.	35.000.000,00	0,00	17,84
Menegaz S.A. Indústria e Comércio	43.550.200,00	0,00	12,92
Metalúrgica Matarazzo S.A.	282.684.994,52	0,00	33,33

(continua)

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31.12.90

EMPRESAS	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO (CR\$)	PERCENTUAL	
		VOTANTE	TOTAL
Metanor S.A. — Metanol do Nordeste	148.111.513,60	0,00	11,24
Minasplac S.A. Indústria e Reflorestamento	71.962.023,00	6,26	10,72
Mineração Caraíba	13.514.304,00	99,99	99,99
Módulo S.A. Estruturas Metálicas	16.012.437,00	0,00	19,01
Monor — Micro Motores do Nordeste S.A.	239,01	0,00	5,70
Motorádio S.A. Comercial e Industrial	83.703.600,00	0,00	11,99
Multifábrica Nordeste S.A.	11.876.339,00	0,00	25,70
Mundial Artefatos de Couro S.A.	16.640.000,00	0,00	17,57
Mutitel Tecnologia S.A.	15.285.846,06	0,00	5,54
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.	205.000.000,00	0,00	12,58
Nativa Transformadores S.A.	65.959.480,42	0,00	2,82
Nesber S.A.	465.059,63	20,00	20,00
Nordeste Química S.A. — Norquisa	4.075.644.810,86	0,00	10,06
Nutrial Agroindústrias Reunidas S.A.	1.260.544,11	0,00	21,36
Orion S.A.	83.106.703,88	0,00	6,42
Oxitemo Nordeste S.A. — Indústria e Comércio	982.392.296,98	0,00	0,13
Papelão Ondulado do Nordeste S.A. — Ponsa	121.868.509,68	0,00	17,79
Pena Branca Agro-Industrial S.A.	521.000.000,00	0,00	23,90
Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás	50.317.859.850,00	2,48	15,48
Petroquímica da Bahia S.A. — PQB	212.258.687,65	0,00	54,24
Petroquímica do Rio de Janeiro S.A. — Petrorio	3.842.689.703,33	0,00	5,60
Pisa — Papel de Imprensa S.A.	1.815.567.365,76	0,00	19,66
Polimetal Indústria e Comércio S.A.	494,46	39,50	39,50
Polimetal — Cia. de Participações e Empreendimentos Industriais	82,00	40,00	40,00
Ponderosa — Administração, Indústria e Comércio S.A.	17.499.764,82	0,00	14,01
Porcelana Schmidt S.A.	139.051.791,00	0,00	13,76
Pronor Petroquímica S.A.	1.938.113.098,29	0,00	27,83
Quimissinos S.A. Indústrias Químicas	153.600.000,00	0,00	18,77
Renk Zanini S.A. Equipamentos Industriais	276.826.006,00	0,00	0,79
Riocell S.A.	1.192.664.290,00	31,05	30,99
RL Cavalcanti Comércio e Indústria S.A. — Rusa	2.852,88	10,73	10,73
Sade — Sul Americana de Engenharia S.A.	758.334.060,00	5,00	3,91
Salgema Indústrias Químicas S.A.	2.024.474.049,19	0,00	15,58
Saronord S.A. Roupas do Nordeste	354,69	0,00	12,29
Scopus Tecnologia S.A.	656.218.250,51	0,00	2,85
Semeato S.A. — Indústria e Comércio	60.000.000,00	0,00	29,91
Sementes Agroceres S.A.	569.381.000,00	0,00	0,10
Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos	2.434.380.000,00	2,57	0,92
Sibra — Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.	2.265.510.074,00	0,97	14,79
SID Informática	1.050.000.000,00	0,00	8,70
SID Microeletrônica S.A.	465.900.000,00	3,32	5,00
Sistema Automação Industrial S.A.	150.000.000,00	0,00	17,50
Soel — Soma Eletromecânica S.A.	1.738.440,51	4,46	11,72
Solorrco S.A. Indústria e Comércio	191.780.870,68	0,00	13,85
Staroup S.A. Indústria de Roupas	173.972.000,00	0,00	19,33
Trafo Equipamentos Elétricos S.A.	178.492.525,14	0,00	10,24
Triches S.A.	1.954.000,00	0,00	13,96
Tricontinental Comércio e Participações	3.073.900,00	0,00	2,11
Trol S.A. Indústria e Comércio	173.286.821,99	0,23	0,08
Trombini S.A. Adm. e Participação	473.361.749,57	0,00	3,19
Ughini S.A. — Indústria e Comércio	71.000.000,00	0,00	22,42
Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Alcool	27.822.600,00	0,00	0,27
Vigorelli do Brasil S.A. Indústria e Comércio	27.974,26	1,96	1,95
Villares Indústrias de Base S.A. — Vibasa	57.560.136,00	0,00	45,31
Villejack Industrial S.A.	548.704.370,83	0,00	6,02
Vulcabrás S.A. Indústria e Comércio	2.187.098.846,00	0,00	5,71
Wetzel Fundação de Ferro S.A.	100.757.500,00	0,00	1,20
Zivi S.A. Cutelaria	68.200.000,00	0,00	16,61



SISTEMA BNDES

BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Av. República do Chile, 100
CEP 20139 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (021) 30447/33189 - Tel: 277-7447
Fax: (021) 262-8827/262-8513

FINAME — Agência Especial de Financiamento Industrial

Av. República do Chile, 100 - 17º andar
CEP 20139 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (021) 21857 - Tel: 277-7447
Fax: (021) 220-7909

BNDESPAR — BNDES Participações S.A.

Av. República do Chile, 100 - 20º andar
CEP 20139 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (021) 30165 - Tel: 277-7447
Fax: (021) 220-1627

ESCRITÓRIOS

Brasília

Setor Bancário Sul - Conj. 1
Bloco E - 13º andar
CEP 70070 - Brasília - DF
Telex: (061) 1190 - Tel: 225-4350
Fax: (061) 225-5179

São Paulo

Av. Paulista, 460 - 13º andar
CEP 01310 - São Paulo - SP
Telex: (011) 35568 - Tel: 251-5055
Fax: (011) 251-5917

Recife

Rua Riachuelo, 105 - 7º andar
CEP 50000 - Recife - PE
Telex: (081) 2016 - Tel: 231-0200
Fax: (081) 221-4983

EDITADO PELO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

PROJETO GRÁFICO
VICTORY

FOTOCOMPOSIÇÃO
RAINER RIO — ARTES GRÁFICAS E EDITORA LTDA.

REVISÃO
HAMILTON MAGALHÃES NETO

FOTOLITO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO
GRÁFICA RIEX EDITORA S.A.

Rio de Janeiro/1991



Relatório
de Atividades
1990